



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente: Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos

Autora: Nádia Gonçalves, n.º 3813

Orientador: Doutor Carlos Alberto Alves



Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente: Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos

Autora: Nádia Gonçalves, n.º 3813

Orientador: Doutor Carlos Alberto Alves

Mindelo, 2019

Título: Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente: Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos

Declaração de Originalidade

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

A Candidata, Nádía Gonçalves

Mindelo, Junho de 2019

“Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais.”

Dedicatória

Ao meu pai, Evaristo Monteiro Gonçalves, e a minha mãe, Neusa Vezo Rodrigues.

Ao meu noivo, Vander Gomes, e ao meu filho que irá nascer.

Aos meus irmãos e a todos os que contribuíram para a conclusão desta monografia.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus pela saúde, pela força de vontade, pela coragem que permitiu a conclusão da monografia para obtenção do grau académico de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais (CPRI).

Um agradecimento especial aos meus pais pelo apoio durante esta caminhada.

Aos meus irmãos, pela energia positiva que transmitiram ao longo do meu percurso académico.

As minhas avós e ao meu avô, pelas palavras de encorajamento que, desde sempre, transmitiram aos netos.

As minhas tias e primas pela atenção e carinho que tiveram durante a elaboração da monografia.

Ao meu noivo que esteve sempre ao meu lado, com muita paciência e força de vontade, encorajando-me sempre.

A coordenadora do curso de CPRI, Mestre Risanda Soares, pela sua boa vontade, compreensão e ajuda ao longo da trajetória académica.

Ao professor Carlos Alberto Alves, por ter aceite o convite para ser o meu orientador, pela disponibilidade em responder as minhas dúvidas, pela sua boa vontade durante a escrita da monografia e por ter transmitido mensagens de coragem e pensamento positivo.

Aos militantes dos partidos políticos que responderam o questionário e os que ajudaram no contacto de alguns militantes.

Finalmente, agradeço a todos os funcionários das sedes dos partidos políticos, pela ajuda em contactar militantes para a realização do inquérito.

Resumo

A baixa taxa de participação feminina nos órgãos de decisão e na vida político-partidária é um fenómeno que preocupa alguns autores de Ciência Política a nível nacional e internacional. Os partidos políticos têm um papel importante na participação das mulheres na política.

Este trabalho de investigação tem como finalidade analisar a atividade dos partidos políticos, em Cabo Verde, assim como a forma como eles podem contribuir para a participação política das mulheres na ilha de São Vicente. A análise terá como base alguns autores (nacionais e internacionais), algumas teorias e modelos que abordam a problemática da sub-representação feminina nos órgãos diretivos partidários e na governação de Cabo Verde, a nível nacional e local.

O inquérito levado a cabo na ilha de São Vicente, entre os militantes das principais forças partidárias do arquipélago, teve como objetivo principal avaliar a percepção dos militantes dos partidos políticos, no que diz respeito a participação das mulheres na vida político-partidária.

Palavras-chave: Partidos políticos, mulheres, participação política, ilha de São Vicente.

Abstract

The low rate of female participation in decision-making bodies in party political life is a matter that concerns some authors of Political Science at national and international level. Political parties play an important role in women's participation in politics.

This research aims to analyze the activity of political parties in Cape Verde as well as how they can contribute to the political participation of women on the island of São Vicente. The analysis will be based on some authors (national and international), some theories and models that address the problem of female underrepresentation in the governing bodies of the parties and in the governance of Cape Verde, at national and local level.

The survey carried out on the island of São Vicente, among the militants of the main party forces of the archipelago, had as main objective to evaluate the perception of the militants of the political parties, regarding the participation of women in political-party life.

Key words: Political parties, women, political participation, island of São Vicente.

Acrónimos

ASV – Alternativa para São Vicente

ATS – Associação do Trabalho e Solidariedade

CNE – Comissão Nacional de Estatística

INE – Instituto Nacional de Eleições

ICIEG – Instituto Cabo-verdiano da igualdade, da Equidade e do Género

MPRSV – Movimento para o Renascimento de São Vicente

MAISV – Movimento Arco-íris de São Vicente

MMSV – Movimento Modernizar São Vicente

MpD – Movimento para a Democracia

ONU – Organização das Nações Unidas

PAICV – Partido Africano e Independente Cabo-verdiano

PRD – Partido da Renovação Democrática

PSD – Partido Socialista Democrática

PP – Partido Popular

PTS – Partido do Trabalho e Solidariedade

PCD – Partido Centro Direita

RMPCV – Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde

UCID – União Cabo-Verdiana, Independente e Democrática

Índice

Dedicatória	iii
Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Abstract	vi
Acrónimos	vii
Introdução	13
Justificativa	13
Problematização do tema	14
Objetivo geral.....	14
Objetivos específicos	14
Hipóteses de investigação	14
Metodologia	15
Estrutura	16
Capítulo I – Política, género, ideologia e partidos políticos	18
1.1. Participação política	18
1.2. Capital político	20
1.3. Género e ideologia	22
1.4. Partidos políticos.....	25
Capítulo II - Contextualização da participação das mulheres na política	30
2.1. Narrativa do papel das mulheres	30
2.2. Emancipação feminina	31
2.3. Mulheres e política.....	32
2.3.1. Causas culturais.....	32
2.3.2. Factores socioeconómicos	33
2.3.3. Origens Institucionais.....	34
Capítulo III – Mulheres e política em Cabo Verde	38
3.1. Regime de partido único e abertura democrática	38
3.2. Eleições legislativas	39
3.2.1. Em 1991	39
3.2.2. Eleições legislativas de 1995.....	40
3.2.3. Em 2001	41
3.2.4. Em 2006	41
3.2.5. Em 2011	42

Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos

3.2.6. Em 2016	43
3.3. Mulheres no parlamento, no executivo e na Câmara Municipal de S. Vicente.....	44
3.4. Participação das mulheres na política e o seu papel.....	47
3.4.1. Desenvolvimento económico	48
3.4.2. Engrandecimento social e cultural	52
Capítulo IV – Género e partidos políticos em Cabo Verde.....	57
4.1. Retórica e igualdade de oportunidades.....	57
4.2. Discriminação positiva.....	57
4.3. Género e partidos políticos em Cabo Verde.....	59
4.3.1. As cotas e o projeto lei de paridade.....	61
4.4. Participação das mulheres na política na ilha de São Vicente: resultado do estudo	65
4.4.1. Amostra	66
4.4.2. Sub-representação feminina	70
4.4.3. Política e mulheres: desafios e oportunidades nos partidos políticos.....	73
4.4.4. Estereótipos sobre as capacidades das mulheres	81
Recomendações.....	89
Fontes consultadas	90
Webgrafia consultada.....	90
Bibliografia consultada	91
Anexos.....	94

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Diferença entre papel ativo e passivo	20
Tabela 2 – Membros eleitos no parlamento nas eleições legislativas de 1975-1990	38
Tabela 3 – Mulheres e eleições legislativas em 1991.....	40
Tabela 4 – Mulheres e eleições legislativas em 1995.....	40
Tabela 5 – Mulheres e eleições legislativas em 2001.....	41
Tabela 6 – Mulheres e eleições legislativas em 2006.....	42
Tabela 7 – Mulheres e eleições legislativas 2011	43
Tabela 8 – Mulheres e eleições legislativas em 2016.....	44
Tabela 9 – Mulheres e eleições autárquica na ilha de São Vicente (1991-2016).....	47
Tabela 10 – Indicadores económicos de Cabo Verde (2001-2016).....	48
Tabela 11 – Taxa de desemprego (2000 – 2016)	49
Tabela 12 – Participação da mulher nas diferentes esferas do poder em 2016	50
Tabela 13 – Índice de Fecundidade (1990 – 2017)	52
Tabela 14 – Taxa de alfabetização da população em percentagem (2000-2017).....	53
Tabela 15 – Taxa de abandono escolar segundo o nível de ensino (2012-2017)	53
Tabela 16 – Taxa de reprovação segundo o nível de ensino (2012-2017)	54
Tabela 17 – Estudantes no ensino superior em Cabo Verde (2012-2017)	55
Tabela 18 – Diplomados no ensino superior (2012-2017)	55
Tabela 19 – Mulheres em cargos diretivos partidários (2002-2006).....	60
Tabela 20 – Composição da direção nacional do PAICV (2017).....	60
Tabela 21 – Composição da direção nacional do MpD (2017)	61

Índice de Gráfico

Gráfico 1 – Evolução de mulheres eleitas para o parlamento (1991-2016)	27
Gráfico 2 – Evolução das mulheres no parlamento (1985-2016).....	44
Gráfico 3 – Evolução de mulheres no executivo (1986-2016).....	45
Gráfico 4 – Liderança nas empresas em 2012.....	51
Gráfico 5 – Proporção do emprego informal não agrícola em 2015	51
Gráfico 6 – Militância Partidária.....	66
Gráfico 7 – Género	66
Gráfico 8 – Género/Qual é o partido de que militante?.....	67
Gráfico 9 – Nível de escolaridade	67
Gráfico 10 – Idade.....	68
Gráfico 11 – Idade/ Qual é o partido de que é militante?.....	69
Gráfico 12 – Nível de escolaridade/ Qual é o partido de que é militante?	69
Gráfico 13 – Causas da Sub-representação feminina	70
Gráfico 14 – Falta disponibilidade de tempo em geral/ Género.....	71
Gráfico 15 – Discriminação dentro dos partidos/ Género	72
Gráfico 16 – As mulheres não querem lutar por cargos de chefia/ Género.....	72
Gráfico 17 – Favorecimento de candidatos a cargos electivos e cargos partidários	73
Gráfico 18 – Favorecimento na escolha de candidatos a cargos electivos e cargos partidários/Género.....	74
Gráfico 19 – Confiança do eleitorado cabo-verdiano.....	74

Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos

Gráfico 20 – Partido tem trabalhado para uma maior participação das mulheres na política	75
Gráfico 21 – Homens e mulheres têm as mesmas oportunidades nos partidos?	75
Gráfico 22 – Homens e mulheres têm as mesmas oportunidades nos partidos/ Género	76
Gráfico 23 – Adoção de estratégias, a nível interno, para trazer mais mulheres para a vida política/partidária	77
Gráfico 24 – Estratégias adotados pelos partidos políticos	77
Gráfico 25 – Nível de interesse das mulheres cabo-verdianas pela política	78
Gráfico 26 – Nível de interesse das mulheres militantes, em participar nas atividades do partido	78
Gráfico 27 – Nível de assiduidade de participação das mulheres militantes nos programas desenvolvidos pelo partido.....	79
Gráfico 28 – Nível de assiduidade de participação das mulheres militantes nos programas desenvolvidos pelo partido/ qual é o partido de que militante	79
Gráfico 29 – Critérios tomados, em consideração, pelos partidos na escolha dos seus candidatos	80
Gráfico 30 – Critérios, tomados em consideração, pelos partidos na escolha dos seus candidatos/ Qual o partido de que é militante	81
Gráfico 31 - Competência	82
Gráfico 32 – Competência/ Género.....	82
Gráfico 33 – Motivação e ambição	83
Gráfico 34 – Motivação/ Competência	83

Introdução

Cabo Verde é um país soberano, no qual as mulheres procuraram, desde sempre, interferir e dar, de alguma forma, o seu contributo para o desenvolvimento do país. Desde o início do processo de independência, observou-se o envolvimento das mulheres na luta de libertação nacional.

Após a independência, o partido responsável pela luta de libertação de Cabo Verde e Guiné-Bissau, Partido Africano Independente de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) – que, mais tarde, em 1980, deu origem ao PAICV (Partido Africano Independente de Cabo Verde) –, procurou incluir as mulheres no processo de desenvolvimento. Contudo, neste período de partido único, percebeu-se que havia um número reduzidíssimo de mulheres na política.

Com a abertura política, em 1990, e a instauração do poder local em Cabo Verde e, consequentemente, o surgimento de novos partidos políticos, passa a haver mais mulheres nas listas de candidatos. Verifica-se até que algumas mulheres passam a desempenhar cargos como o de presidente de câmaras municipais, como é o caso da Câmara Municipal de São Vicente e a Câmara Municipal do Porto Novo.

Justificativa

A ideia na génese do projeto surge da necessidade de aprofundar conhecimentos sobre a temática “Participação das mulheres na política” e entender a influência direta que os partidos políticos têm para promover um maior nível de participação das mulheres.

Escolhi este tema também por ser uma questão que, nos últimos anos, tem vindo a suscitar debate por parte de vários atores políticos, e não só por parte da sociedade civil, quer em Cabo Verde quer no mundo inteiro. Por outro lado, em Cabo Verde, está na agenda política a lei da paridade.

A disciplina Organização Política Cabo-verdiana e Africana deu-me ferramentas para que pudesse entender melhor a problemática da não-participação das mulheres na esfera política e, consequentemente, a existência de um número reduzidíssimo de mulheres nos cargos de direção governamental.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

A escolha da vertente partidária deve-se ao facto de pertencer a uma associação juvenil partidária, o que acabou por me despertar ainda mais interesse.

Esta monografia procura analisar a participação das mulheres na política na ilha de São Vicente e o modo como os partidos políticos e o sistema partidário podem interferir no sentido de estimular mais mulheres a participar na política.

Problematização do tema

De que forma os partidos políticos podem contribuir e condicionar a participação das mulheres na política na ilha de São Vicente?

Objetivo geral

Quanto ao objetivo geral, pretende-se compreender como os partidos políticos podem contribuir e condicionar a participação das mulheres na política.

Objetivos específicos

Quanto aos objetivos específicos, pretende-se analisar evolução geral da participação das mulheres na política; em seguida, perceber essa evolução da participação feminina, no caso concreto de Cabo Verde e São Vicente e perceber até que ponto os partidos políticos em Cabo Verde podem contribuir e condicionar a participação das mesmas.

Hipóteses de investigação

Para compreender o fenómeno da participação das mulheres na política e perceber como é que os partidos e o sistema partidário podem contribuir e condicionar tal participação, elaboram-se as seguintes hipóteses:

- A intervenção mais efetiva das mulheres dentro dos partidos políticos pode levar a uma maior participação das mesmas na atividade política;
- A participação das mulheres nos partidos políticos poderá promover a consolidação da democracia Cabo-Verdiana?

Metodologia

Quanto à metodologia, para analisar como os partidos políticos em Cabo Verde podem contribuir e influenciar a participação das mulheres na política, será utilizado o método quantitativo, baseado na pesquisa dedutiva, de modo a tirar conclusões através das hipóteses.

Inicialmente através do método quantitativo, pretendia-se tirar uma amostra representativa, tendo em conta a base de dados do número de mulheres militantes dos partidos políticos com representação parlamentar na ilha de São Vicente. Não foi possível ter uma amostra representativa do número de militantes em São Vicente, pelos seguintes motivos: nem todos os partidos políticos facilitaram dados exactos do número dos seus militantes; os partidos políticos inquiridos no estudo não têm os dados dos militantes atualizados, daí que eles alegam que recentemente existe, pessoas que já morreram e que continuam a constar nas suas bases de dados; os partidos políticos afirmam que por não existir um forte controlo quanto às pessoas que integram nos partidos como militantes, existem pessoas que constam como militantes na base de dados de mais do um partido, alegando que conhecem casos de pessoas que são militantes nos três partidos políticos inquiridos no estudo.

Neste sentido, não conseguimos ter uma amostra representativa do número de militantes dos três partidos de São Vicente com assento parlamentar. Assim decidimos aplicar 150 questionários aos militantes destes partidos, destinando 50 para cada um, em que 25 seriam aplicados em mulheres militantes e os restantes 25 nos homens militantes. Contudo mesmo assim houve imensa dificuldade em encontrar os 50 militantes de cada partido para responder o questionário. A maior parte dos cidadãos, no geral, são simpatizantes dos partidos, mas quando alguns cidadãos foram abordados alegaram que não estavam interessados em responder questionários ligados a política, apesar de reinar imensa dificuldade de alguns cidadãos em assumirem que são militantes de algum partido político.

Dito isto, e após várias insistências, conseguimos 50 questionários preenchidos apenas do Movimento para a Democracia (MpD) e do PAICV. Relativamente a União Cabo Verdiana, Independente e Democrática (UCID), não conseguimos ultrapassar as dificuldades que mencionei acima, mesmo tendo insistido, foi difícil encontrar militantes da UCID. Muitos cidadãos abordados argumentaram que eram apenas

Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente: Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos

simpatizantes do partido, havendo casos em que recorri mesmo aos eleitos municipais, mas alguns não puderam responder o questionário, por serem apenas simpatizantes, o que permitiu que fossem inquiridos 27 militantes da UCID.

Para a aplicação do inquérito, recorreremos à utilização de um questionário fechado como método de recolha. A seleção da amostra foi dividida equitativamente pelo município de São Vicente, respeitando a igualdade entre os partidos políticos.

Para melhor compreender os modelos explicativos da participação das mulheres na política e as várias teorias que estão intimamente ligadas ao tema a ser estudado, será realizado um levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutoramento. No que se refere aos dados sobre o número de mulheres eleitas para o Parlamento e para as câmaras municipais desde do regime de partido único, será efetuado o levantamento de dados publicados pela Comissão Nacional das Eleições de Cabo Verde.

Estrutura

A monografia é composta por quatro capítulos. O primeiro capítulo explica alguns conceitos de modo a enquadrar o tema da monografia, destacando a perspetiva de alguns autores.

O segundo capítulo tem como finalidade perceber a sub-representação feminina ao longo dos tempos, tendo em conta o papel social atribuído as mulheres, os acontecimentos que impulsionaram a mudança, assim como aborda algumas teorias e autores que estudaram as origens da sub-representação feminina.

No terceiro capítulo será apresentado uma breve análise do envolvimento das mulheres cabo-verdianas na política (1975-2016), tendo em conta as eleições legislativas, autárquicas realizadas em São Vicente naquele período cronológico, tal como a participação feminina nos sucessivos governos. Procurou-se, por último, relacionar esses dados com o desenvolvimento económico, social e cultural de Cabo Verde com o papel das mulheres nesse processo de forma a perceber como é que parte do desenvolvimento estará ligado ao aumento das mulheres no Parlamento.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Por fim, o capítulo quarto, o último desta monografia, estuda o contexto político cabo-verdiano, os perfis ideológicos e organizacionais dos partidos políticos de forma a perceber como favorecem e condicionam a participação das mulheres; analisa de forma sintetizada os dados sobre a inserção das mulheres nos órgãos directivos partidários nos maiores partidos políticos, cobrindo o período cronológico que vai entre 2002 e 2017. Por último, este capítulo clarifica as diferentes perspetivas acerca da política de adopção de cotas, analisando o projecto lei de paridade em Cabo Verde, assim como faz também o tratamento dos dados recolhidos durante o inquérito realizado na ilha de São Vicente.

Capítulo I – Política, género, ideologia e partidos políticos

Neste capítulo pretende-se clarificar os conceitos de participação política, capital político, género e partidos políticos para melhor enquadrar o tema desta monografia. O conceito chave é participação que significa “*fazer parte de*”, “*tomar parte em qualquer coisa*”, ou seja, é uma acção tendente a envolver um cidadão ou um conjunto de cidadãos nos processos políticos, com o objetivo de influenciar as decisões dos governantes (Lopes, 2013, p.17).

Para a aceitação das mulheres no campo político, as mesmas tiveram uma trajetória de luta e enfrentamento, assim como o auxílio de ações afirmativas para que sua participação fosse assegurada. No entanto, no campo político, como em qualquer outro campo de poder, necessita-se de um capital específico para assegurar a posição de dominante, que neste caso é o capital político. Porém, as mulheres políticas são as que menos detêm capital político. (Couto, 2012, p.53)

A preocupação com a situação da mulher na sociedade vinha se acentuando gradativamente até o explodir do movimento feminista das décadas de 60 e 70. Um dos objetivos das feministas era tornar a mulher visível para a sociedade que, até então, era vista apenas como mãe amorosa e esposa dedicada. Gradativamente foi-se substituindo o termo “*mulher*” por “*género*” (Salete, 2006, p.1)

Pode-se dizer que o surgimento dos partidos está relacionado à necessidade de êxito na disputa de ideias e interesses em contextos democráticos, uma vez que a organização de indivíduos possibilita maiores chances de sucesso (Michels, 1982, citado por Sales & Cotrim, 2017, p.2).

1.1. Participação política

Para muitos estudiosos do tema, a participação política se limita ao processo político-eleitoral, já para outros acreditam que a participação política vai para além da urna, pois ela “*(...) não está restrita ao envolvimento no processo eleitoral, através do voto (participação eleitoral), mas inclui outras formas de acção individual e colectiva.*” (Baquero, 1981: 7, citado por Couto, 2012:52); a participação política é referida,

“como qualquer acção voluntária, com sucesso ou insucesso, organizado ou não, episódica ou contínua, utilizando métodos legítimos ou ilegítimos, com o objectivo de influenciar, a qualquer

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

nível, as decisões políticas, a escolha dos governantes e a administração dos assuntos públicos” (Lopes, 2013, p.17).

A participação de cada cidadão deve ser a mais vasta possível (Lopes, 2014, p. 37). Defende a necessidade de proteger os interesses de cada indivíduo e de aperfeiçoar a sua educação e inteligência política, conquistada através da experiência adquirida na participação política. A participação tem sido definida como ação coletiva modelada tanto de causas institucionais como não institucionais, ou seja, movimentos coletivos, e era integrada pelo conjunto de ações que intercedia na produção do político.

Contudo, outros autores, referem ao conceito de participação nos órgãos do poder político como sendo uma diversidade de comportamentos dos cidadãos nas sociedades democráticas livres, as quais, no plano de valores, requerem que os indivíduos se interessem pela vida pública e que atuem de acordo com os princípios e normas estabelecidas (Martins, 2004, p.46).

A participação nos órgãos do poder político pode incluir disponibilidade de tempo, riqueza, status, carisma, popularidade, educação, inteligência, como um conjunto de direitos de natureza política. A participação política nos órgãos do poder político, pressupõe um conjunto de recursos por parte dos indivíduos, tais como: recursos económicos, sociais e culturais (Lopes, 2013, p. 18).

No entanto para entendermos melhor a participação política, devemos distinguir participação ativa de participação passiva.

As principais divergências relacionadas com a noção de participação política surgem a propósito do carácter ativo e passivo da intervenção dos cidadãos na vida política, uma vez que, estes podem ser relativizados de acordo com a sociedade a que se estiver inserida, devido a sua complexidade de sentidos. Refere ainda que, nas sociedades democráticas a tendência é associar a noção de participação à ideia de envolvimento ativo do cidadão, e o peso que lhe é conferido varia substancialmente conforme o significado atribuído ao termo ativo bem como à relação entre participação e regime democrático, ou seja, cada um terá esse estatuto de ativo ou não mediante a sua capacidade de acção nos regimes considerados democráticos e quanto a isso, *“pudesse entender a participação activa como sendo envolvimento máximo do povo nas decisões públicas a todos os níveis”* (Martins, 2010, p. 17, citado por Alviar Lopes, 2014: 37/38). A tabela mostra a diferença entre o papel ativo e o papel passivo do cidadão.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 1 – Diferença entre papel ativo e passivo

Papel ativo	Papel passivo
a) Articulação de interesses: contactos motivados por interesses pessoais, participando em grupos formais e informais, envolvendo em atividades de protestos;	a) Enquanto fornecedores de recursos ao Estado (contribuinte);
b) Agregação de interesses: apoiando ativamente os dirigentes políticos através do exercício voto e da participação em atividades de campanha eleitoral;	b) Enquanto destinatário dos seus recursos (recetores de retribuições sociais beneficiários de serviços e apoios públicos);
c) Tomada de decisão: pela via de participação em referendos ou em instituições de governo local.	c) Quando cumprem as normas instituídas e respeitam os valores aceites pela comunidade política a que pertencem

Fonte: Martins (2010, p. 21)

1.2. Capital político

O capital político “*que se adquire nos aparelhos de sindicatos e dos partidos transmite-se através de redes de relações familiares que levam à constituição de verdadeiras dinastias políticas.*” (Bourdieu, 1996, p. 30, citado por Couto, 2012, p.53) Segundo alguns autores, as mulheres são as que possuem, em linhas gerais, menor capital político em relação aos homens. Contudo, a luta pela igualdade de oportunidades, continua. A entrada da mulher na vida política se faz por meio de duas grandes vias: a das relações familiares, quando o capital político foi acumulado devido ao reconhecimento de pais, maridos ou irmãos. Ou quando a candidata já possuía uma trajetória de participação política. O capital político para Luís Filipe Miguel (2003, p.121) citado por Couto (2012, p.53)

“ (...) é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico; o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a acção política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital económico (que dispõe do ócio necessário à política). Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Na base da pirâmide, temos

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

*os simples eleitores [...] no topo, os líderes que [...] são reconhecidos
como representantes dos diversos segmentos sociais.”*

O primeiro a abordar a questão do capital político é Bourdieu, na obra, *O Poder Simbólico* (1989), na qual ele caracteriza o capital político em três tipos:

- a) Capital pessoal ou heroico- esse capital se equipara ao líder carismático, de Max Weber e que ocorre, geralmente, em momentos de crise e consiste num subtipo do capital convertido, a diferença está no fato de que o capital pessoal leva quase uma vida inteira para se acumular.
- b) Capital por delegação – Esse tipo de capital também lembra muito o pensamento de Weber sobre outro tipo de dominação, a tradicional, visto que o capital delegado é um produto de transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado por uma instituição, como no caso dos partidos políticos. Exemplos de capital delegado são o de sacerdotes, professores e monarcas. Para o caso desse trabalho em específico, pode-se pensar que esse capital pode ser construído com base em sua força eleitoral (legenda e número de votos num partido), ou através da trajetória política e/ou ideologia do partido. Capital político pertencente a uma família de tradição política, que é depositado num candidato. De ambas as formas, o capital político que um candidato político “usa”, na realidade, pertence ao partido ou família política no qual é filiado.
- c) Capital convertido – Neste último caso, segundo o autor, em especial, haveria uma conversão do capital pessoal do candidato, que antes fora acumulado através de sua popularidade. Aqui se encaixam os casos de personalidades dos meios de comunicação social e do desporto que entram para a carreira política, tais como os atuais deputados federais Romário de Souza Faria (PSB) (ex-jogador de futebol) e Francisco Everardo Oliveira Silva (PR), mais conhecido como o humorista “*Tiririca*”.

Outro aspeto que gostaríamos de destacar é a carreira política, que na ótica de alguns autores, este poderá ter uma estreita relação com o capital político; o capital político “*indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente.*” (Couto, 2012, p. 57)

Segundo Pinheiro (2007) o tipo de relação que se estabelece é uma dialéctica:

(...) é necessário capital político para ascender na carreira, e a ocupação de cargos de mais alta hierarquia no campo político contribui para a ampliação desse tipo de capital.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

O progresso na carreira depende, tanto da popularidade do parlamentar no sentido de ser capaz de cativar o público externo ao campo político institucional (e que deve, portanto, constituir-se em sua base eleitoral), quanto do reconhecimento de seus pares, o que garante apoio às candidaturas e à ocupação de postos-chave na estrutura hierárquica da carreira política.

Portanto, note-se como o capital político é importante para ascensão no campo político, visto que o candidato necessita dele para ocupação de cargos. Segundo Pinheiro (2007), citado por Couto (2012, p.56), esse facto acontece porque, os atores ali inseridos lutem pelo acesso às posições de poder e de maior prestígio, buscando valorizar seus atributos em detrimento dos seus concorrentes. Contudo, repara-se que os cargos políticos mais altos, são ocupados por homens.

Nesse sentido, Couto (2012), afirma que para as mulheres, seria primordial, que ocupassem áreas quase privadas ao masculino, pois isso faria aumentar seu capital político, ampliaria seu leque de reconhecimento e ainda abriria portas para outros espaços que ainda são ocupados massivamente pelos homens.

1.3. Género e ideologia

O termo género surgiu no mundo académico no momento em que pesquisadoras feministas, buscavam, através dos chamados estudos sobre mulheres, desnaturalizar a condição da mulher na sociedade (Simião, 2000).

Nesta sequência, o termo género, foi definido como conceito na década de 1980, nos estudos feministas, para compreender a organização social da relação entre os sexos, e desde então o conceito têm suscitado vários pontos de vista. Contudo, a história do pensamento feminista é uma *“história da recusa da construção hierárquica da relação entre homem e mulher nos seus contextos específicos e uma tentativa de reverter e deslocar seus funcionamentos”* (Joan Scott, 1989).

Por sua vez, Fonseca (2008) define género como a maneira de compreender as relações sociais historicamente construídas que se estabelecem entre homens e mulheres, mulheres e mulheres e homens e homens, refere-se ao sexo social e historicamente construído.

Entretanto, para Scott (1990) *“(...) a identificação de género, mesmo quando ela aparece como sendo coerente e fixa é, de facto, extremamente instável”*. Entre as instabilidades da categoria, género situa-se, segundo ela, como uma construção social e

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

histórica que se direciona para a dimensão das relações sociais do feminino e do masculino. Dessa forma, Scott faz uma vinculação da categoria gênero às correntes teóricas do patriarcado, do marxismo e da psicanálise, já antes utilizadas na tentativa de explicar a subordinação da mulher e a dominação dos homens, sendo esta a primeira manifestação de poder, que pode ser entendida através de quatro dimensões interrelacionais: a simbólica, a organizacional, a normativa e a subjetiva. (Couto, 2012, p. 48)

Na dimensão simbólica destacam-se as representações múltiplas e contraditórias da mulher. Um bom exemplo seriam as simbologias bíblicas do papel de Maria, mãe de Jesus e o da Eva, evidenciando que ambos, bondade e pecado, estão presentes na figura da mulher. (Couto 2012, p. 48)

Já a dimensão normativa, salienta conceitos que são expressos através das instituições doutrinárias como Igreja, escola, instituições políticas dentre outras, que contribuem para oposição da entre do masculino e do feminino, colocando um como contraponto do outro. (Couto 2012, p. 48)

A dimensão organizacional trata das organizações e instituições sociais que são utilizadas para aumentar a diferença entre os gêneros. Na dimensão subjetiva, percebe-se a forma como as identidades de gênero são construídas e relacionadas em atividades organizacionais, sociais e representações culturais, trabalhadas ao longo da história. (Couto 2012, p.48)

Fischer e Marques (2001) traçam uma linha de pensamentos sobre os seguintes eixos teóricos:

- a) As relações de gênero possuem uma dinâmica própria, mas também se articulam com outras formas de dominação e desigualdades sociais (raça, etnia, classe).
- b) A perspectiva de gênero permite entender as relações sociais entre homens e mulheres, o que pressupõe mudanças e permanências, desconstruções, reconstrução de elementos simbólicos, imagens, práticas, comportamentos, normas, valores e representações.
- c) A categoria gênero reforça o estudo da história social, ao mostrar que as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem realidades naturais.
- d) A condição de gênero legitimada socialmente se constitui em construções, imagens, referências de que as pessoas dispõem, de maneira particular, em suas relações concretas com o mundo. Homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas de suas vidas.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

e) As relações de género, como relações de poder, são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades. Estão presentes os conflitos, tensões, negociações, alianças, seja através da manutenção dos poderes masculinos, seja na luta das mulheres pela ampliação e busca do poder.

A história e os agrupamentos humanos, por meio da cultura e da socialização, organizam de múltiplas maneiras as relações sociais e, assim, o género não seria a diferença sexual, mas sim as representações e as relações (de poder) produzidas a partir da constatável diferença sexual e, portanto, passíveis de alteração.

Porém, anos mais tarde, Scott, segundo Couto (2012) foi profundamente questionado por estudiosos que se interessavam por aqueles indivíduos que não se adequavam as normas sócio sexuais, (gays, lésbicas, travestis etc.) ou que rompiam drasticamente com a suposição de uma real diferença sexual biológica (transexuais e trans-géneros, entre outros), isto é, indivíduos que relatavam uma não adequação entre sexo biológico e orientação sexual conforme preconizavam as teorias clássicas – e que questionavam a existência da própria diferença sexual.

Ademais, Scott foi criticada por situar o género como sendo a característica principal e fundamental da constituição (principalmente quando ela define o género como elemento constitutivo das relações sociais baseado em diferenças percebidas entre os sexos, sendo a forma primária de significação das relações de poder), desconsiderando outros elementos essenciais para a constituição subjetiva, como raça/etnia, classe social, idade e orientação sexual dentre outros, segundo Rafael Tilio (2014, p. 135).

Género não é a expressão ou compreensão da essência biológica (como Scott propôs), nem é somente o resultado das pressões ambientais e socializadas (como grande parte da psicanálise e a antropologia propuseram), mas inclui a constituição subjetiva da e na cultura. Isto é, há necessidade, por parte dos indivíduos, de um efeito que os identifica, masculino ou feminino que deve ser constantemente reforçado por acções e representações que reposicionam e reafirmam a identidade de género. – Para ela o termo não se trata, de um termo substancial, mas sim de um efeito de performatividade.

E, neste ponto, se para Butler (2009), citado por Rafael Tilio (2014, p.138), género é performatividade, então para ela, é possível renomear o(s) sexo(s) para redistribuir os discursos e práticas sobre a sexualidade, alterando discursos e práticas vigentes que sustentam exclusões. Um dos exemplos citados pela autora é o essencialismo biológico, que estabelece os homens fisicamente e intelectualmente superiores às mulheres, então, a dominação é inquestionável e suas manifestações (incluindo a violência) são

justificáveis; mas, se o argumento essencialista é resultado da performatividade, então, alterações e questionamentos são possíveis, pois podem ser reconstruídos.

Já para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.

Outra autora que foi importante e que é mencionada em várias pesquisas sobre gênero, é a filósofa Simone de Beauvoir, uma das grandes estudiosas da matéria, que em 1949 escreveu o livro, muito conhecido da época, *“Segundo Sexo”*. Este daria um novo impulso à reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres nas sociedades modernas acerca do porquê do feminino e das mulheres serem concebidos dentro de um sistema de relações de poder que tendia a inferiorizá-los. É dela a famosa frase *“não se nasce mulher, torna-se mulher”*. Com esta formulação, ela buscava descartar qualquer determinação *“natural”* da conduta feminina.

Em suma, pode-se dizer, com o conceito de gênero formulado, ele traz à luz as diferenças reais entre homens e mulheres, isto é, a de origem biológica mais o conjunto de desigualdades socialmente construídas a partir das diferenças, o que dá visibilidade às restrições impostas à mulher nos mais variados sectores.

1.4. Partidos políticos

O contexto partidário e os seus efeitos, a ideologia e sua organização exercem influência sobre o recrutamento das mulheres (Araújo, 2005). O poder político representativo é um requisito da organização social moderna; os partidos políticos são organizados para a conquista do poder político. Suas ações são orientadas, em última instância, pela busca do poder político. Deste modo, para além da ideologia, recorrem a cálculos eleitorais, definem estratégias partidárias para o recrutamento e os investimentos eleitorais (Araújo, 2005).

As estratégias adotadas pelos partidos políticos para a formatação do sistema partidário – maior ou menor fragmentação – não decorrem exclusivamente das práticas dessas organizações. Pelo contrário, os partidos políticos são influenciados pela cultura política e pelas características do sistema eleitoral.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

A composição de género dos partidos – os responsáveis pelo recrutamento dos candidatos, vulgo “*gate-keepers*” – desempenham um papel crucial, que se traduz no encorajar ou desencorajar as mulheres a concorrerem aos cargos (Araújo, 2005).

Num estudo promovido pela União Inter-Parlamentar (IPU), em 1997, em diversos países europeus concluiu que havia dois padrões de elegibilidade para as mulheres. O primeiro era referente ao perfil ideológico e o segundo em relação ao tamanho do partido político (Araújo, 2001). Ideologicamente, os partidos de esquerda tenderiam a eleger mais do que os partidos de direita. Foram os partidos de esquerda os primeiros a adotarem medidas internas com intuito de promoverem o ingresso das mulheres na competição eleitoral. (Araújo, 2005, p. 199). A partir da década de 90, segundo alguns autores, o cenário começa a ser alterado por conta da disseminação de iniciativas e da inclusão das mulheres em partidos, tanto do centro como de direita (Vitor Peixoto; Nelson Motta Goulart; Gabriel Tisse da Silva (2017, p.19). Em sistemas proporcionais, o mecanismo é conhecido como “*efeito contágio*”, ou seja, os demais partidos olham para a inclusão de mulheres para melhorarem seus resultados eleitorais.

Houve nesse processo em que a crescente organização das mulheres tende a exercer pressão no sentido de que os seus anseios sejam apoiados pelas direções partidárias. A descoberta de que as mulheres são uma força eleitoral decisiva e, portanto, os seus anseios não podem ser desprezados, conduz os partidos a assumirem algum compromisso público em relação à questão (Araújo, 2005).

As medidas referidas são decorrentes das derrotas eleitorais quando os partidos se vêem obrigados a reavaliar o peso do eleitorado feminino e a assumir um discurso mais aberto à causa feminista, obrigando-os a assumir algum tipo de manifestação pública, formal ou efetiva.

Até ao final da década de noventa entre os partidos mais comprometidos com a incorporação das mulheres, as estratégias mais radicais eram aquelas voltadas para trazer mulheres para posições internas; quando se tratava de nomeá-las como candidatas, sobretudo ao parlamento nacional, as estratégias tornavam-se menos radicais e mais diluídas.

O tamanho dos partidos políticos é um factor que influencia a eleição de mulheres. Quanto menos pluripartidário é o sistema mais se caracteriza por partidos muito grandes e mais consolidados, os quais não se encontrariam suficientemente abertos ao ingresso de novos atores. Ao mesmo tempo, o custo eleitoral da competição entre candidatos em seu interior tende a ser muito elevado. Os partidos políticos pequenos e regionalizados

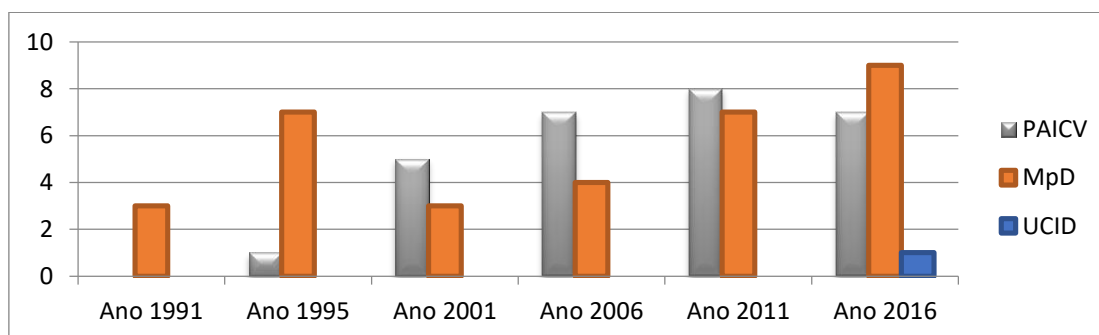
Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente: Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos

que disputam para eleger um ou dois candidatos, tendem a dar prioridade eleitoral aos seus dirigentes, em geral homens (Araújo, 2005, p. 198).

Em Cabo Verde, por exemplo, durante o regime de partido único (ideologicamente de esquerda), houve representação de mulheres na Assembleia Popular, mas não se registou a presença de mulheres no governo.

No entanto, desde da instauração do regime democrático e do pluralismo político, todo o partido político tem procurado incluir as mulheres nas suas plataformas eleitorais, tendo estas, desempenhado cargos como deputadas como de membros do governo. Em Cabo Verde o PAICV ideologicamente é um partido de esquerda e o MpD é de direita. São os dois maiores partidos políticos com representações partidárias em todas as ilhas e que desde a década de 90 têm alternado o poder e até as eleições legislativas de 2011 foram os únicos partidos políticos que elegeram mulheres para o parlamento. O cenário mudou quando em 2016 a UCID (ideologicamente situado ao centro) elegeu uma mulher para o parlamento. Porém o PAICV e o MpD são os únicos partidos a nomear mulheres para cargos nos governos, visto também que são os únicos partidos políticos a vencer as eleições legislativas.

Gráfico 1 – Evolução de mulheres eleitas para o parlamento (1991-2016)



Fonte: Dados recolhidos na Comissão Nacional de Eleições

Não dispomos dados que nos leva a afirmar que a ideologia partidária teve e tem tido um papel crucial para que mulheres sejam recrutadas pelas diferentes listas de candidatura dos partidos políticos, ou também que a ideologia partidária tivesse peso na definição de estratégias para a ocupação de lugares nas listas. A conclusão que podemos tirar, pela leitura do gráfico 1, é que nas sucessivas eleições legislativas, o partido político que consegue vencer as eleições legislativas, elege mais mulheres do que os outros partidos políticos.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

A UCID poderá ser considerado um partido regional, visto que desde que concorre as eleições legislativas, os eleitores que mais votam na UCID estão na ilha de São Vicente e, conseqüentemente, nesta ilha que consegue eleger deputados nacionais, mas por este partido não ter representação partidária (concelhias), em todas as ilhas.

Na década de 90, os partidos políticos começaram a se preocuparem-se mais com as causas feministas, adotando um conjunto de estratégias para trazer as mulheres para a vida política. Neste sentido, iremos destacar as tipologias que englobam as principais características das estratégias conhecidas que podem ser de utilidade para perceber as medidas adotadas nos partidos políticos. Assim, Araújo (2005) aponta três tipos de estratégias: a da retórica, a da igualdade de oportunidade e a da discriminação positiva.

Assim, os partidos políticos constituem-se como *“um dos vários canais de organização colectiva e de veiculação de ideias em relação à vida social e política”* (Araújo, 2005).

Alguns autores apontam os partidos políticos como principal forma de organização da competição eleitoral e estruturação dos regimes democráticos, sendo atribuída menor relevância ao aspeto ideológico e, por consequência, ao papel dos partidos para organização da disputa de ideias conflitantes existentes no corpo social.

Contudo, a constituição de organizações coletivas políticas não é uma ideia recente; a origem histórica dos partidos políticos remonta à Rainha Isabel da Inglaterra (1558-1603), sendo a Inglaterra precursora do constitucionalismo contemporâneo; é na Inglaterra que por volta de 1682 se consolidaram os dois organismos políticos, embriões dos futuros partidos conservadores e liberal, no século XIX; os *tories* geraram os conservadores e os *whigs*, os liberais; a esse tempo não era concebível um partido trabalhista, fruto da sociedade industrial, de crescimento galopante no fim do século XIX e dando como fruto, no início do século XX, o Partido Trabalhista inglês. (Meira, 1975, p.10)

É comum nos vários autores, que a fisionomia das organizações políticas sofre o embate do tempo, das épocas históricas, do meio social. Os *tories* e *whigs* ingleses do século XVII não podem comparar-se com os partidos de esquerda do século XX, nem com as entidades ou grupamentos políticos da antiguidade. (Meira, 1975)

Os partidos políticos surgiram a partir das clivagens sociais. Segundo a perspectiva destes autores, o espaço social foi alvo de grandes movimentos históricos que deram origem as clivagens sociais, que resultaram em diferentes partidos políticos e conseqüentemente em diferentes sistemas partidários (Jalali, 2017). No caso da Europa Ocidental, foram identificados dois grandes movimentos históricos, revoluções, que

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

redefiniram o contexto social da Europa: a revolução nacional e a revolução industrial, cada uma das quais dando origem a duas clivagens sociais na Europa.

Contudo, nas pesquisas realizadas foram identificadas quatro clivagens: clivagem centro-periferia, clivagem Estado-Igreja, clivagem rural-urbano e clivagem patrões-trabalhadores. Carlos Jalali (2017, p.27) estabelece uma breve ligação entre estas clivagens e os partidos políticos. Segundo ele, estas clivagens geram uma série de questões políticas, que englobam, por exemplo, os direitos linguísticos, currículos escolares ou o grau de autonomia regional, na divisão centro-periferia; o papel da igreja na educação e nas questões morais, na clivagem Estado-Igreja; ou uma maior ou menor intervenção do Estado na economia, na clivagem patrões-trabalhadores, - nesse caso, os partidos derivam etimologicamente de “*parte*” e veiculam visões opostas dentro de um sistema político – representam politicamente os diferentes lados destas clivagens.

Sartori (1976), por sua vez, define partido político, como sendo, qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que se apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de tais eleições (livres ou não), candidatos em cargos públicos.

Já M. Duverger (1970), define partido político como a comunidade de estrutura peculiar, que se caracteriza dos outros tipos graças às relações internas de seus membros;

Partidos políticos é uma organização ou associação política estável apoiada a uma ideologia determinada, relacionada entre seus afilhados e seguidores, que aspira em algum momento o poder de uma nação para poder impor e desenvolver seu programa político. Neste sentido, partidos políticos desempenham um papel fundamental na organização política de um Estado, na medida em que este se encarrega de recrutar candidatos que ocupem cargos governamentais ou assentos legislativos, formam governos, estabelecem acordos legislativos através da promoção de leis que são fundamentais para a vida em comunidade, entre as principais questões.

Em suma, note-se que todos os conceitos apresentados aqui, e mesmo que fôssemos apresentar outros conceitos de outros autores, observaríamos que todos convergem para o mesmo fim, com palavras e linguagens diferentes de cada autor.

Capítulo II - Contextualização da participação das mulheres na política

A finalidade deste capítulo é entender a sub-representação das mulheres na política ao longo da história política nos séculos XVIII, XIX e XX. Durante vários anos, só era atribuído à mulher o papel de esposa e mãe. O homem era a figura pública, o cidadão, o trabalhador, o chefe de família, provedor de economia familiar e sujeito político.

2.1. Narrativa do papel das mulheres

A mulher tinha que ficar em casa a cuidar da casa e dos filhos enquanto o homem, único que tinha direitos perante a sociedade, trabalhando para o sustento familiar. (Cristiana, 2015, p.15) neste contexto, nalguns países a legislação definia parâmetros sociais de cada género.

O sistema de género apoiou-se num conjunto de leis e de normativas oficiais que regulavam a situação de subalternidade feminina. Ainda que existissem diferentes regimes jurídicos nos diferentes países, no seu conjunto, até ao final do séc. XIX, e em muitos casos até aos inícios do séc. XX, o preceito de género foi regulado pela legislação estabelecida, marcando de forma desnecessária a situação de dependência feminina e de inferioridade perante a lei.

Na Alemanha, França, Itália, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América e na península ibérica estava estabelecido o princípio de domínio masculino, em que as mulheres não tinham direitos políticos e civis. Não tinham acesso à propriedade, à educação, ao desempenho profissional e ao trabalho assalariado. A presença das mulheres nos espaços públicos estava limitada, uma vez que existia subjugação legal da mulher casada em relação ao marido. (Cristiana, 2015, p.15)

A mulher estava subordinada ao homem e nem podia ser eleita para cargos políticos, nem possuía qualquer direito de adquirir e nem administrar bens próprios e da família (Cristiana, 2015, p.16) A educação da mulher tinha em consideração a tarefa que ela devia desempenhar: cuidar os filhos, o marido, a casa, preparar as refeições, tratar da roupa. A administração do lar dependia da mulher, sendo bastante importante e essencial para o homem. (Cristiana, 2015, p.18) Na realidade, o trabalho doméstico era considerado como aptidão natural das mulheres.

2.2. Emancipação feminina

Liberdade, igualdade, fraternidade, principais ideais da Revolução Francesa de 1789, impulsionaram a luta pela igualdade entre homens e mulheres. Será preciso esperar pelo século XX, para a eliminação do estatuto jurídico de inferioridade das mulheres. O primeiro país a reconhecer o direito ao voto foi a Nova Zelândia, em 1893, seguindo-se a Austrália, Finlândia e Noruega. (Cristiana, 2015, p.30).

O período das duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) teve uma grande relevância na conquista dos direitos das mulheres e paulatinamente iam adquirindo direito de voto. No entanto, somente após a Segunda Guerra Mundial que alguns países ocidentais, como a Itália e a França, as mulheres passaram a ter igualdade eleitoral. A Suíça, por exemplo, só em 1971 é que reconheceu o direito de votar para as mulheres.

O direito de voto alargou-se para o resto do mundo; a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano de 1975 como sendo o ano internacional das mulheres. Desde então a ONU tem feito um enorme esforço para auxiliar na implementação desses direitos em todos países. Contudo sabe-se que até os dias de hoje, existe vários países onde esses direitos não prevalecem e que na maioria das vezes as mulheres são maltratadas, submetidas aos maridos, não tendo qualquer direito cívico, económico e político.

A ONU e outras instituições internacionais e regionais relativamente aos direitos das mulheres têm insistido no direito à vida; à liberdade e à segurança pessoal; à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação; à liberdade de pensamento; à informação e à educação; à privacidade; à saúde; ao direito a construir relacionamento conjugal e a planear sua família; direito a decidir de ter ou não ter filhos e quando tê-los; direito aos benefícios do progresso científico; direito à liberdade de reunião e participação política; direito a não ser submetida a torturas e maltrato.

Temos assistido imenso trabalho em prol dos direitos e ao empoderamento da mulher. O conceito de equidade, trouxe uma nova preocupação para os que defendem a participação plena das mulheres em todas esferas da vida.

O surgimento das novas tecnologias no século XX têm contribuído para a mudança de pensamento sobre o papel da mulher na sociedade; a mulher passou a ter tempo para estudar, trabalhar e participar na vida política. Neste sentido, a alfabetização das

mulheres aumentou. Quanto maior o nível de escolaridade da mulher, melhor preparada ela estará para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, para assumir cargos de responsabilidade.

2.3. Mulheres e política

A existência da disparidade entre o gênero nas elites parlamentares, governamentais e institucionais tem suscitado debate e reflexão. Desde os finais do século XX surgiram várias teorias e abordagens com perspectivas diferentes. Irei abordar a vertente cultural, socioeconômica e institucional.

2.3.1. Causas culturais

A divisão apropriada dos papéis sociais no seio do lar e da família, o emprego pago e a esfera política são moldadas pela cultura predominante – as normas, crenças e os valores de uma sociedade, que, em conjunto, residem nos níveis de modernização social e nas tradições religiosas (Norris e Inglehart, 2003). Estes autores identificam três tipos de sociedade: a pós-industriais (ocidentais), as industriais (em desenvolvimento) e as sociedades agrárias; o nível de modernização e industrialização reside nos papéis sociais que afeta o modo como as mulheres agem e são vistas na sociedade e, conseqüentemente, o nível de recrutamento feminino nos órgãos políticos; quanto maior o nível de industrialização (modernização), mais equitativos serão os papéis sociais do homem e da mulher. Nas sociedades agrárias o homem e a mulher desempenham papéis muito definidos e diferentes entre si, causando um afastamento das mulheres da vida política.

Quanto aos países em desenvolvimento (processos de industrialização), estes tendem a facilitar a entrada das mulheres no mercado de trabalho, reduzir as taxas de fertilidade e aumentar a literacia e as oportunidades educacionais para as mulheres, apesar de estas continuarem a ter menos oportunidades do que os homens. As sociedades pós-industriais (sociedades industriais mais avançadas) são apresentadas “*como exemplos*” neste aspeto. Nas sociedades pós-industriais, os papéis de gênero têm convergido fortemente devido a uma revolução estrutural de trabalho pago, nas oportunidades económicas para as mulheres e nas características das famílias modernas.

Quanto a classificação das sociedades, esses autores baseiam nos pressupostos da teoria socioeconômica, assim quanto mais uma sociedade permitir às mulheres o acesso ao

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

trabalho, à educação e à saúde, mais fácil será criar uma cultura de género equitativa. Sendo assim, essa cultura é mais provável nas sociedades pós-industriais, onde é mais previsível a prática dos direitos legais em relação à mulher.

Segundo a teoria cultural, o aumento do recrutamento parlamentar de mulheres tem de assentar obrigatoriamente numa revolução cultural baseada na modernização, num desenvolvimento económico com implicações culturais. (Norris e Inglehart 2003, citado por Bernardo, 2014, p.18)

A modernização e industrialização por si só não são suficientes para explicar a desigualdade entre os géneros, visto que vários teóricos, incluindo os próprios Norris e Inglehart acabaram por apontar um conjunto de micro factores que interfere nas atitudes culturais de uma sociedade, como o nível de democratização e secularização social, as suas tradições religiosas e as atitudes sociais, a existência ou não de um legado comunista e a idade média da população.

Na realidade, um nível elevado de democratização e de secularização social; tradições religiosas menos autoritárias e hierarquizadas; a existência de atitudes e percepções igualitárias entre homens e mulheres; a ausência de legados comunistas e o aumento de jovens numa sociedade tendem a gerar mais igualdade entre homens e mulheres. É mais provável que nas sociedades que reúnem estas características exista um maior índice de recrutamento de mulheres para as elites parlamentares.

A importância da política social evoluiu em sintonia com o nível de modernização, através da *“criação de infra-estruturas de apoio à educação e guarda das crianças, bem como da adopção de medidas de protecção da maternidade e de garantia dos direitos das mulheres no trabalho.”* (Bernardo, 2014, p.19) Para esses autores a ajuda política ajudou a desenvolver um pensamento igualitário.

A maior inserção nas mulheres no campo político pode vir da própria sociedade,

“se as pessoas estão, em geral, mais predispostas a ver mulheres eleitas para cargos públicos, os partidos podem sentir-se mais dispostos a conduzir reformas institucionais e estratégias de acção afirmativas de modo a atingir esse objectivo.” (Norris e Inglehart, 2003, p.146).

2.3.2. Factores socioeconómicos

A partir da década de 60, o crescimento económico se traduz no desenvolvimento humano e político. A emancipação da mulher no mercado de trabalho, na educação e na

Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente: Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos

esfera política foi possível graças ao aumento do seu poder económico. Antes dessa emancipação, os elevados níveis de saúde e educação nas antigas elites colocavam entraves à participação das mulheres, que eram sub-representadas desses grupos. (Bernardo, 2014, p.20)

O desenvolvimento económico acaba por ser importante na análise da igualdade de género, capaz de moldar os problemas de educação das mulheres, o seu nível de pobreza, os salários baixos e a discriminação no local de trabalho, assim como as suas responsabilidades para com a família e a sua participação no sistema político. (Norris & Inglehart, 2003 p. 4-5)

A dimensão importante na análise do papel social da mulher é o acesso à educação e ao emprego (Bernardo, 2014, p.20). Neste sentido, entende-se que, numa sociedade onde há investimentos na educação, a mulher possui um nível escolar mais elevado, consequentemente estará mais apta para o mercado de trabalho, melhor preparada para um emprego e um salário digno, em áreas dominadas até agora por homens, como é o caso da política.

O recrutamento parlamentar é feito maioritariamente por empregos ou cargos dominados por homens, como as funções militares e as direcções executivas ou de gestão, por isso é mais provável a sub-representação feminina.

2.3.3. Origens Institucionais

Os partidos políticos são os principais responsáveis pela sub-representação feminina (Boselli, 2004 p.2, citado por Bernardo, 2014, p.22). *“Com estruturas sexistas, dificilmente incorporam as mulheres em igualdade de condições com os homens, principalmente nos postos de direcção”*.

A literatura considera que existe vários factores institucionais que podem explicar a desigualdade no recrutamento parlamentar. (Bernardo, 2014, p.22). O sistema político de cada país, o sistema de governo, o tipo e o formato de governo, a dinâmica e o tipo de articulações entre os principais partidos políticos como factores capazes de influenciar *“a estrutura de oportunidades”* das carreiras políticas e do recrutamento feminino, tendo em consideração os seguintes factores: tipologia de sistema eleitoral; tipo de listas eleitorais; dimensão dos círculos eleitorais; quotas ou *“regras informais”*; organização e ideologia dos partidos políticos e nível de renovação parlamentar. (André Freire, 2001 p.25, citado Bernardo, 2014, p.22)

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

O sistema eleitoral é um dos factores que poderá influenciar a participação das mulheres na política. Os sistemas proporcionais são os mais favoráveis às mulheres, seguido dos sistemas mistos e, por último, os sistemas majoritários (Norris e Inglehart, 2003). Nos sistemas proporcionais, cada partido apresenta ao eleitorado sua lista coletiva de candidatos para cada círculo eleitoral. Como em geral comportam vários nomes, o partido tende a ter um incentivo eleitoral para maximizar esse apelo coletivo, incluindo candidatos representando as diversas configurações sociais. A não-inclusão de pessoas oriundas de grupos sociais considerados relevantes e com apelo eleitoral, como é caso das mulheres, atualmente, poderia ser vista como uma atitude discriminatória.

No entanto, nos sistemas maioritários, cada partido seleciona um único candidato por cada círculo eleitoral. Assim nesses casos, é observado que a direção dos partidos (maioritariamente são constituídos por homens), tendem a escolher candidatos que maximizem as chances e minimizem os riscos eleitorais, já que ambos os partidos têm como objetivo principal vencer as eleições. Na maioria dos casos, os partidos políticos selecionem os candidatos que já desempenharam cargos políticos, ou seja, os que já possuem capital político.

E argumento não é uma relação automática de causa e efeito; nem sempre os sistemas proporcionais proporcionam um maior índice de mulheres nas elites parlamentares em comparação com os de representação mistos e maioritários, ilustrando como exemplo, o caso do Canadá que têm um sistema maioritário e do Israel que têm um sistema de representação proporcional, no entanto existe uma maior percentagem de representação no primeiro caso. (Bernardo, 2014, p.23) Esta autora defende que é preciso aperfeiçoar outras dimensões institucionais, nomeadamente, a organização e a ideologia dos partidos, a criação de quotas ou lugares reservados e a magnitude dos círculos eleitorais. A magnitude é outro factor institucional importante e natureza dos círculos eleitorais uninominais e plurinominais. Os círculos plurinominais de maior magnitude são mais favoráveis à entrada das mulheres nas elites parlamentares, uma vez que permitem aos partidos eleger mais candidatos e candidatos mais “*diferenciados*”. (Bernardo, 2014, p.23). Quando maior o círculo eleitoral, os partidos tendem a apresentar maior lista de candidatos que concorrem a cada círculo “*a proporção de mulheres que surgem como candidatas às eleições legislativas é sempre maior no conjunto dos círculos grandes e menos nos círculos pequenos*” (Viegas, 2001, p.33). Quanto mais candidatos eleitos, mais mulheres possíveis serão eleitas, já que com listas maiores os partidos políticos tenderão a incluir nelas diferentes perfis sociais.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Ao contrário, não acontece nos círculos uninominais (são mais observadas nos países com sistemas eleitorais majoritários ou mistos), onde é eleito apenas um candidato, são mais desfavoráveis à entrada das mulheres para as elites parlamentares; os partidos políticos quando estão presentes de círculos eleitorais de baixa magnitude, onde um único candidato será eleito, tendem a adotar uma “*estratégia de maximização de voto*” com o objetivo de “*minimizar os riscos eleitorais*” e garantir a “*escolha segura*” e mais comum: a seleção de um homem (Bernardo, 2014, p.24).

A literatura tem considerado que a baixa representatividade das mulheres na política, nem tem sido tanto em conseguirem a indicação como candidatas, mas sim em conseguirem um lugar elegível nas listas de candidatura dos partidos. Sendo assim, as quotas e os lugares reservados são um dado importante na análise do recrutamento feminino. “*As quotas constituem um factor que pode explicar o porquê de alguns partidos dominarem a presença igualitária de homens e mulheres nos Parlamentos*”. (Lilliefeldt, 2009, p.12)

A introdução de quotas quer pela via formal como pela via informal por partido podem produzir um efeito de contágio, fazendo assim que os outros partidos adotem-no também para estes não percam votos, tendo assim mais mulheres nas suas listas e maior número de eleitas. Contudo não existe consenso nos autores acerca deste assunto. Os sistemas de quotas, de uma forma isolada, não têm grandes efeitos no aumento do número de mulheres no Parlamento (Norris e Inglehart, 2009). É necessário conciliar a magnitude dos distritos e a natureza da lista partidária a análise do sistema de quotas.

Quanto ao nível de estrutura de lista partidária, vários autores consideram que as listas abertas são mais benéficas ao recrutamento feminino parlamentar do que fechadas, visto que nos primeiros os eleitores podem ir para além da decisão dos partidos; a natureza do sistema de listas é apontada como um influenciador do recrutamento feminino parlamentar, na medida em que pode pressupor um controlo dos partidos políticos (Lilliefeldt, 2009, p. 6).

No caso cabo-verdiano, utiliza-se o sistema eleitoral proporcional de lista fechada e bloqueada.

“Ao estabelecer que a apresentação de candidaturas cabe aos órgãos competentes dos partidos políticos ou das coligações de partidos políticos, o Código Eleitoral remete para os estatutos dos partidos políticos e os pactos de coligação a definição do órgão que escolhe os candidatos.”

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Na realidade, o órgão não só escolhe candidatos, mas também procede a sua ordenação, determinando o lugar que cada um ocupa na lista. A lista apresentada é assim lista fechada e bloqueada o que quer dizer que o eleitor não pode acrescentar mais nomes, nem alterar a ordem pela qual foram apresentadas pelos partidos ou grupo de cidadãos.” (Évora, 2018, p.60)

Para esta autora, em Cabo Verde, para além do sistema eleitoral cabo-verdiano ser proporcional e de lista fechada e bloqueada, o arquipélago é predominantemente constituído por círculos eleitorais de baixa magnitude que aliada à lista fechada bloqueada condiciona a eleição das mulheres.

Capítulo III – Mulheres e política em Cabo Verde

Neste capítulo pretende-se apresentar uma breve análise do envolvimento das mulheres cabo-verdianas na política desde 1975 até 2016, relacionar de forma pouco exaustiva o desenvolvimento económico, social e cultural de Cabo Verde.

3.1. Regime de partido único e abertura democrática

Após a independência política, em 1975, instaurou-se em Cabo Verde um regime mono partidário. Até a década de 1990 o PAIGC, que na década de 1980 foi transformado em PAICV foi a única força política ativa e legal no país (Borges, 2010, p.30).

Os outros partidos políticos estavam proibidos por lei. O regime de partido dispunha *“sozinho de fato e de direito da liberdade de acção política num país, e constitui, desse modo, uma instituição fundamental do regime”* (Roselma, 2001, p.60). Dos 56 dos lugares elegíveis a Assembleia Nacional, em 1975, apenas uma mulher era deputada nacional, representando 1,6 % do total dos eleitos. Em 1980, num total de 63 lugares, 4 mulheres eram deputadas, representando cerca de 6,3 % dos eleitos. Em 1985, num total de 83 deputados a serem eleitos, 10 foram mulheres, representando, assim 12% do total dos eleitos (ver tabela 2).

Tabela 2 – Membros eleitos no parlamento nas eleições legislativas de 1975-1990

Data	Deputadas eleitas	Deputados eleitos	Total
1975	1	55	56
1980	4	59	63
1985	10	73	83

Fonte: Boletim Oficial de Cabo Verde. Nº 24, 4 de julho de 1975; Código Eleitoral Anotado. Praia. 2005, p. 295; CNE & CNDHC. 2010. p.63.

Com fraca representação feminina no Parlamento durante o regime de partido único podemos notar que nestas três eleições, o número de mulheres eleitas para o Parlamento aumentou, mesmo de forma desproporcional e lenta.

Não foram registadas presença de mulheres no desempenho de cargos nos sucessivos governos durante o regime mono partidário. Nesta altura, um grande número de mulheres tinha pouco acesso à educação, onde as suas ocupações eram quase exclusivamente domésticas (Lopes, 2013, p.10).

Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente: Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos

A nível do poder local, durante o regime de partido único tivemos em Cabo Verde duas mulheres que exerceram o cargo de delegada do governo. Paula Fortes, uma combatente de liberdade da pátria, foi a primeira mulher durante a I república a desempenhar o cargo de delegada de governo na ilha do Sal. Mas também na ilha de Boa Vista uma mulher ocupou cargo semelhante.

A fraca adesão das mulheres no poder local, pode ser justificado pelo facto de antes da instauração do regime pluralista, os titulares dos órgãos municipais serem designados e escolhidos pela cúpula do partido no poder. Dito isto poderemos concluir que, a vontade popular não era tida em conta, já que estes eram nomeados. (Évora, 2001, p.85-86), Em relação, à presidência da República, desde 1975 até 2016 não houve nenhuma mulher candidata e eleita.

Com a abertura política e a instauração do regime democrático em Cabo Verde e consequentemente o surgimento de outros partidos políticos, passou-se a registar maior envolvimento das mulheres, mesmo que, ainda hoje esse envolvimento delas na vida política seja considerado pouco.

3.2. Eleições legislativas

Procuramos apresentar os resultados das eleições legislativas realizadas (1991-2016) com o objetivo de perceber a evolução da participação feminina, analisando não apenas o número de mulheres eleitas no Parlamento, como também o lugar que as mulheres ocuparam nas listas eleitorais, dos respectivos partidos políticos.

3.2.1. Em 1991

Nas primeiras eleições legislativas livres e pluralistas em Cabo Verde, em 1991, concorrem o Movimento para a Democracia (MpD) e Partido Africano Independente de Cabo Verde (PAICV) nos 25 círculos eleitorais para eleger 79 deputados. (Monteiro, 2009, p.113).

Nesta primeira eleição foi visível a reduzida presença de mulheres nas listas, tanto como efetivas, suplentes ou como cabeças de listas eleitorais. Para além disso, verifica-se que a presença feminina tendia a aumentar a medida que diminuía o nível de responsabilidade política. Constatou-se assim que o número de mulheres, a nível nacional, na categoria de suplentes foi o dobro relativamente à categoria de efetivos/as.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 3 – Mulheres e eleições legislativas em 1991

Partidos Políticos	Listas Eleitorais			Eleitas
	Cabeças de listas	Efetivas	Suplentes	
PAICV	1---- 4,0%	10----12,7%	16----14,4%	0----0,0%
MpD	2----8,0%	5----6,3%	14----15,6%	3---5,4%
Total Nacional	3---6,0%	15---9,5%	30----14,9%	3----3,8%

Fonte: Monteiro, 2009, p.113

3.2.2. Eleições legislativas de 1995

Nas legislativas de 1995, os números de mandatos diminuíram de 79 para 72 lugares. O MpD conseguiu eleger 50 lugares, sendo 7 mulheres, o PAICV 21 lugares sendo apenas uma mulher e o Partido Centro Direita (PCD) elegeu apenas 1 deputado. Nesse sentido, registou-se um aumento do número de mulheres de 3 para 8, sendo 11,1% do total dos eleitos nacionais (ver tabela 4). Assim podemos concluir que quando maior o número de lugares que os partidos políticos conseguem eleger, maiores chances as mulheres têm de ser eleitas.

Tabela 4 – Mulheres e eleições legislativas em 1995

Partidos Políticos	Listas Eleitorais			Eleitas
	Cabeças de lista	Efetivas	Suplentes	
Total nacional	--	--	- -	8----11,1%
MpD	--	--	--	7----14,0%
PAICV	--	--	--	1----4,8%
PCD	--	--	--	0----0,0%
PSD	--	--	--	0----0,0%
UCID	--	--	--	0----0,0%

Fonte: Monteiro, 2009, p.114

-- resultado não encontrado

3.2.3. Em 2001

Nas eleições legislativas de 2001, no total de 20 círculos eleitorais, apenas 6 lista de candidatura teve como cabeça de lista mulheres. Observou-se ainda um aumento do número de mulheres nas listas em todas as categorias, apesar de constatarmos quer no PAICV como no MpD, houve maior número de mulheres nas listas como suplentes do que como efetivas. Por último ainda registamos que o MpD diminui o número de mulheres eleitas de 7 para 3 e o PAICV aumentou o número de 1 para 5 eleitas. Mesmo assim o número de mulheres eleitas no parlamento manteve-se.

Tabela 5 – Mulheres e eleições legislativas em 2001

Forças Políticas	Listas Eleitorais			Eleitas
	Cabeças de listas	Efetivas	Suplentes	
Total nacional	6----6,4%	69---19,9%	83----22,4%	8----11,1%
PSD	2----14,3%	29----50,0%	17----42,5%	0----0,0%
MpD	2----10,0%	14----19,4%	20----23,5%	3----10,0%
PAICV	2----10,0%	12----16,7%	18----21,4%	5----12,5%
PRD	0----0,0%	9----12,5%	16----19,3%	0----0,0%
ADM	0----0,0%	5----6,9%	12----15,2%	0----0,0%

Fonte: Monteiro, 2009 p.116

3.2.4. Em 2006

Nas eleições legislativas de 2006, 5 partidos concorrem as eleições, mas apenas o MpD e o PAICV concorrem nos 20 círculos eleitorais do país. Verifica-se que houve maior equilíbrio do número total de efetivas e suplentes apresentadas pelos partidos políticos e um aumento de 6 para 9 do número de mulheres como cabeças de listas. Uma outra conclusão que podemos tirar é que os menores partidos políticos ou os partidos políticos considerados com menor capacidade de adesão de voto apostaram em menor número de mulheres como cabeças de listas e efetivas.

“Supõe-se que candidatos que já foram parlamentares ou tiveram votações expressivas em pleitos anteriores tendem a oferecer menor

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

risco de competição, pois teriam base eleitoral, nome conhecido e estruturada criada pelo próprio mandato” (Clara Araújo, 2003, p.5).

Tabela 6 – Mulheres e eleições legislativas em 2006

Partidos Políticos	Listas Eleitorais			Eleitas
	Cabeças de lista	Efetivas	Suplentes	
Total nacional	9----15,3%	60----25,1%	66----28,6%	11----15,3%
PSD	4----44,4%	18----48,6%	9----33,3%	0----0,0%
MpD	4----20,0%	14----19,4%	18----21,4%	4----13,8%
PAICV	1----5,0%	19----26,4%	32----38,1%	7----17,1%
PRD	0----0,0%	9----19,1%	6----18,8%	0----0,0%
UCID	0----0,0%	0----0,0%	1----25,0%	0----0,0%

Fonte: Monteiro, 2009 p.117

3.2.5. Em 2011

Seis partidos políticos concorrem as eleições em 2011, mas apenas o PAICV e o MpD concorrem em todos os círculos eleitorais. No entanto, o PAICV e MpD continuaram a ser os únicos partidos políticos a conseguir eleger mulheres para o parlamento nacional. Nessa eleição, registou-se um aumento do número de mulheres eleitas, de 11 para 15. O PAICV aumentou o número de eleitas de 8 para 7 e o MpD elegeu mais 3 mulheres em relação ao mandato anterior.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 7 – Mulheres e eleições legislativas 2011

Partidos Políticos	Listas Eleitorais			Eleitas
	Cabeças de listas	Efetivas	Suplentes	
Total Nacional	--	--	--	15----20,8%
PAICV	--	--	--	8----11,09%
MPD	--	--	--	7----9,70%
UCID	--	--	--	0----0,0%
PP	--	--	--	0----0,0%
PSD	--	--	--	0----0,0%
PTS	--	--	--	0----0,0%

Fonte: CNE, (Comissão Nacional de Eleições)

3.2.6. Em 2016

Nas eleições realizadas em 2016 concorreram o PAICV, MpD, UCID, PP, PSD e o PTS que tinham concorrido as eleições legislativas de 2011, mas apenas o PAICV e o MpD candidataram-se em todos os círculos. Registou-se um ligeiro aumento do número de eleitas no parlamento, de 15 para 17. O PAICV de 8 mulheres no parlamento passou a ter 7 eleitas e o MpD de 8 passou a 9 eleitas. Já a UCID, conseguiu aumentar o número de eleitos no parlamento de 2 para 3, sendo uma mulher, e a primeira mulher eleita deste partido para o parlamento (ver tabela 8).

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 8 – Mulheres e eleições legislativas em 2016

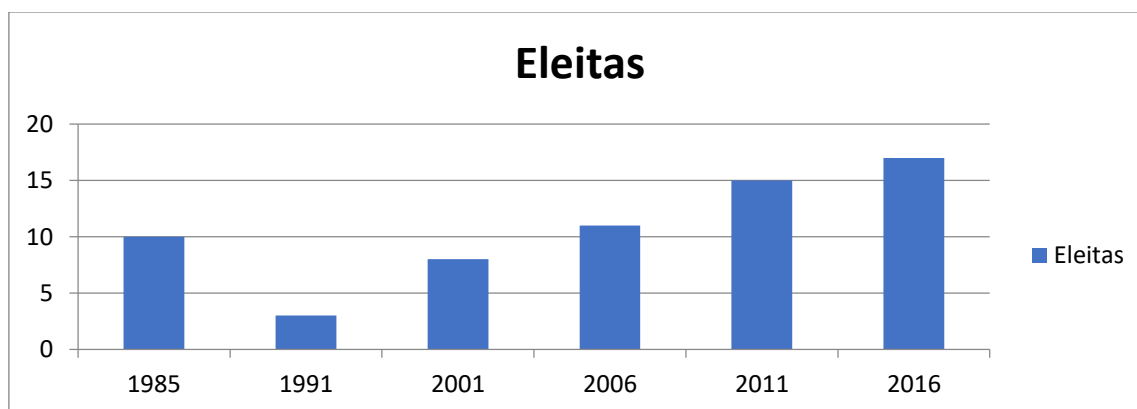
Partidos Políticos	Listas Eleitorais			Eleitas
	Cabeças de Listas	Efetivas	Suplentes	
Total Nacional	--	--	--	17----23,61%
PAICV	--	--	--	7----9,72%
MpD	--	--	--	9----12,45%
UCID	--	--	--	1----1,38%
PP	--	--	--	0----0,0%
PSD	--	--	--	0----0,0%
PTS	--	--	--	0----0,0%

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

3.3. Mulheres no parlamento, no executivo e na Câmara Municipal de S. Vicente

Desde a abertura política, a evolução do número de mulheres no parlamento tem vindo a aumentar. Em 1991 o Parlamento tinha 3 mulheres, em 2018 passou a ter 17 deputadas.

Gráfico 2 – Evolução das mulheres no parlamento (1985-2016)

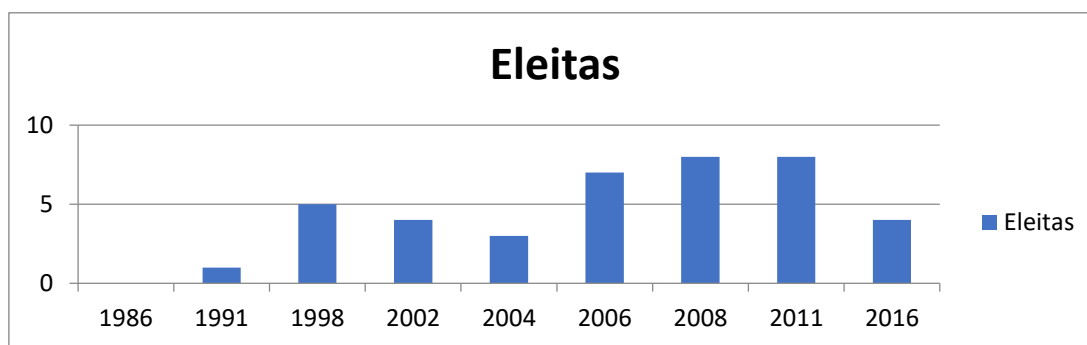


Fonte: CNE, (Comissão Nacional de Eleições)

Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente: Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos

Após a abertura política passou-se a registar presença de mulheres no órgão executivo, tanto como a presença de homens, o que durante o regime de partido único não foi observado. Assim desde 1991, registou-se que os sucessivos governos procuraram inserir mulheres nesse órgão do poder. Contudo muitos autores, ainda criticam essa presença, realçando que esta é muito desigual em relação a forte presença dos homens no governo, como exemplo em 2004, no total de 21 pastas no governo, havia apenas 3 mulheres chefiando essas mesmas, ou mesmo no atual governo onde apenas 4 mulheres ocupam cargos nesse órgão. No entanto, tanto em 2008 como em 2011, a percentagem de mulheres no governo chegou aos 40%.

Gráfico 3 – Evolução de mulheres no executivo (1986-2016)



Fonte: Crispina Gomes (2011), *Mulheres e poder: o caso de Cabo Verde*, Praia: IBNL

No caso das primeiras eleições autárquicas realizadas no país, em São Vicente participaram três forças políticas, sendo que, um deles foi um grupo independente, que por sua vez venceu as eleições. No total de 9 lugares na Câmara municipal (CM), apenas uma mulher foi eleita como vereadora, representando assim 11,1% do total dos eleitos na CM e no caso da Assembleia Municipal (AM), no total de 21 lugares, 4 mulheres foram eleitas deputadas municipais representando assim 19,1% da AM. Note-se então, que relativamente ao órgão executivo, a presença de mulheres foi fraca.

Nas eleições autárquicas 1996, no entanto, registou-se um aumento de mulheres eleitas tanto na CM como na AM, em que, de uma mulher na CM passamos a ter duas mulheres, representando assim 22,2% dos lugares. Quanto ao número de mulheres na AM aumentou de 4 para 6, representando 28,6% dos eleitos na AM.

Já nas eleições autárquicas de 2000, pela primeira vez, assistiu-se um aumento significativo do número de mulheres eleitas na CM, no total de 9 lugares a ser eleitos na CM, 5 foram mulheres correspondentes a 55,5% dos eleitos na CM. Já na AM, o

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

número de mulheres eleitas manteve-se constante. Um outro aspeto a ter em conta é que os dois maiores partidos do país não conseguiram eleger nenhum eleito quer na CM nem na AM. As eleitas pertenciam a grupos independentes da ilha.

Em 2004, com novas eleições, a presença de mulheres na CM, diminui bruscamente de 5 para 1 mulher (11,1% dos eleitos na CM), no entanto, esta única mulher eleita na CM, foi a primeira mulher eleita para o cargo de Presidente da Câmara Municipal de São Vicente foi a Dra. Isaura Gomes. Entretanto, na AM, a presença de mulheres, aumentou de 6 para 8, representando assim 38,1% dos eleitos na Assembleia Municipal de São Vicente.

Nas eleições de 2008, a Dr. Isaura Gomes voltou a concorrer as eleições autárquicas como cabeça de lista do MpD para a CM, e novamente, venceu as eleições autárquicas na ilha, contudo o número de eleitas tanto na CM, como na AM manteve-se.

Em 2012, a Dr. Isaura Gomes, já não estava na CM a trabalhar por razões de saúde, entretanto nas eleições autárquicas de 2012, verificou-se um aumento de eleitas na CM de 1 para 3, representado 33,3% dos eleitos da CM. Na AM, o número de mulheres eleitas diminui de 8 para 6, representando 28,6% dos eleitos na AM. No entanto a mesa da Assembleia Municipal passou a ter, pela primeira vez, como Presidente de mesa, uma mulher, Maria Celeste Fonseca.

Já, nas últimas eleições autárquicas realizadas em 2016, o número de eleitas na CM manteve-se, entretanto o número de eleitas na AM aumentou consideravelmente, no total de 21 lugares a eleger, na AM, 10 lugares foram ocupados por mulheres, tendo assim boa percentagem de mulheres na AM. Consecutivamente a AM, voltou a ter, como Presidente de mesa, uma outra mulher, Maria Fernanda Duarte Vieira.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 9 – Mulheres e eleições autárquica na ilha de São Vicente (1991-2016)

Ano eleição	Partidos Políticos	Eleitas CM	Eleitas AM	Total CM	Total AM
1991	Total	1----11,1%	4----19,1%	9	21
	MPRSV	1----11,1%	3----14,3%	9	12
	MpD	0----0,0%	1----4,8%	0	5
	PAICV	0----0,0%	0----0,0%	0	4
1996	Total	2----22,2%	6----28,6%	9	21
	MPRSV	2----22,2%	6----28,6%	9	21
	MpD	0----0,0%	0----0,0%	0	0
2000	Total	5----55,5%	6----28,6%	9	21
	ATS	3----33,3%	4----19,0%	5	10
	MAISV	2----22,2%	2----9,5%	3	6
	PAICV	0----0,0%	0----0,0%	1	4
	MpD	0----0,0%	0----0,0%	0	1
2004	Total	1----11,1%	8----38,1%	9	21
	MpD	1----11,1%	3----14,3%	4	8
	PAICV	0----0,0%	4----19,0%	3	7
	PTS	0----0,0%	0----0,0%	1	2
	UCID	0----0,0%	0----0,0%	1	3
	MMSV	0----0,0%	1----4,8%	0	1
2008	Total	1----11,1%	8----38,1%	9	21
	MpD	1----11,1%	4----19,05%	4	10
	PAICV	0----0,0%	4----19,05%	3	7
	ASV	0----0%	0----0,0%	0	0
	UCID	0----0,0%	0----0,0%	2	4
2012	Total	3----33,3%	6----28,6%	9	21
	PAICV	2----22,2%	1----4,76%	3	7
	MpD	1----11,1%	4----19,06%	4	9
	UCID	0----0,0%	1----4,76%	2	5
	PTS	0----0,0%	0----0,0%	0	0
2016	Total	3----33,3%	10----47,6%	9	21
	PAICV	0----0,0%	2----9,5%	0	4
	MpD	3----33,3%	4----19,05%	9	11
	UCID	0----0,0%	4----19,05%	0	6

Fontes: Monteiro, 2009 p.129-131; Dados fornecidos pela DGAPE (Direcção Geral do Apoio ao Processo Eleitoral); Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série - Nº 45 - 1 de agosto de 2012; Comissão Nacional de Eleições.

3.4. Participação das mulheres na política e o seu papel

Neste ponto, procuramos relacionar, o desenvolvimento económico, social e cultural, de Cabo Verde nos últimos anos com o papel da mulher nesse processo e saber se parte deste desenvolvimento estará ligado diretamente com aumento participação das mulheres na política, no parlamento, podendo assim responder a segunda hipótese levada no início do trabalho. Neste propósito, recorreremos a dados estatísticos do Instituto nacional de Estatística (INE), referentes as estatísticas económicas, sociais e culturais.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

A nível dos dados, é unânime a todos, que Cabo Verde desenvolveu nos últimos anos tanto a nível económico, social e cultural, razão pela qual poderá o mesmo estar relacionado com a entrada de mulheres no domínio político do país. Assim escolhemos alguns indicadores económicos, sociais e culturais para perceber um pouco deste fenómeno.

3.4.1. Desenvolvimento económico

Há alguns anos atrás Cabo Verde foi considerado um país de desenvolvimento médio. E ainda, segundo dados publicados, o país esteve em melhores posições a nível mundial, no que toca ao desenvolvimento humano, estando a frente de outros países africanos considerados ricos, como Angola e a Nigéria.

Os indicadores económicos escolhidos, neste estudo, foram o PIB corrente, taxa de crescimento do PIB real, PIB per capita, PNB por habitante, taxa de desemprego e profissões por sexo.

Tabela 10 – Indicadores económicos de Cabo Verde (2001-2016)

	2001	2004	2008	2012	2016
PIB per capita (em milhares de escudos)	155 900	175 300	238 000	297 147	312 067
Taxa de crescimento do PIB real	6,1%	4,3%	75,2	-----	-----
População	444.921	468.164	499.796	505.983	531 239
PNB por habitante	1248,8	1935,9	3065,0	-----	-----
PIB corrente em Milhares de contos	69.380,3	69.380,3	118.94 9,4	150 351 (em milhões de ECV)	165 782 (em milhões de ECV)

Fonte: INE

----- não observado

Analisando os dados da tabela 10 com o gráfico 1, constatamos que houve crescimento do PIB nacional tal como houve aumento de mulheres no parlamento entre os anos 2001 a 2016, mas com taxas de progressão diferentes, visto que a presença de mulheres no poder político não chega, até hoje, aos 30% do total dos lugares elegíveis no parlamento. Observa-se que desde de 2001 o número de mulheres no parlamento tem

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

vindo a aumentar, mesmo que para muitos autores esse aumento tem sido lento. Contudo o crescimento do PIB nacional tem sido acompanhado com o aumento de mulheres no parlamento. Se por exemplo, consideramos que em 1991, havia apenas uma mulher no parlamento e em 2016 passamos a ter 17 mulheres, nesse caso, admitimos que o aumento da presença de mulheres no parlamento foi em parte consequência deste crescimento económico. Embora este argumento sozinho não explica o aumento da participação feminino no poder político, mas consideramos que crescimento económico de um país ser fundamental para o progresso desse fenómeno.

Tabela 11 – Taxa de desemprego (2000 – 2016)

Género/meio	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	217
Masculino	6,7	12,6	-----	10,8	11,4	-----	17,2	16,3	12,9	11,8
Feminino	10,9	13,2	-----	16,6	14,8	-----	16,4	15,2	17,4	12,8
Urbano	11,1	13,6	-----	13,2	17,3	-----	19,1	17,0	-----	-----
Rural	5,4	11,9	-----	13,8	8,9	-----	12,1	12,4	-----	-----
Total	8,6	12,9	-----	13,4	13,0	-----	16,8	15,8	-----	-----

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Em Cabo Verde, a Taxa de Desemprego, atinge em maior percentagem as mulheres, (ver tabela 11), embora esta disparidade do desemprego entre homens e mulheres tem vindo a diminuir. Se, por exemplo, em 2006 a diferença entre homens e mulheres desempregados era de 5,8 % em relação ao ano 2008, contudo vê-se que a partir de 2008, esta diferença começou a baixar. Mas em 2016, esta diferença entre homens e mulheres voltou a aumentar atingindo assim 4,5%, tendo regredido novamente no ano posterior para uma diferença de 1%. Conclui-se então, que considerando esses dados globais podemos admitir que foram melhoradas e alteradas as condições e o acesso feminino no que toca ao emprego.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

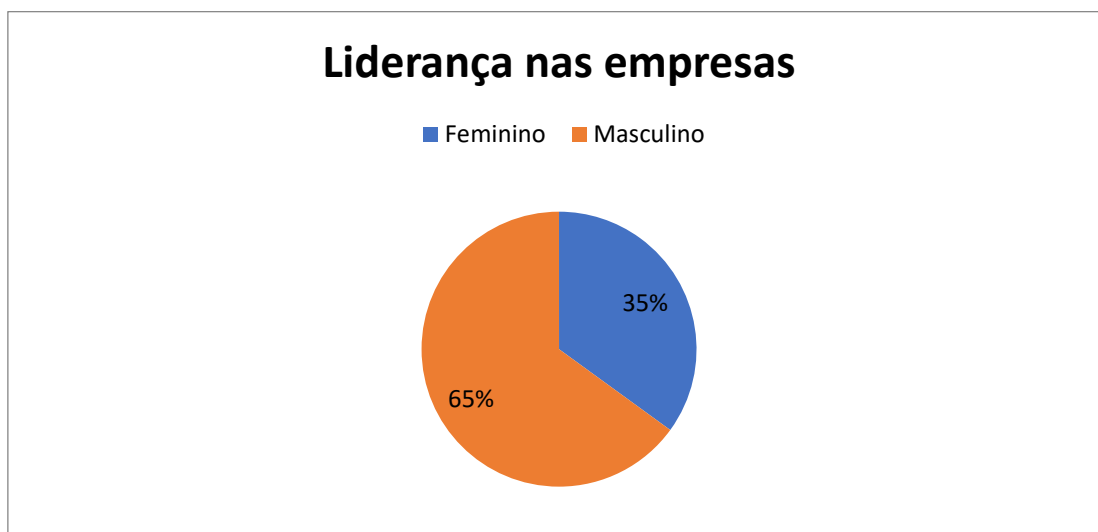
Tabela 12 – Participação da mulher nas diferentes esferas do poder em 2016

Esferas do Poder	Total	Feminino	Masculino
Poder Legislativo	72	17	55
Supremo Tribunal de Justiça	7	3	4
Poder Executivo	12	3	9
Presidente das Câmaras Municipais	22	0	22
Vereadores de Câmaras Municipais	138	29	109
Presidente das Assembleias Municipais	22	3	19
Deputados das Assembleias Municipais	320	94	226
Procuradores	27	9	18
Presidentes de ONG e Associações Comunitárias de Base (%)	94,2	11,1	83,1

Fonte: INE, Mulheres e homens, factos e números 2017

Apesar dos esforços que sucessivos governos têm realizado para aumentar a participação das mulheres nas esferas de decisão, o estudo realizado pelo INE, em matéria da igualdade do género, mostra que a predominância de homens em instâncias de poder continua. Nas últimas eleições autárquicas, apenas 3 mulheres foram eleitas a Presidentes das Assembleias municipais e nenhuma foi eleita a Presidente de Câmara. Já no Supremo Tribunal de Justiça e nos procuradores note-se uma menor diferença entre homens e mulheres. Quanto ao número de mulheres no poder executivo, prevalece uma enorme diferença entre eles. A nível das associações comunitárias e Organizações Não Governamentais (ONGs) a presença de mulheres no desempenho de cargos de presidente, ainda é fraca (ver tabela 12).

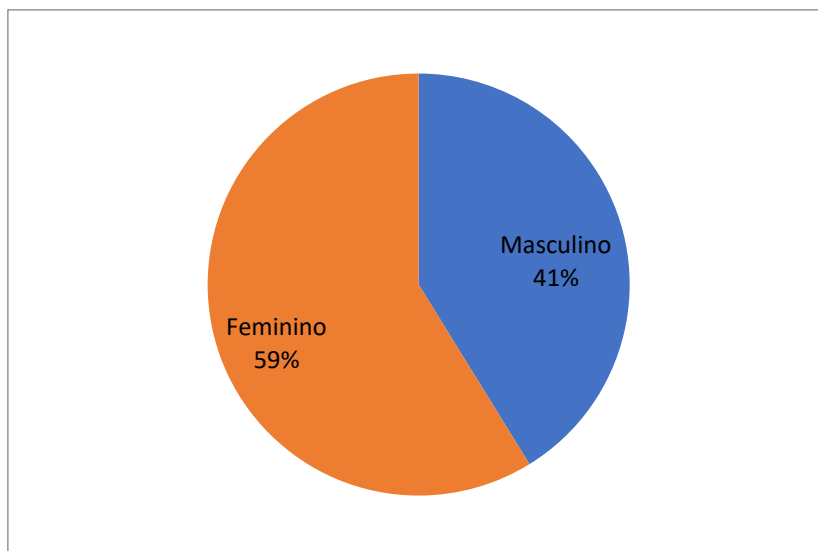
Gráfico 4 – Liderança nas empresas em 2012



Fonte: INE, Mulheres e homens, factos e números 2017

Segundo dados recolhidos pelo INE e pelo IV Recenseamento Empresarial em 2012, das empresas ativas 65% são geridas por homens e as restantes por mulheres (ver gráfico 4). Constatamos também que em matéria de liderança as mulheres estão em posição inferior aos homens.

Gráfico 5 – Proporção do emprego informal não agrícola em 2015



Fonte: INE, anuário Estatístico de 2017, p.123

Quanto ao gráfico 5, podemos observar que, a maior da população que trabalha no sector informal é do sexo feminino. Cerca de 59% de mulheres e 41% dos homens, têm emprego informal não agrícola.

3.4.2. Engrandecimento social e cultural

A nível do desenvolvimento cultural escolhemos abordar os seguintes indicadores, de forma não exaustiva, para ilustrar melhor a evolução da condição feminina em Cabo Verde e a situação atual: Índice de Fecundidade, taxa de alfabetização da população, taxa de abandono e reprovação escolar por sexo, o número de estudantes no ensino superior e de diplomados.

Tabela 13 – Índice de Fecundidade (1990 – 2017)

Anos	Índice de Fecundidade (ISF)
1990	5,5
2000	4,0
2005	2,9
2010	2,6
2015	2,32
2015	2,29

Fonte: INE, 2017

Entre 1990 a 2015, verificou-se uma redução no índice de fecundidade que passou de 5,5 filhos para 2,29 de filhos, uma redução média de 3 filhos por mulher (ver tabela 13). Segundo o estudo, realizado pela INE, em 2017, a diminuição do índice de fecundidade poderá estar associado à melhoria das condições de vida, nomeadamente ao acesso à educação, à informação e aos serviços de planeamento familiar e à utilização de contraceptivos, que permitem o exercício da liberdade de escolha sobre o número de crianças que cada pessoa quer ter, mas sobretudo com as profundas mudanças nas relações e representações de género, tanto no que se refere ao papel social atribuído às mulheres, como ao aumento da autonomia física destas, ou seja, do poder de decisão sobre o corpo.

Com a redução do número de filhos, podemos dizer que mulher passou a ter maior disponibilidade para apostar no progresso dos seus estudos e na sua carreira profissional.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 14 – Taxa de alfabetização da população em percentagem (2000-2017)

Ano	Taxa de alfabetização da população (15 anos ou mais)	
	Mulheres	Homens
2000	67	83
2006	73	87
2010	77	88
2015	83,5	91,4
2017	84,7	93,3

Fonte: INE

Observando a tabela 14, podemos analisar que houve melhorias no nível de instrução, já que em 2000, a taxa de alfabetização das mulheres era de 67% e em 2017 passou a ser 84,7 %. Contudo note-se que a diferença entre homens e mulheres alfabetizadas persiste até os dias de hoje, não deixando de realçar que, esta diferença tem vindo a diminuir. Assim pode-se dizer que, aumento do nível de instrução das mulheres cabo-verdianas teve repercussão na maior presença de mulheres no parlamento e nos órgãos do poder, visto que em 2000, existia 8 mulheres no parlamento e em 2016, passou-se a ter 17 mulheres. Sem dúvida que essa mudança cultural, mesmo com fragilidades, acabou por impulsionar maior participação das mulheres, em áreas que tinham sido inibidas por décadas, como por exemplo, o poder político e outras profissões que não se via mulheres.

Tabela 15 – Taxa de abandono escolar segundo o nível de ensino (2012-2017)

Anos	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2012/13	1,6	1,9	1,3	7,4	8,8	6,1
2013/14	1,1	1,4	0,9	5,8	6,9	4,8
2014/15	1,0	1,3	0,8	6,4	7,6	5,3
2015/16	1,1	1,4	0,7	7,0	8,3	5,5
2016/17	1,0	1,2	0,7	6,8	8,1	5,3

Fonte: INE, anuário estatístico de 2017.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Na tabela 15, observamos que a taxa de abandono tem reduzido ligeiramente em ambos os géneros, tanto no ensino básico como no ensino secundário. Contudo note-se que o abandono escolar tem sido maior nos rapazes do que nas raparigas. O mesmo acontece, no aspeto da reprovação escolar quer no ensino básico, quer no ensino secundário, os rapazes são que reprovam mais do que as meninas, como se pode ver na tabela 16.

Tabela 16 – Taxa de reprovação segundo o nível de ensino (2012-2017)

Anos	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2012/2013	9,3	11,4	6,9	24,7	27,4	22,3
2013/2014	8,6	10,8	6,2	24,0	27,1	21,2
2014/2015	8,8	11,0	6,3	24,1	29,9	20,7
2015/2016	8,9	11,3	6,2	23,4	27,4	19,7
2016/2017	7,3	9,2	5,2	24,0	28,7	19,7

Fonte: INE, anuário estatístico de 2017.

Mas é importante frisar que, a taxa de reprovação no ensino secundário, tem-se tido maior diminuição nas raparigas do que nos rapazes, pois em 2012/13, 22,3% das raparigas no ensino secundário reprovaram e em 2016/17, 19,7% de raparigas reprovadas.

Neste sentido, tem-se notado nos últimos anos, em Cabo Verde, maior presença de mulheres nas escolas básicas e secundárias do que os homens, isso porque, elas são, as que menos abandonam os estudos e as que menos reprovam.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 17 – Estudantes no ensino superior em Cabo Verde (2012-2017)

	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
2012/13	13 068	5 413	7 655
2013/14	13 397	5 514	7 883
2014/15	12 538	5 168	7370
2015/16	12 622	5 131	7 491
2016/17	12 446	5 084	7 362

Fonte: INE, anuário estatístico de 2017.

Contudo, mesmo tendo mais mulheres diplomadas no ensino superior, assiste-se a uma fraca presença de mulheres no desempenho de exercício do poder político e outros cargos de direção e chefia. Por exemplo, apesar do aumento expressivo de mulheres diplomadas nos últimos anos, em 2011, o parlamento cabo-verdiano tinha 15 mulheres e em 2016 esse número aumentou de 15 para 17 (ligeiro aumento).

Tabela 18 – Diplomados no ensino superior (2012-2017)

	Sexo		
	Total (M/F)	Masculino	Feminino
2012/13	720	232	488
2013/14	1 555	529	1 026
2014/15	1784	723	1 061
2015/16	1 383	508	874
2016/17	1 137	425	712

Fonte: INE, anuário estatístico de 2017.

As mulheres são as que menos abandonam e reprovam nos estudos; elas estão em maior número no ensino superior. Note-se que o número de homens no ensino superior tem diminuído ligeiramente. Perante essa situação, registaram-se desde 2012/13, maior número de mulheres diplomadas no ensino superior do que homens. Em 2012/13, por exemplo, o número de mulheres diplomadas no ensino superior foi duas vezes dos

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

homens. Nos anos seguintes referidos na tabela 18, continua-se a assistir uma forte presença de mulheres diplomadas em relação aos homens diplomados.

Capítulo IV – Género e partidos políticos em Cabo Verde

O capítulo irá analisar o contexto político de Cabo Verde, os perfis ideológicos e organizacionais dos partidos políticos favorecem ou condicionam a participação das mulheres na política, procurando citar, o caso de Cabo Verde; analisar os dados sobre a inserção das mulheres nos órgãos diretivos do PAICV e do MpD, os dois maiores partidos políticos de Cabo Verde, entre 2002 e 2017; pretende clarificar as diferentes visões da política de adoção de cotas; analisar também o projecto de lei da paridade em Cabo Verde.

4.1. Retórica e igualdade de oportunidades

Envolve assinaturas de acordos internacionais no plano governamental no âmbito de convenções internacionais sobre direitos das mulheres. Entre os partidos políticos as questões das mulheres são aceites em plataformas de campanhas e assumidas em discursos, mas com ausência de políticas efetivas de implementação. Dependendo do compromisso das lideranças e do poder nos partidos, as mulheres podem ser escolhidas para a disputa ou ocuparem alguns cargos. Os ganhos, em geral, não são institucionalizados, mas derivados de líderes individuais, podendo ser alterados as mulheres indicadas nesses processos podem ter mandatos ou cargos que resultam de concessões e não de bases eleitorais ou partidárias próprias (Araújo, 2005)

Pretende propiciar às mulheres certas condições para desenvolverem as suas carreiras políticas com as mesmas condições dos homens. Para o efeito, são definidos compromissos que vão além dos assumidos nas plataformas eleitorais ou em assinaturas formais de acordos que poderão ser citados os seminários, treinamentos e metas de inclusão a serem alcançadas pelo partido; treinamento de técnicas, programas financeiros e ajuda para que as mulheres possam enfrentar as campanhas eleitorais, ou ainda, como política institucional, apoios como creches e facilidades para que as mulheres possam exercer e participar das atividades políticas;

4.2. Discriminação positiva

É elaborada para beneficiar as mulheres durante um determinado período de tempo. Não há uma intervenção incisiva, caracterizada especialmente pela adoção de sistemas de cotas para a representação pública do partido, além de outras políticas de género, como a participação nos atos eleitorais.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

A adoção dos tipos de medidas ou estratégias é influenciada pelo grau de organização das mulheres no interior dos partidos, o perfil ideológico dos mesmos, bem como pelas regras do sistema político. (Araújo, 2005 p.200)

A capacidade de organização das mulheres dos partidos em torno de seus interesses tem-se mostrado como elemento de grande relevância à participação das mesmas e à adoção das estratégias pelos partidos políticos. Nesse sentido, a auto-organização das mulheres tende a exercer pressão interna, estimulando a implantação de estratégias de promoção da participação das mulheres, fortalecendo a procura das mesmas, através da ampliação do apoio das lideranças e da representação de seus interesses internamente (Araújo, 2005; Godinho, 1996).

Os partidos de esquerda têm incluído e estimulado mais a participação e engajamento político feminino (Norris & Lovendusky, 1993). A estratégia de ações afirmativas e a discriminação positiva têm sido as mais utilizadas por estes partidos. Todavia, elas ampliam a participação interna no partido, não correspondendo aos esforços despendidos para indicação de candidaturas para representação externa, que se tornam menos expressivas quando se trata de mulheres (Araújo, 2005).

Os partidos políticos mais conservadores de direita tendem a adotar compromissos retóricos, adotando também o argumento da autorregulação da competição eleitoral como princípio organizador do recrutamento e representação de mulheres (Norris & Lovendusky, 1993).

As iniciativas adoptadas pelos partidos para promoção da participação interna de mulheres vem perdendo a conotação ideológica, começando a tornar cada vez mais uniforme entre as organizações partidárias em geral. De acordo com a Araújo (2005), a maior abertura dos partidos à procura de participação feminina pode indicar, por um lado, a ampliação da legitimidade do tema na sociedade, e por outro lado, a percepção partidária de que a temática dos direitos das mulheres tem ganho relevo eleitoral, sendo politicamente interessante a incorporação.

No que se refere à dimensão organizacional, observa-se que os partidos políticos mais estruturados tendem a permitir maior controle dos membros e melhores condições prévias de preparação e participação para aqueles membros que pretendem disputar um cargo. Assim, tais partidos tendem a ser mais democráticos e com melhores condições para participação feminina (Araújo, 2005).

4.3. Género e partidos políticos em Cabo Verde

Nos partidos políticos cabo-verdianos, o número de mulheres como militantes é bastante mais elevada do que a inserção delas nos órgãos de direção partidário. Adicionalmente o número de homens militantes nos partidos políticos cabo-verdianos é bem maior do que o número de mulheres.

Do modo geral, as explicações frequentes para a sub-representação feminina nos órgãos partidários relacionados com as atitudes, motivações e recursos das mulheres (que as afastam da luta pelos lugares de direção), ou então em fatores relacionados com a organização interna e as logísticas de funcionamento dos partidos políticos que tendem a ser mais desfavoráveis as mulheres (Manuel Martins & Conceição Teixeira, 2005, p. 53).

A socialização diferenciada das mulheres, a difícil conciliação entre a vida familiar, profissional e política, o desinteresse e a falta de capacidade de afirmação na luta política, a percepção do espaço políticos como lugar do masculino, a discriminação de mulheres nos processos de recrutamento partidário, são algumas das razões que podem ajudar a explicar o afastamento das mulheres de atividade político-partidária. (Viegas e Faria, 2001)

Nas campanhas eleitorais, os partidos políticos recorrem às mulheres para a realização de ações de sensibilização da população, mobilizam os eleitores para os comícios, convívios, preparação de bandeiras e cartazes (Borges, 2010, p. 42). A mulher ocupa um papel importante que as mulheres desempenham nos partidos políticos nas campanhas políticas.

Na organização interna dos partidos, a eleição ou nomeação dos órgãos diretivos requer seja militante ativo, que tenha enorme tempo disponível e capacidade de afirmação na luta política. Existe um conjunto de pré-requisitos que são impostas e que, muitas vezes, acabam por se tornar num obstáculo. (Borges, 2010, p. 42)

Embora a presença de mulheres nos órgãos diretivos partidários é baixa, ao longo dos últimos anos houve uma evolução no mesmo, como poderemos observar nos dados abaixo.

Filomena Delgado, do MpD, é a primeira mulher em Cabo Verde a assumir o mais alto cargo a nível de um partido político. (Borges, 2010:42).

Os dados disponíveis mostram a sub-representação nos cargos directivos dos dois maiores partidos políticos cabo-verdianos (Gomes, 2001). Neste sentido, constatamos

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

que tanto a evolução de mulheres no desempenho de cargos políticos como na ocupação de cargos diretivos partidários é baixa. Apesar disso, o PAICV registou um aumento de 12% para 36%, correspondendo a 6 para 26 mulheres nestes cargos diretivos, em 2002 e em 2006, tendo o número de mulheres quadruplicado. No MpD, por exemplo, a percentagem de mulheres nos cargos diretivos diminuiu de 36% para 15%, correspondendo ao número de 16 para 10 mulheres. Tanto o PAICV como no MpD aumentou o número de cargos diretivos nos seus partidos em 2006.

Tabela 19 – Mulheres em cargos diretivos partidários (2002-2006)

Partidos Políticos	2002			2006		
	Total	Mulheres	% Mulheres	Total	Mulheres	% Mulheres
PAICV	50	6	12 %	82	26	21%
MpD	45	16	36%	65	10	15%

Fonte: Gomes, C. 2011.

O PAICV elegeu Janira Almada para a presidência do partido. Mesmo assim, a presença das mulheres nas estruturas das direções partidárias é ainda bastante residual e minoritária (Évora, 2018, p. 61). Dito isto, podemos observar que relativamente aos dados apresentados, em seguida, mostra que o número de mulheres que o partido tem na sua estrutura de direção nacional, é reduzida, quer nos diferentes órgãos que compõem a direção nacional.

Tabela 20 – Composição da direção nacional do PAICV (2017)

	Membros atuais	Mulheres
Comissão Política Nacional	21	6
Comissão Permanente	7	2
Conselho Nacional	111	31
Secretariado-geral	7	3
Comissão Nacional de Jurisdição e fiscalização	7	2

Fonte: PAICV, 2017

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Assim, a nível do PAICV a percentagem de mulheres nos cargos diretivos não chega aos 40%, o que confirma a sub-representação feminina nesses mesmos cargos. No Conselho Nacional do partido, por exemplo, no total dos 111 membros, apenas 31 são mulheres, representando assim 28% do total dos membros do partido.

Tabela 21 – Composição da direção nacional do MpD (2017)

	Membros atuais	Mulheres
Comissão Política Nacional	22	6
Suplentes	9	1
Direção Nacional	44	19
Comissão de Jurisdição	7	4

Fonte: MpD, 2017

Segundo os dados da tabela 21, constatamos que na comissão política do MpD, apesar da uma mulher ser a segunda vice-presidente desta comissão, a ocupação de mulheres nesta comissão é reduzida, assim como acontece nos restantes órgãos quanto a presença de mulheres.

4.3.1. As cotas e o projeto lei de paridade

Os mecanismos de cotas de género são soluções institucionais utilizadas com o intuito de mitigar a disparidade entre o contingente de mulheres e homens eleitos. As cotas têm por objetivo apaziguar a situação de sub-representação política das mulheres. As cotas eleitorais de género podem ser aquelas estipuladas pela legislação ou adotadas individualmente pelos partidos. Elas foram implementadas nas democracias modernas gradualmente desde o final do século XX.

São vários os países que mudaram rapidamente a situação (aproximadamente meia década) de baixa representação histórica das mulheres nas instituições políticas através das quotas de género – países como Ruanda, Uganda, África do Sul, Tanzânia, Moçambique, entre outros. Mesmo assim existe uma diversidade de opiniões acerca da eficácia e da admissibilidade das cotas. Para Sara Vital (2017, p.23),

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

“as quotas tocam em alguns princípios fundamentais na teoria feminista, na ciência política e nos debates políticos contemporâneos: a construção contestada da mulher como uma categoria relevante politicamente e os princípios da representação e da igualdade”.

As teorias feministas concordam que as cotas constituem um “salto” que permitem superar a não-representação histórica das mulheres.

As cotas ignoram o processo competitivo da democracia liberal, quer o princípio de mérito, através do qual, teoricamente, são nomeadas as pessoas mais competentes. Este argumento é o mais contestado pelos países ocidentais

A política de cotas é vista como uma estratégia geral que deve ser capaz de incidir no conjunto de mecanismos que favorecem a exclusão feminina. Assim, alguns autores apontam a necessidade de adoção de ações complementares que contribuam para o desenvolvimento de condições para o bom desempenho das funções de direção pelas mulheres e para a mudança de hábitos e valores misóginos presentes no quotidiano das organizações (Godinho, 1996).

As cotas como medidas temporárias destinadas para promover, em particular, a participação política do sexo sub-representado (que, neste caso, trata-se do sexo feminino) – têm sido utilizadas em vários países e em modalidades diferentes. Medidas como o estabelecimento, através da legislação nacional, de cotas mínimas de sexo nas listas de candidatura, a criação de cotas através de regulamentos ou normas dos partidos políticos e a aprovação de legislação condicionado a composição por sexo dos órgãos ou conselhos consultivos de nomeação política têm surgido com frequência (Viegas e Faria, 2001, p.8). Os dois primeiros casos reportam-se aos actos eleitorais, enquanto o último se direcciona para cargos de nomeação política, mas os objetivos visados são fundamentalmente os mesmos (Monteiro, 2009, p. 54).

O estabelecimento de cotas por parte da lei, com carácter vinculativo com as consequências inerentes, nomeadamente a não-aceitação de candidaturas que não respeitem as cotas legalmente estabelecidas e a penalização noutros aspetos (diminuição do financiamento público, perda de isenções fiscais, diminuição do tempo de antena, entre outros), pode levantar problemas de constitucionalidade. Pode entender-se que um sistema de cotas desta natureza, legalmente definido e legalmente vinculante, infringe o princípio da igualdade de tratamento das pessoas, independentemente do seu sexo (Monteiro, 2009, p. 54).

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Outros autores ainda, para além, de afirmarem que apenas a aprovação de cotas por si só, não é suficiente para combater a sub-representação feminina, é preciso ter em conta também, a “*evolução natural*” da sociedade (Borges, 2010, p.46). Isto porque, como sustenta Crozier, citado por Borges (2010, p.46) em que afirma que “*sociedade não se muda por decreto*”.

Muito embora as leis sejam importantes é preciso que acompanhem as mudanças de mentalidade para que estas possam ser efetivadas. Apesar do ambiente favorável, a mulher depara-se com a necessidade de uma maior consciencialização para a materialização de muitas medidas que ainda estão no papel (Borges, 2010). Para Viegas e Faria (2001) “*muito embora esta forma de incentivo exista em muitos países, (...) estudos não comprovam uma relação directa entre a existência dessas organizações e o aumento do número de candidatas eleitas*”.

A Constituição da República de Cabo Verde consagra no seu art. 24º o princípio da igualdade e a proibição de discriminação em razão de sexo. Neste âmbito, o art.1º, nº 4 da Constituição República de Cabo Verde, estabelece a obrigação do Estado de Cabo Verde, em criar:

“progressivamente as condições indispensáveis à remoção de todos os obstáculos que possam impedir o pleno desenvolvimento da pessoa humana e limitar a igualdade dos cidadãos e a efetiva participação destes na organização política, económica, social e cultural do Estado e da sociedade cabo-verdiana. Cabo Verde assumiu os compromissos a nível internacional e nacional”.

Recentemente, existe um projecto lei de paridade, no parlamento do Estado cabo-verdiano, que de acordo com alguns deputados nacionais, esta proposta será submetida brevemente, ao parlamento para ser debatida no seu todo e consequentemente procederá a sua votação.

O presente projecto de lei surge, a partir de um manifesto conjunto da Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde (RMPCV), do Instituto Cabo-verdiano da igualdade, da Equidade e do Género (ICIEG) e das associações de mulheres dos partidos políticos, das organizações não-governamentais que lidam com as questões de igualdade e de direito das mulheres no país. A Assembleia Nacional assumiu a causa da paridade de género e desta forma, tornou um dos principais aliados da estrutura interna, que é a RMPCV, na implementação de Acção de *Advocacy* da Paridade de Género, cujo memorandum de entendimento para a sua operacionalização prática foi assinado, em

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

março de 2018, pelo RMPCV, O ICIEG e a ONU Mulheres (Projecto de Lei de Paridade, maio de 2019).

O objetivo principal da lei é a prevenção e combate às condutas discriminatórias em função do género de modo a ser promovida a igualdade entre homens e mulheres, no sentido de tornar efetivo os princípios da dignidade da pessoa humana, justiça e igualdade, consagrados na Constituição da República, contribuindo para a consolidação da democracia.

São apontadas também as razões da sua implementação por causa da reduzida participação feminina em cargos eletivos e nos órgãos de decisão, bem como a taxa de desemprego feminino, assim como a violência baseada no género, cujas vítimas são mulheres na sua maioria, nomeadamente a discriminação salarial que afeta as mulheres, entre outras situações que interpelam o Estado a tomada de medidas que visam corrigir essas desigualdades.

Alguns aspetos que o projeto lei realça:

*“a obrigatoriedade da constituição de listas de candidatura para a Assembleia Nacional, autarquias locais, outros cargos eletivos e cargos de decisão de forma paritária, de modo a garantir a efetiva participação de igualdade de participação entre homens e mulheres”
(artº3, nº2, alínea b).*

O projecto lei no seu artigo 4º, nº1, estabelece a percentagem mínima de 40% representação de cada um dos sexos nas listas candidatura aos órgãos colegiais do poder político (Assembleia Nacional, Câmaras Municipais, Assembleias Municipais, e outros órgãos supramunicipais e inframunicipais). Se o projecto lei for aprovado em 2019 nas próximas eleições autarquias, em 2020, as listas de candidatura, quer dos partidos políticos, quer dos grupos independentes deverão ter no mínimo 40% de representação de ambos os géneros.

Além de definir, a percentagem mínima de representação de cada género, refere ainda que:

*“os dois primeiros lugares nas listas de candidatura plurinominais apresentadas são ocupados por candidatos de sexo diferente, não podendo ser colocados mais de dois candidatos do mesmo sexo, consecutivamente, na ordenação dos restantes lugares nas listas”
(art. 4º, nº2).*

Este ponto poderá mudar o cenário da formação das listas de candidatura, por completo, visto que, se observamos as tabelas 2 a 7, no II Capítulo, constata-se que desde da

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

abertura política até agora, apesar do número de mulheres tanto como cabeças de listas, como efetivas e eleitas tem vindo a aumentar, elas continuam a ser sub-representadas nestes aspetos mencionados. Esta medida, é uma das maiores inquietações dos grupos, associações e instituições que reivindicam a igualdade e a equidade de direitos entre mulheres e homens.

Entretanto, o projecto de lei prevê algumas implicações, para o caso, das listas não observarem o disposto na presente lei:

“o mandatário da candidatura ou o responsável pela apresentação das listas, é notificado nos termos fixados na lei eleitoral aplicável, para proceder à correção, no prazo estabelecido na referida lei, sob pena, de rejeição pelo Tribunal onde tenham sido depositadas”, como se pode ler no art.5º e 6º do Projecto de Lei de Paridade de 2019.

Por último, é importante realçar que o projecto de lei de paridade não estabelece apenas cotas mínimas de género para eleição dos órgãos do poder político, mas a lei aplica-se aos Conselhos de Administração e outros cargos de nomeação a nível da Administração Pública, empresas públicas, participadas pelo Estado e Institutos Públicos que devem ter uma representação paritária, segundo o art.7º do Projecto de Lei de Paridade de 2019.

4.4. Participação das mulheres na política na ilha de São Vicente:

resultado do estudo

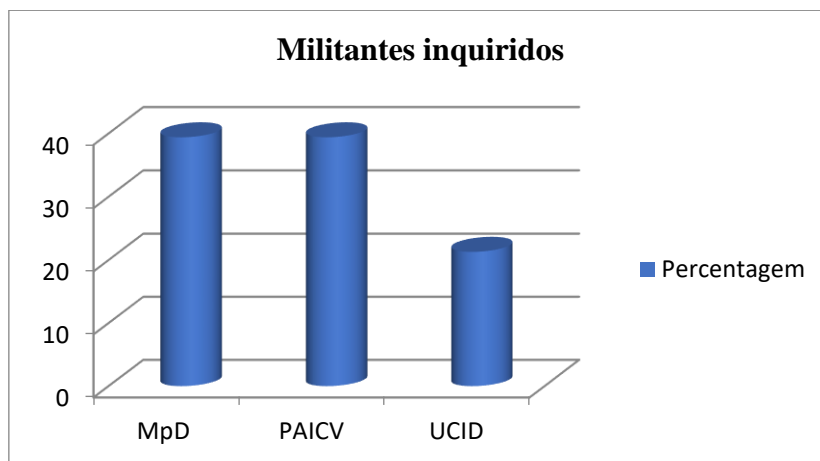
Este subcapítulo pretende apresentar os resultados obtidos na realização do inquérito feito, em São Vicente, aos militantes do PAICV, do MpD e UCID, três partidos políticos com assento parlamentar. A análise dos dados recolhidos será agrupada em três temas: sub-representação feminina, desafios e oportunidades nos partidos políticos e estereótipos sobre as capacidades das mulheres para o exercício de cargos políticos. Antes dos temas será destacada a amostra do estudo.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

4.4.1. Amostra

Após a aplicação do inquérito os resultados foram os seguintes:

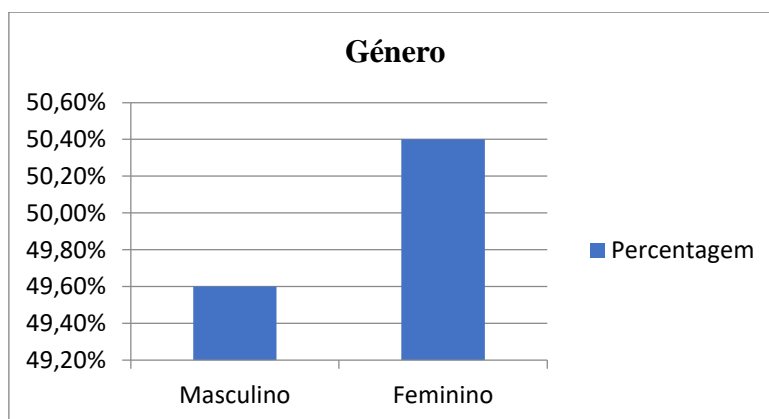
Gráfico 6 – Militância Partidária



Fonte: ver tabela 1 em anexo

O inquérito foi realizado a 127 militantes sendo dos quais 50 com um peso de 39,4 % são militantes do PAICV, 27 que equivale a uma percentagem de 21,3 % são militantes da UCID, e 50 correspondente a uma percentagem de 39,4% são militantes do MpD.

Gráfico 7 – Género

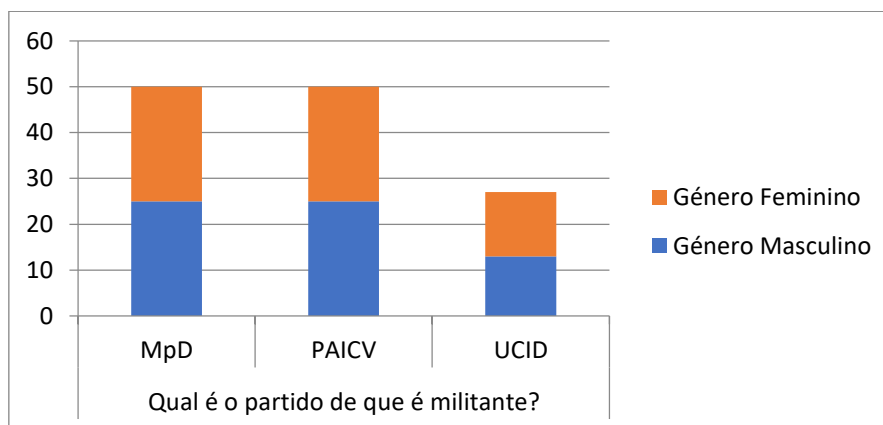


Fonte: ver tabela 2 em anexo

Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente: Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos

Na realização deste estudo foram inquiridos 127 militantes, sendo dos quais 63 são do sexo masculino, que corresponde a uma percentagem de 49,6%, e 64 são do sexo feminino que equivale a uma percentagem de 50,6 %.

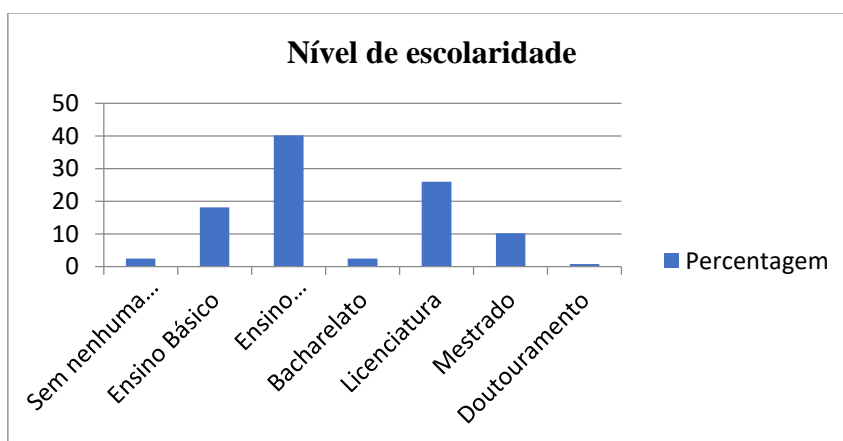
Gráfico 8 – Género/Qual é o partido de que militante?



Fonte: ver tabela 3 em anexo

Cruzando a variável género, qual é o partido de que militante, respeitou-se a igualdade entre os géneros no estudo, visto que o inquérito foi aplicado igualmente tanto aos homens e mulheres dos MpD, do PAICV e da UCID.

Gráfico 9 – Nível de escolaridade



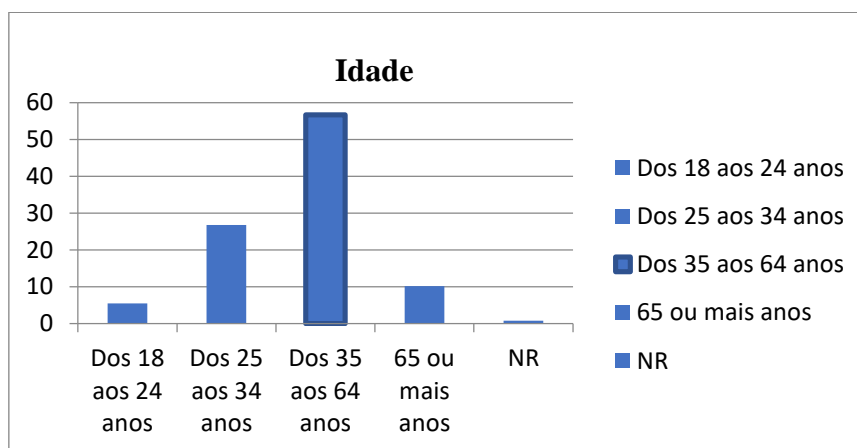
Fonte: Ver tabela 4 em anexo

Quanto ao nível de escolaridade, o gráfico mostra que dos 127 inquiridos, 3 com um peso de 2,4% não possui nenhuma habilitação literária; um total de 23 com o peso de 18,1% possui o ensino básico, 51 com um peso 40,2% possui ensino secundário; cerca de 3 inquiridos, com um peso de 2,4% possui o bacharelato; um total de 33 inquiridos,

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

com um peso de 26% possui licenciatura; 13 inquiridos com um peso de 10,2 possui o grau de mestrado; apenas 1 inquirido, com um peso de 0,8% possui o grau de doutoramento. Conclusão: a maior parte dos inquiridos deste estudo concluíram o ensino secundário, seguido de um bom número de inquiridos que concluíram uma licenciatura.

Gráfico 10 – Idade

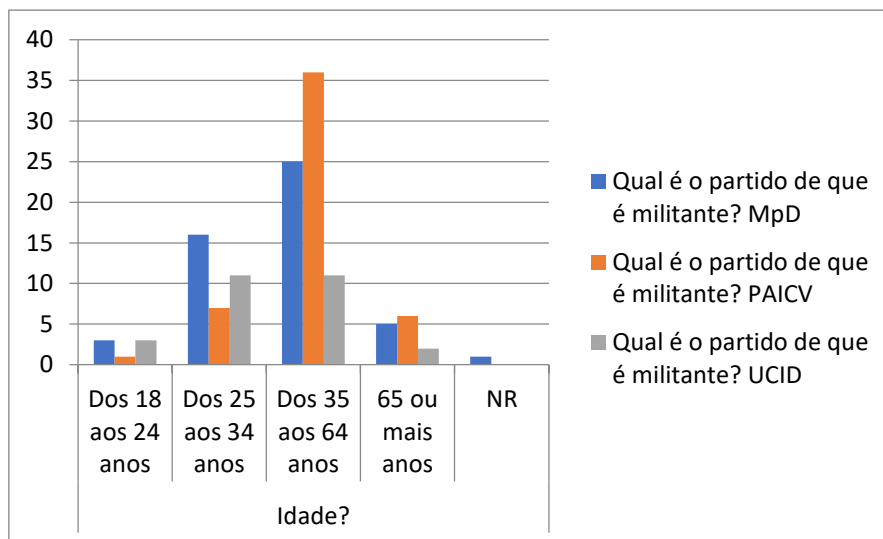


Fonte: ver tabela 5 em anexo

Relativamente a idade dos 127 inquiridos, 7 inquiridos, com um peso de 5,5%, pertence a faixa etária dos 18 aos 24 anos; 27 inquiridos, com um peso de 26,8%, pertence a faixa etária dos 25 aos 34 anos; 57 inquiridos, com um peso de 56,7%, pertence a faixa etária dos 35 aos 64 anos; cerca de 13 inquiridos, com um peso de 10,2 %, pertence a faixa etária dos 65 ou mais anos; apenas 1 inquirido não respondeu a sua idade. Em suma, segundo o gráfico a maior parte dos inquiridos tem idade compreendida entre os 35 a 64 anos de idade.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

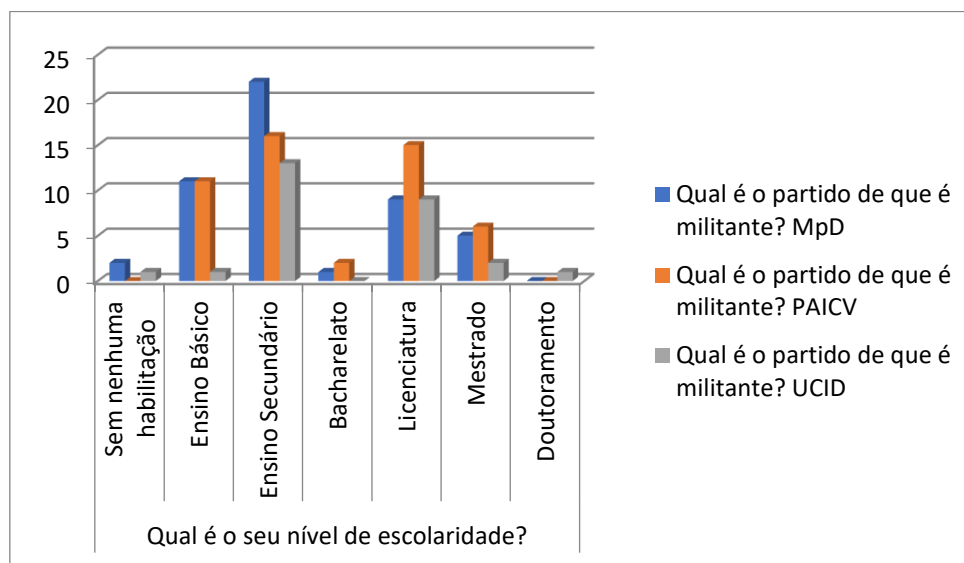
Gráfico 11 – Idade/ Qual é o partido de que é militante?



Fonte: ver tabela 6 em anexo

Cruzando as variáveis idades, qual é o partido de que é militante, o gráfico mostra que a maioria dos militantes inquiridos quer do PAICV, quer do MpD tem idade compreendida dos 35 aos 64 anos. Relativamente a faixa etária dos 18 aos 24 anos, ou seja, a faixa etária mais jovem, houve menor número de militantes inquiridos.

Gráfico 12 – Nível de escolaridade/ Qual é o partido de que é militante?



Fonte: ver tabela 7 em anexo

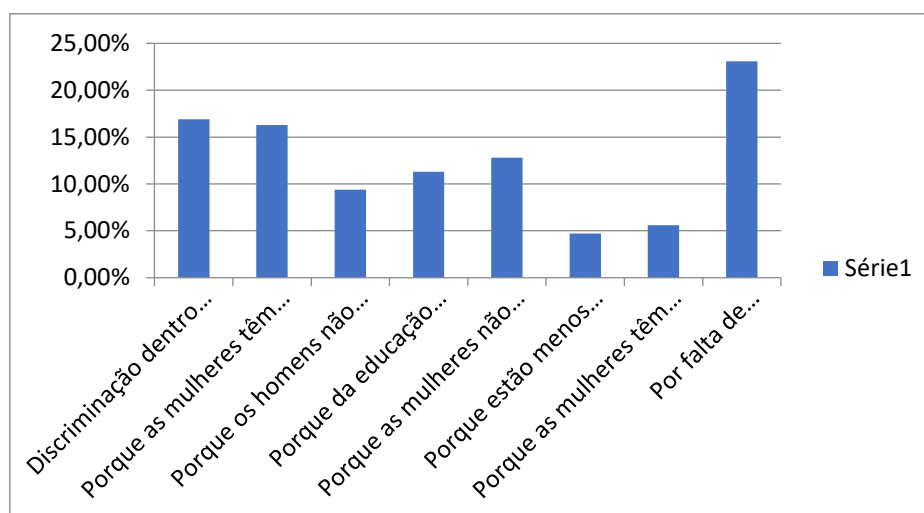
Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente: Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos

Do mesmo modo, cruzando as variáveis qual é o partido de que é militante, nível de escolaridade, o gráfico mostra, que a maioria dos militantes inquiridos do MpD, do PAICV, da UCID, possui ensino secundário, seguido de licenciatura.

4.4.2. Sub-representação feminina

Acerca das possíveis causas da baixa representatividade nos órgãos eletivos nacionais e nos cargos diretivos partidários, após a aplicação do questionário, foram obtidos os seguintes resultados:

Gráfico 13 – Causas da Sub-representação feminina



Fonte: ver tabela 8 em anexo

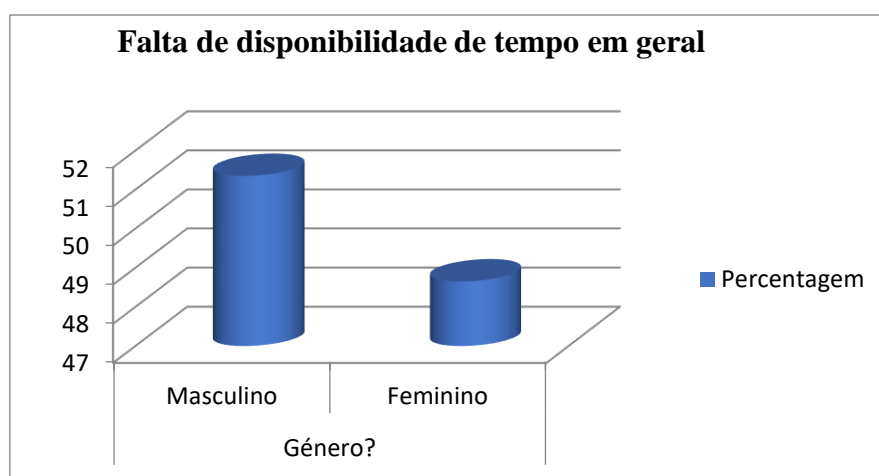
Dos inquiridos no estudo, cerca de 54 inquiridos, com um peso de 16,9%, apontam a discriminação dentro dos partidos políticos como uma possível causa da sub-representação feminina; um total de 52 inquiridos, com um peso de 16,3% consideram que pelo facto das mulheres terem de tratar da casa e dos filhos está na origem sub-representação feminina; 30 inquiridos, com um peso de 9,4% afirma que os homens não querem e não deixam; 36 inquiridos, com um peso 11,3% apontam a educação das mulheres na família e na escola é um dos factores da sub-representação; 41 inquiridos, com um peso 12,8% pensam que as mulheres não querem lutar por cargos de chefia; 15 inquiridos, com um peso de 4,7% acham que as mulheres estão menos preparadas a nível de formação política; cerca de 18 inquiridos, com um peso 5,6 pensam que as mulheres têm menos recursos financeiros; um total de 74 inquiridos, com um peso de

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

23,1% afirmam que a falta de disponibilidade de tempo, em geral, pode ser uma das causas que justifica a fraca representatividade das mulheres nesses órgãos de poder.

Conclui-se, então, que a maioria dos inquiridos apontam a falta de disponibilidade de tempo, em geral, da mulher como uma das principais causas da sub-representação feminina, seguindo-se a discriminação nos partidos políticos, pelo facto das mulheres terem de tratar da casa e dos filhos. Contudo, ainda uma boa parte dos inquiridos pensam que as mulheres não querem lutar por cargos de chefia.

Gráfico 14 – Falta disponibilidade de tempo em geral/ Género

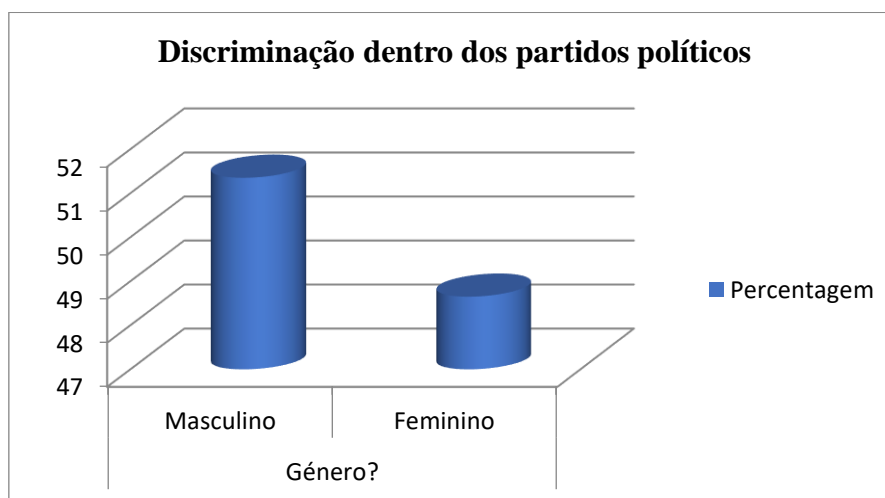


Fonte: ver tabela 9 em anexo

Cruzando a variável, sexo, falta de disponibilidade de tempo, em geral, o gráfico mostra que tanto os inquiridos do sexo feminino, como os inquiridos do sexo masculino, acreditam que a falta de disponibilidade de tempo, em geral, das mulheres, pode ser um dos fatores que tem contribuído para fraca presença feminina nos órgãos de poder.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

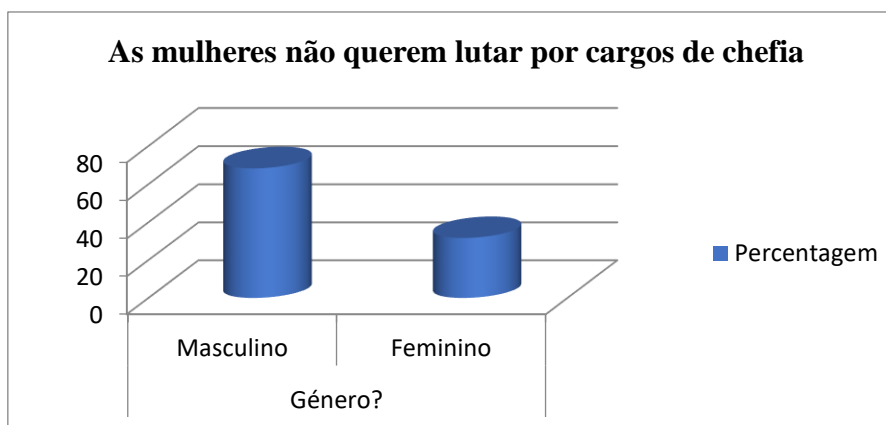
Gráfico 15 – Discriminação dentro dos partidos/ Género



Fonte: Ver tabela 10 em anexo

Do mesmo modo, cruzando a variável, sexo, discriminação dentro dos partidos políticos dos 54 inquiridos que o apontaram como possível causa da sub-representação feminina; 38 inquiridos, com um peso de 51,35%, do sexo masculino e 36, com um peso de 48,65%, é do sexo feminino. Note-se que os homens admitem que a mulher tem sofrido discriminação dentro dos partidos políticos.

Gráfico 16 – As mulheres não querem lutar por cargos de chefia/ Género



Fonte: ver tabela 11 em anexo

Como vimos no gráfico 13, o facto das mulheres não quererem lutar por cargos de chefia foi apontado como um dos principais fatores (mais mencionados pelos inquiridos) da sub-representação feminina. Assim cruzando esta variável com a variável género, dos 41 inquiridos que o apontaram como causa cerca de 28 inquiridos, com um peso de 68,29%, são homens e 13 dos inquiridos, com um peso de 29,71%, são

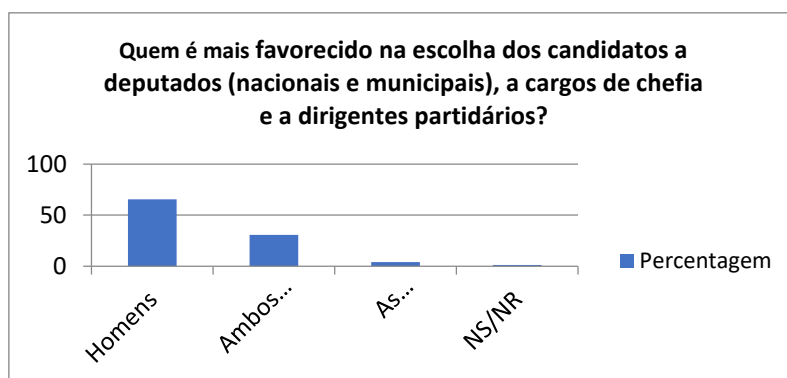
**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

mulheres. Em suma, vê-se que os homens inquiridos pensam que falta vontade das mulheres em lutarem por cargos de chefia.

4.4.3. Política e mulheres: desafios e oportunidades nos partidos políticos

Relativamente ao envolvimento da mulher cabo-verdiana na vida partidária e política, os resultados do inquérito foram:

Gráfico 17 – Favorecimento de candidatos a cargos electivos e cargos partidários

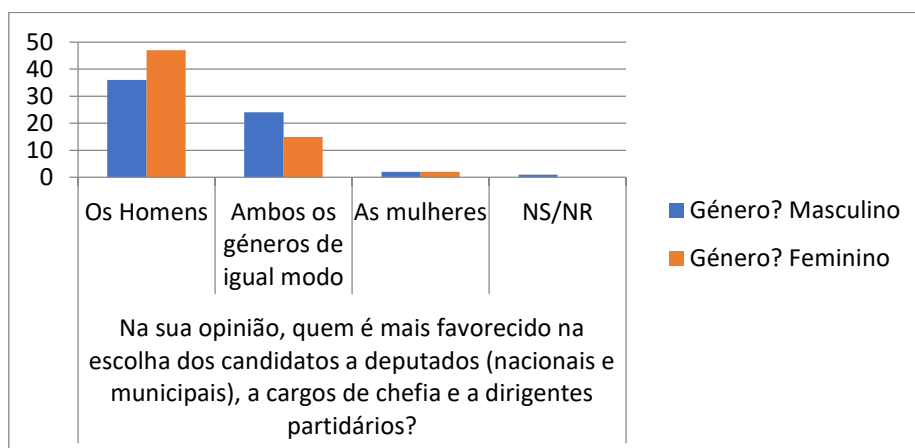


Fonte: Ver tabela 12 em anexo

Relativamente ao pensamento dos inquiridos acerca de “quem é mais favorecido na escolha dos candidatos a deputados (nacionais e municipais), a cargos de chefia e a dirigentes e a dirigentes partidários”, dos 127 inquiridos, 83 com um peso de 65,4%, pensa que os homens são os mais favorecidos; 39 inquiridos, com um peso de 30,7%, pensa que ambos os géneros de igual modo são favorecidos; 4 inquiridos com um peso de 3,1 pensa que as mulheres são as mais favorecidas e apenas 1 inquirido, com um peso de 0,8%, não sabe responder a questão. Conclui-se que a maioria dos inquiridos pensa que os homens são os mais favorecidos na escolha dos candidatos a esses cargos.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

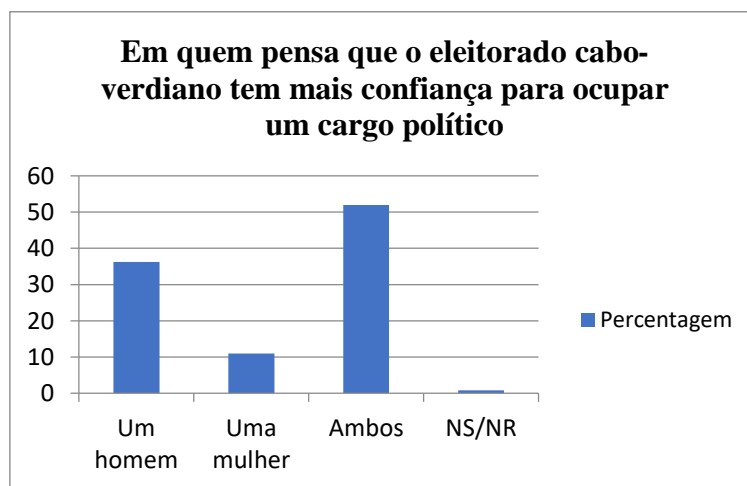
Gráfico 18 – Favorecimento na escolha de candidatos a cargos electivos e cargos partidários/Género



Fonte: Ver tabela 13 em anexo

Como se pode ver no gráfico, a maior parte dos inquiridos pensa que os homens são os mais favorecidos na escolha dos candidatos a deputados, a cargos de chefia e a dirigentes partidários. Uma boa parte dos inquiridos (homens) respondeu que os homens são os mais favorecidos, o que mostra que os homens estão conscientes que são eles os mais favorecidos na escolha de candidatos.

Gráfico 19 – Confiança do eleitorado cabo-verdiano



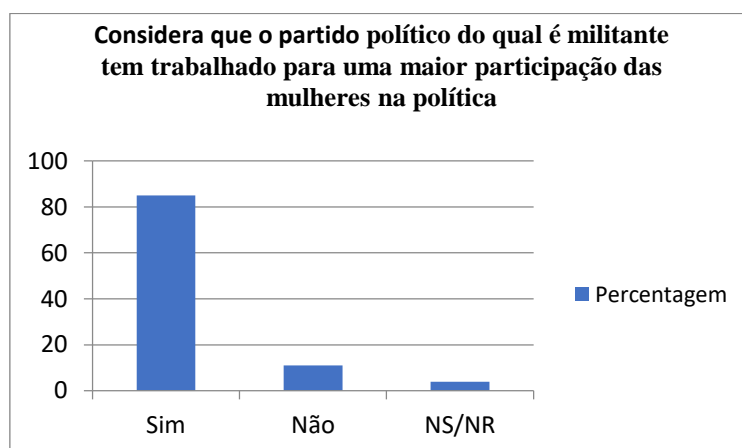
Fonte: Ver tabela 14 em anexo

Quanto ao pensamento dos inquiridos sobre “*Em quem o eleitorado cabo-verdiano tem mais confiança para um cargo político*” dos 127 inquiridos, um total de 46 inquiridos, com um peso de 36,2%, pensa que o eleitorado cabo-verdiano tem mais confiança nos homens para ocupar um cargo político; cerca de 14 inquiridos, com um peso de 11,0%,

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

pensa que o eleitorado tem mais confiança nas mulheres; 66 inquiridos, com um peso de 52%, pensa que o eleitorado tem mais confiança em ambos os géneros, para ocupar um cargo político. Apenas um inquirido não sabe responder. A maior parte dos inquiridos pensa que o eleitorado tem mais confiança em ambos os géneros e ainda 36% dos inquiridos pensa que o eleitorado tem mais confiança nos homens para ocupar um cargo político.

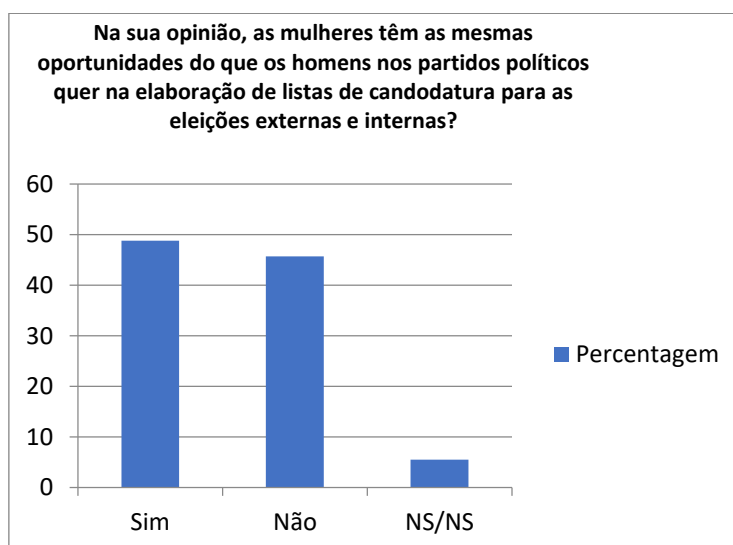
Gráfico 20 – Partido tem trabalhado para uma maior participação das mulheres na política



Fonte: ver tabela 15 em anexo

A maior parte dos inquiridos considera que o partido político do qual é militante tem trabalhado para uma maior participação das mulheres na política.

Gráfico 21 – Homens e mulheres têm as mesmas oportunidades nos partidos?

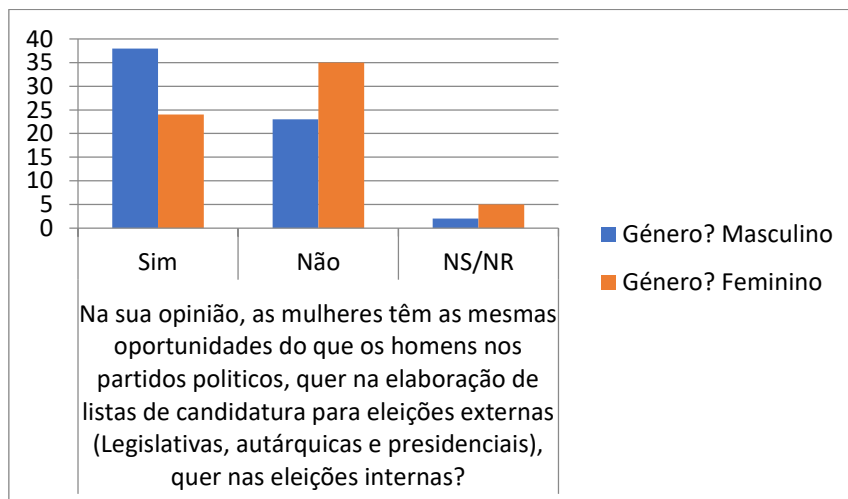


Fonte: ver tabela 16 em anexo

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Dos 127 inquiridos, 62 inquiridos, com um peso de 48,8%, pensa que as mulheres têm as mesmas oportunidades do que os homens nos partidos políticos; 58 inquiridos, com um peso 45,7%, não tem as mesmas oportunidades do que os homens e 7 inquiridos não sabe responder.

Gráfico 22 – Homens e mulheres têm as mesmas oportunidades nos partidos/ Género

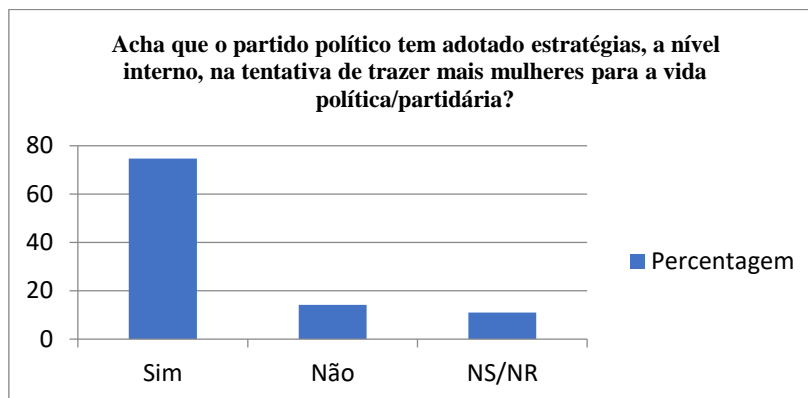


Fonte: ver tabela 17 em anexo

Cruzando a variável anterior com a variável sexo, observa-se que a maioria dos inquiridos que responderam “sim” à questão, é do sexo masculino, e relativamente, os que responderam “não” é do sexo feminino. Nesse sentido, as mulheres inquiridas no estudo admitem que não tem as mesmas oportunidades do que os homens na elaboração de listas de candidatura para as eleições.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

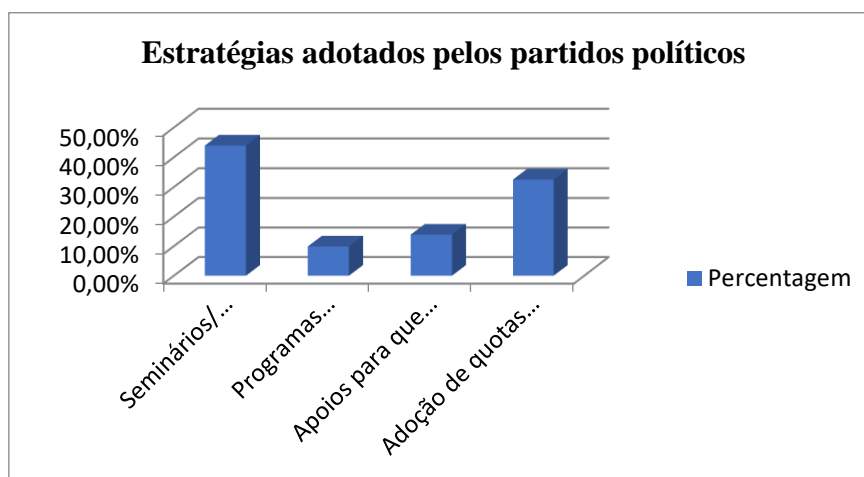
Gráfico 23 – Adoção de estratégias, a nível interno, para trazer mais mulheres para a vida política/partidária



Fonte: ver tabela 18 em anexo

Cerca de 95 militantes inquiridos, com um peso de 75,8%, acha que o partido político tem adotado estratégias; um total de 18 inquiridos, com um peso de 14,2%, acha que o partido político não adotou estratégias; um total de 14 inquiridos, com um peso de 11%, não sabe responder.

Gráfico 24 – Estratégias adotados pelos partidos políticos

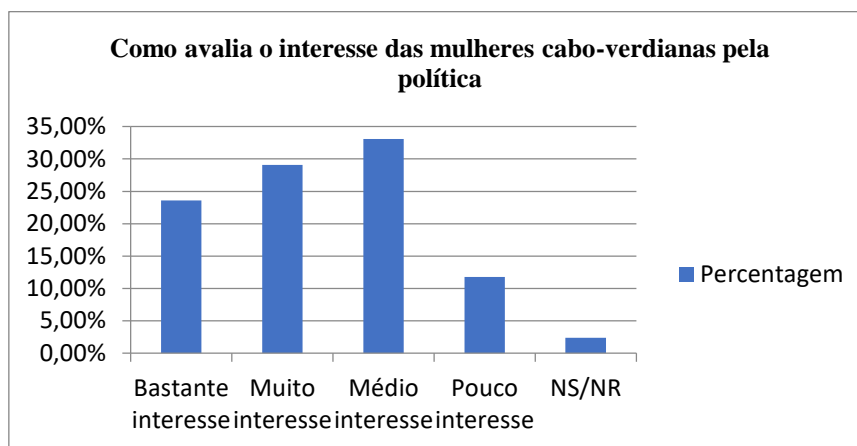


Fonte: ver tabela 19 em anexo

Os militantes inquiridos consideram que o partido político tem adotado estratégias na tentativa de trazer mais mulheres para a vida política/partidária; a maior parte considera que as estratégias mais adotadas com este propósito, tem sido os seminários/treinos de técnica e formação política e a adoção de quotas para as instâncias decisórias e para representação pública do partido.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

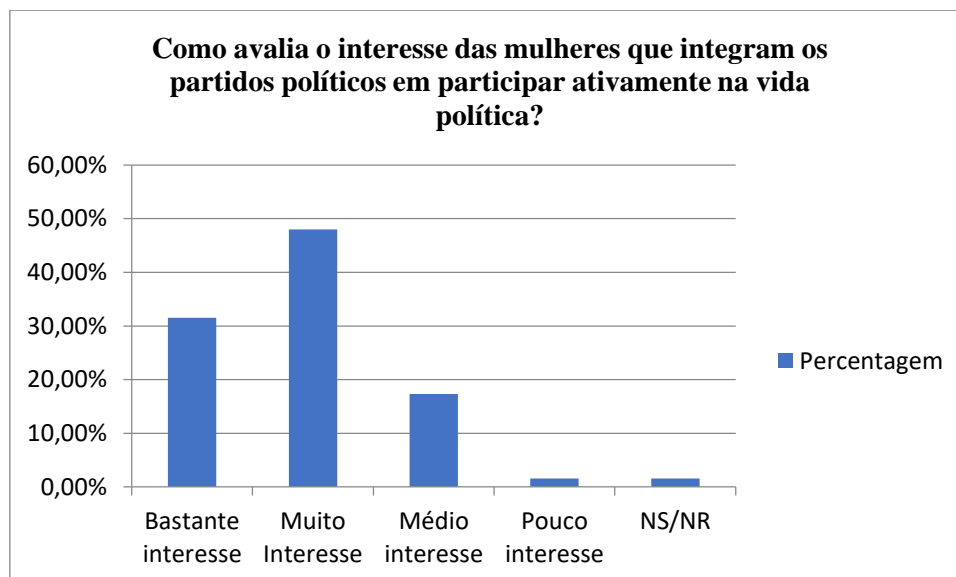
Gráfico 25 – Nível de interesse das mulheres cabo-verdianas pela política



Fonte: ver tabela 20 em anexo

O gráfico mostra que a maioria dos militantes inquiridos avaliam positivamente o interesse das mulheres cabo-verdianas pela política.

Gráfico 26 – Nível de interesse das mulheres militantes, em participar nas atividades do partido

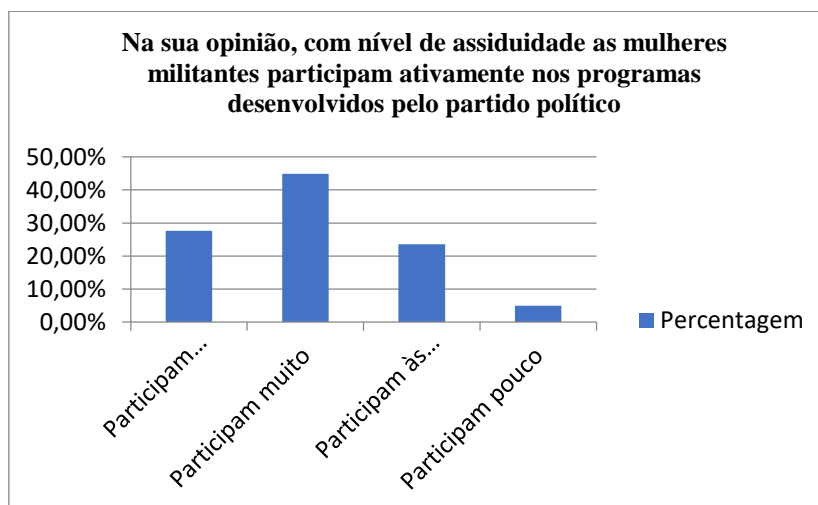


Fonte: ver tabela 21 em anexo

Do mesmo modo, os militantes inquiridos avaliam positivamente o interesse das mulheres que integram os partidos políticos em participar ativamente na vida política.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

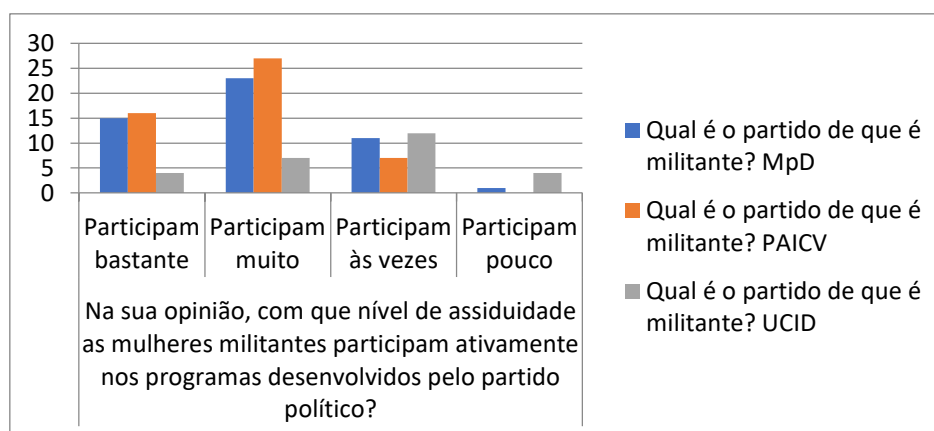
Gráfico 27 – Nível de assiduidade de participação das mulheres militantes nos programas desenvolvidos pelo partido



Fonte: ver tabela 22 em anexo

Relativamente ao nível de assiduidade das mulheres militantes em participar ativamente nos programas desenvolvidos pelo partido político, dos 127 inquiridos, 35 com um peso de 27,6% pensa que as mulheres militantes participam muito; cerca de 57 inquiridos, com um peso de 44,9%, pensa que as mulheres militantes participam muito; um total de 30 entrevistados, com um peso de 23,6%, pensa que as mulheres militantes participam às vezes e apenas 5 inquiridos, com um peso de 3,9%, pensa que as mulheres militantes nos partidos políticos participam pouco.

Gráfico 28 – Nível de assiduidade de participação das mulheres militantes nos programas desenvolvidos pelo partido/ qual é o partido de que militante

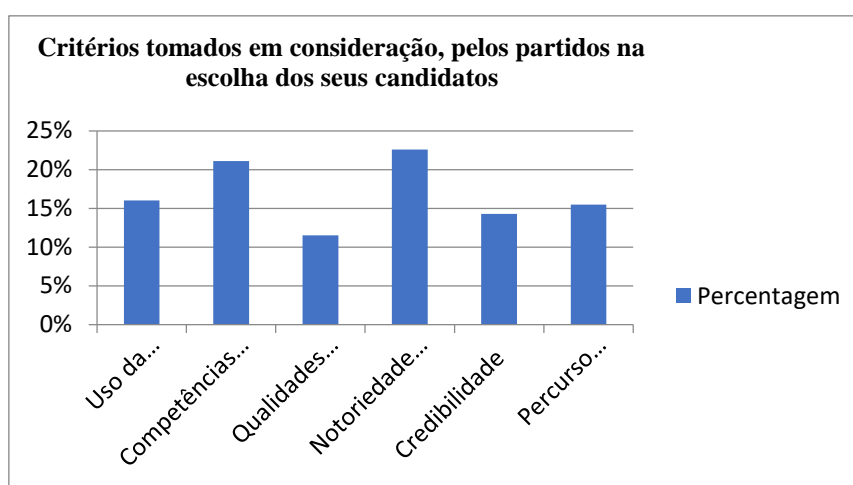


Fonte: ver tabela 23 em anexo

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Cruzando a variável, “*com que nível de assiduidade das mulheres militantes participam ativamente nos programas desenvolvidos pelo partido político*”, qual é o partido de que militante, o gráfico mostra que maior dos militantes inquiridos do PAICV e do MpD classificam que as mulheres militantes participam bastante nos programas desenvolvidos pelo partido. A maior parte dos militantes inquiridos da UCID classificam que as mulheres militantes participam às vezes nos programas desenvolvidos pelo partido.

Gráfico 29 – Critérios tomados, em consideração, pelos partidos na escolha dos seus candidatos

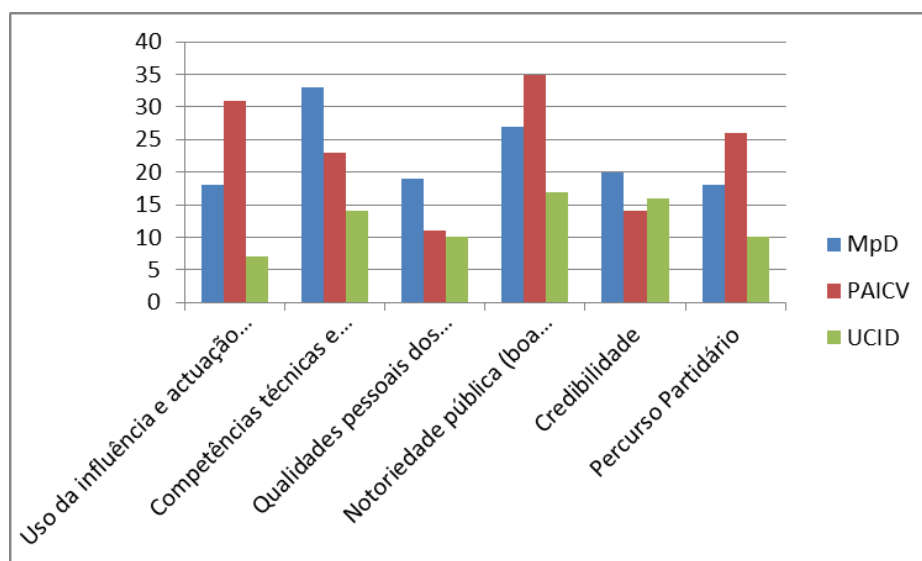


Fonte: ver tabela 24 em anexo

Quanto aos critérios de seleção dos candidatos, cerca de 56 inquiridos, com um peso de 16%, indicam que o uso da influência e atuação de lóbis internos é um desses critérios; 70 inquiridos, com um peso de 21,1%, indicam que as competências técnicas e políticas é um critério tomado em conta; 40 inquiridos, com o peso de 11,5%, indicam que as qualidades pessoais dos candidatos é um dos critérios tomados em conta; 79 inquiridos, com um peso de 22,6%, dizem que notoriedade pública é também um critério levado em conta; 50 inquiridos, com um peso de 14,3%, pensa que a credibilidade é um critério levado em conta; um total de 54 inquiridos, com um de 15,5%, pensa que o percurso partidário é um dos critérios levados em conta. Conclui-se, então, que os três critérios mais apontados pelos militantes, são a notoriedade pública do possível candidato, as competências técnicas, políticas e o uso da influência e atuação de lóbis internos.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Gráfico 30 – Critérios, tomados em consideração, pelos partidos na escolha dos seus candidatos/ Qual o partido de que é militante



Fonte: ver tabela 25 em anexo

Cruzando as variáveis, qual é o partido político de que é militante, os critérios tomados em consideração, pelos partidos na escolha dos seus candidatos, as competências técnicas e políticas, a notoriedade pública e a credibilidade como os mais apontados pelos militantes inquiridos do MpD.

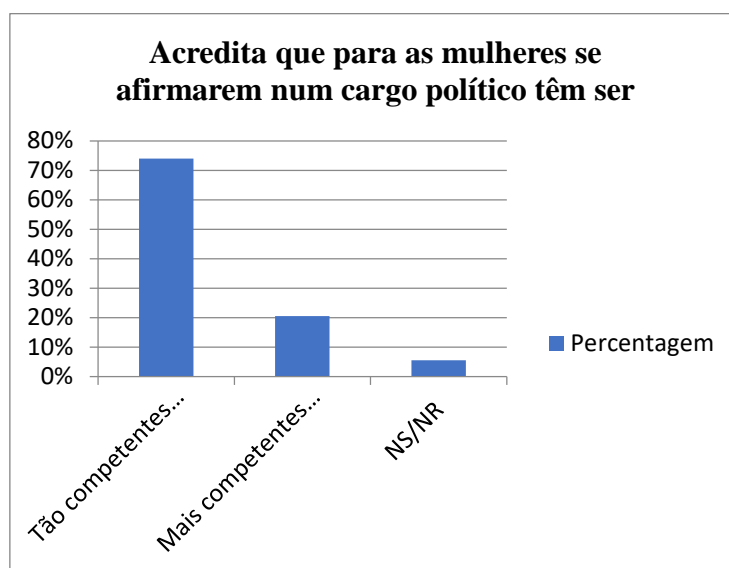
Entretanto a maioria dos militantes inquiridos do PAICV, apontam a notoriedade pública, uso da influência e atuação de lóbis internos e o percurso partidário, como os principais critérios tomados em consideração. Já a maioria dos militantes inquiridos da UCID, apontam a notoriedade pública, a credibilidade e as competências técnicas e políticas como os principais critérios tomados em consideração, pelos partidos políticos na escolha dos seus candidatos.

4.4.4. Estereótipos sobre as capacidades das mulheres

Relativamente aos estereótipos que se associam às capacidades e motivações das mulheres para o exercício de cargos políticos, após a aplicação do questionário forma obtidos os seguintes resultados:

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

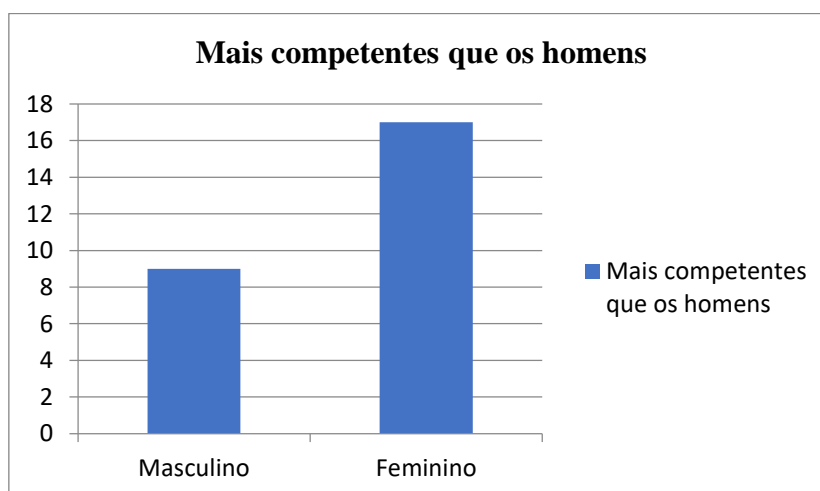
Gráfico 31 - Competência



Fonte: ver tabela 26 em anexo

Dos 127 militantes inquiridos, um total de 94, com um peso de 74%, acredita que para as mulheres se afirmarem num cargo político têm que ser tão competentes como os homens; cerca de 26 inquiridos, com o peso de 20,5%, acredita que as mulheres têm que ser mais competentes do que os homens e 7 inquiridos, com um peso 5,5%, não sabe responder. Neste sentido, a maior parte dos militantes inquiridos acredita que as mulheres devem ter o mesmo nível de competência do que um homem para se afirmar num cargo político.

Gráfico 32 – Competência/ Género

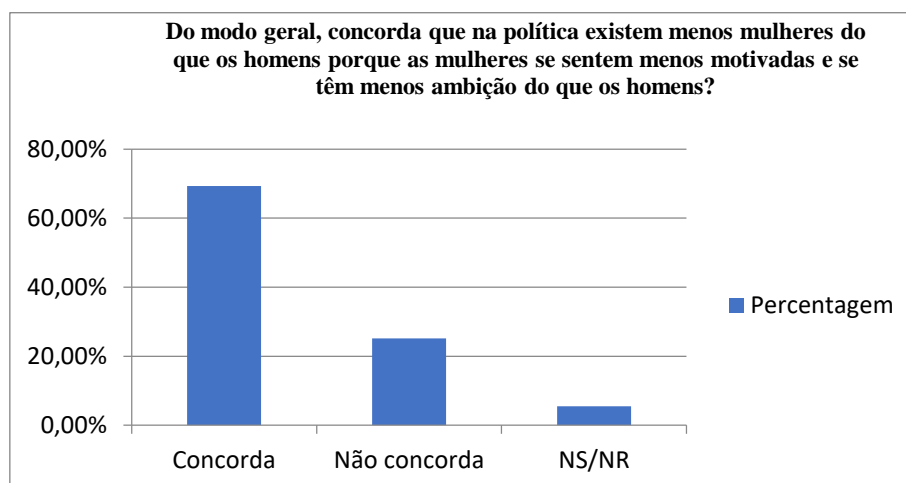


Fonte: ver tabela 27 em anexo

Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente: Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos

Relativamente aos inquiridos que responderam que uma mulher tem que ser mais competente que o homem para se afirmar num cargo político, a maioria é do sexo feminino. Algumas mulheres inquiridas admitem que as mulheres deverão ter mais competência se quiserem afirmar-se politicamente.

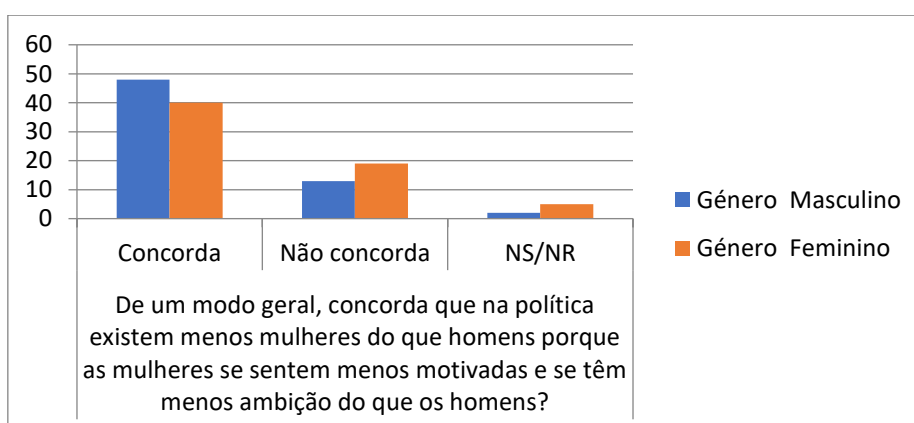
Gráfico 33 – Motivação e ambição



Fonte: ver tabela 28 em anexo

Se na política existem menos mulheres do que os homens, pelo facto das mulheres se sentirem menos motivadas e terem menos ambição do que homens, a maioria dos inquiridos concorda com o facto.

Gráfico 34 – Motivação/ Competência



Fonte: ver tabela 29 em anexo

Cruzando a variável anterior, sexo, o gráfico mostra que os inquiridos que concordam com a afirmação são tanto mulheres como homens.

Conclusão

A finalidade deste trabalho foi entender como os partidos políticos podem contribuir e condicionar a participação das mulheres na política. Para o efeito, foi necessário estudar diferentes visões de diferentes autores sobre a participação das mulheres na política, e algumas teorias e modelos que explicam a sub-representação feminina.

Em relação à hipótese 1: *A intervenção mais efectiva das mulheres dentro dos partidos políticos pode levar a uma maior participação das mesmas na atividade política* constatamos que segundo alguns autores, a capacidade e a auto-organização das mulheres nos partidos políticos tende a exercer pressão interna, em torno de seus interesses, estimulando a implantação de estratégias de promoção da participação das mulheres, fortalecendo a procura das mesmas, através da ampliação do apoio das lideranças e da representação de seus interesses internamente. Deste modo, a hipótese 1 poderia ser comprovada até certo ponto.

Em Cabo Verde, por exemplo, os dados que foram apresentados nas tabelas 19 e 20, mostram que a inclusão das mulheres nos órgãos diretivos partidários, sobretudo nos dois maiores partidos de Cabo Verde, O PAICV e o MpD, é relativamente baixo, acompanhado ainda por um menor número de mulheres militantes, apesar do PAICV ter uma mulher na presidência, Janira Almada, e no MpD a vice presidente da comissão política ser uma mulher, Janine Lélis.

O resultado do inquérito efetuado no âmbito deste trabalho permitiu concluir que a maior parte dos militantes inquiridos avaliam positivamente o interesse das mulheres que integram os partidos políticos em participar ativamente na vida política (ver gráfico 26). Adicionalmente a maior parte dos militantes inquiridos consideram que as mulheres que integram os partidos participam nos programas desenvolvidos pelo partido, sendo a maior parte membros do MpD e do PAICV. Relativamente aos militantes da UCID, a maior parte considera que as mulheres participam pouco nas actividades desenvolvidas por este partido (tabela 27 e 28).

Tendo em consideração que o exercício da actividade política/partidária exige disponibilidade de tempo, recursos financeiros, capital político pode-se concluir após a realização do inquérito que a maior parte dos militantes inquiridos aponta como causa da sub-representação feminina as seguintes razões: falta de disponibilidade de tempo em

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

geral, discriminação no interior dos partidos, e o facto das mulheres terem de tratar da casa e dos filhos (gráfico 13). Neste contexto, será preciso que os partidos políticos revejam as estratégias para que as mulheres possam participar mais na vida política/partidária. Um grande número de militantes inquiridos considera que o partido político de que é militante tem trabalhado para uma maior participação das mulheres e, ao mesmo, tem também adotado estratégias para este fim (gráfico 20 e 23).

Contudo, o resultado do estudo permite concluir que os homens são os mais favorecidos na escolha de candidatos a deputados, cargos de chefia e a dirigentes partidários (gráfico 17). Uma boa parte dos inquiridos pensa que as mulheres não têm as mesmas oportunidades que os homens nos partidos políticos, quer na elaboração de listas de candidaturas para eleições internas como nas eleições externas (gráfico 21).

Pelas razões mencionadas, apenas uma intervenção efetiva poderá não traduzir numa participação das mulheres na atividade política. Nesse sentido refutamos a hipótese 1. Apesar de todo trabalho que as mulheres têm prestado nos partidos na altura das campanhas, elas estão em menor número nos órgãos de poder público e cargos directivos partidários.

Será preciso que tudo isso seja acompanhado por um enorme trabalho dos próprios partidos, traçando estratégias eficazes capazes de minimizar o problema. Para que os partidos políticos desenvolvam programas neste âmbito, é preciso que disponham de recursos financeiros.

Relativamente a hipótese 2, “*A participação das mulheres nos partidos políticos poderá promover a consolidação da democracia Cabo-Verdiana*” Segundo alguns autores os partidos políticos são principal forma de organização da competição eleitoral e estruturação dos regimes democráticos, já que nesses regimes o exercício de votar pode ser eleito de forma livre, directa ou indirectamente constitui um dos seus elementos essenciais. Mais adiante, tem-se defendido que o surgimento dos partidos está relacionado com a necessidade de êxito na disputa de ideias e interesses em contextos democráticos, uma vez que as organizações de indivíduos possibilitam maiores chances de sucesso, o que leva a afirmar que os partidos políticos constituem um elemento fundamental no regime democrático.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

A participação dos cidadãos na política é considerada por muitos autores fundamental para a consolidação da democracia, sendo unânime que enquanto existir exclusão das mulheres, não é possível alcançar a consolidação da democracia.

Analisando a participação da mulher cabo-verdiana nos partidos, conclui-se que desde a abertura política, a mulher tem sido enquadradas nas plataformas eleitorais, incluindo-as nas listas. Porém, atualmente o número de mulheres eleitas nos cargos públicos e partidários é muito menor em relação aos homens.

Do mesmo modo, voltando a questão, da igualdade de oportunidades nos partidos políticos, uma boa parte dos inquiridos dizem que as mulheres não têm as mesmas oportunidades do que homens nos partidos políticos, quer na elaboração de listas de candidatura para eleições internas, quer nas eleições externas (gráfico 21). Relativamente ao favorecimento na escolha dos candidatos a deputados, a cargos de chefia nos partidos, a maior parte dos inquiridos do sexo feminino afirmaram que os homens são os mais favorecidos (gráfico 17 e 18). Uma boa parte dos inquiridos apontaram também a discriminação dentro dos partidos como uma das possíveis causas da sub-representação feminina.

Para alguns autores, o conceito de participação nos órgãos do poder político é uma das diversidade de comportamentos dos cidadãos nas sociedades democráticas livres, as quais no plano de valores, requerem que os indivíduos se interessem pela vida pública e que atuem de acordo com os princípios e normas estabelecidas, e um conjunto de recursos por parte dos indivíduos, tais como: recursos económicos, sociais e culturais. No caso cabo-verdiano, chegou-se a conclusão que o desemprego afeta muitas mulheres, sendo elas em maior número no mercado informal e em menor número na liderança das empresas em Cabo Verde (tabela 11, gráfico 4 e 5), o que nos permite concluir que em relação aos recursos financeiros as mulheres estão menos favorecidas.

Nos resultados do inquérito, podemos notar concluir que os critérios usados pelos partidos políticos na escolha dos seus candidatos são a notoriedade pública, as competências técnicas e políticas, tal como a influência e atuação de lóbis internos dos partidos políticos. A notoriedade pública é o critério mais apontado que se consegue, principalmente, quando se desempenha ou já desempenhou cargos na administração pública do Estado, nos cargos directivos partidários e nas empresas privadas muito conhecidas, ou ainda por pessoas que foram eleitos em mandatos anteriores, como foi

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

destacado nos capítulos III e IV que mostram que a maior parte desses cargos continuam a ser dominados pelos homens. Neste sentido, a participação das mulheres nos partidos políticos poderá promover a consolidação da democracia. No caso cabo-verdiano, ainda não foi atingindo pelas razões já mencionadas em relação aos partidos, assim como a fraca presença de mulheres nos cargos públicos e nos cargos partidários.

Relativamente a pergunta de partida *“De que forma os partidos políticos podem contribuir e condicionar a participação das mulheres na política na ilha de São Vicente?”* pelos resultados dos estudos, podemos concluir que os partidos políticos podem contribuir para a maior participação das mulheres na política na ilha de São Vicente. Neste contexto, os partidos políticos devem estabelecer na prática os princípios de igualdade e equidade dos seus militantes e simpatizantes, principalmente na constituição das listas eleitorais, na nomeação de cargos políticos/partidários e de programas de âmbito partidário. Devem ainda reforçar as estratégias partidárias, com o objectivo de trazer mais mulheres para a vida político/partidária. A maior parte dos inquiridos dizem que as estratégias mais adoptadas tem sido os seminários /treinos de técnicas e formação política e ainda a adopção de cotas para as instâncias decisórias e para a representação pública do partido.

As estratégias devem ser reforçadas, os programas financeiros devem ser pensados pelos partidos, como um ponto estratégico importante. Para que as mulheres tenham as mesmas oportunidades e disponibilidade de tempo para aproveitar essas oportunidades. É necessário que a mulher conquiste o seu espaço, acreditando nas suas capacidades, pois a maior parte dos inquiridos responderam relativamente aos estereótipos sobre a capacidade e as motivações das mulheres. A maior parte dos inquiridos responderam que as mulheres devem ser competentes que os homens para se afirmarem num cargo político. As mulheres militantes são bem avaliadas quanto ao interesse em participar e quanto ao nível de assiduidade.

Quanto a maneira como partidos podem condicionar a participação das mulheres na política em São Vicente foram apontados pelos inquiridos a não igualdade de oportunidade, favorecimento do homem em detrimento da mulher, a discriminação partidária, a actuação de lóbis, os interesses internos e o percurso partidário. Em conversa com algumas mulheres militantes durante a aplicação do inquérito, elas revelaram que, muitas vezes, os partidos políticos não reconhecem o esforço que elas

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

fazem durante 4 ou 5 anos ou mais, pois quando chega a altura das campanhas eleitorais elas são excluídas ou não chegam a serem convidadas para ocuparem um lugar nas listas, chegando a ocuparem um lugar não elegível nas listas, razões pelas quais muitas mulheres acabam por desistir.

Recomendações

Apesar das dificuldades na aplicação do inquérito, deixo aqui algumas recomendações: os partidos políticos devem adotar uma política de forma a garantir a atualização sistemática da base de dados dos seus militantes. Outra sugestão que deixo aqui é que os partidos políticos devem abrir-se mais a sociedade civil, estando disponíveis para facultar informação solicitada sobre o seu funcionamento e organização e colaborarem com aqueles que pretendem estudar a vida política em Cabo Verde, nomeadamente a participação política dos cidadãos, sejam eles homens ou mulheres, residentes em S. Vicente ou noutras ilhas.

Também será interessante que outras pessoas da área de investigação científica, nomeadamente alguns estudantes, tenham interesse no estudo da participação política em Cabo Verde, assim como o interesse em grupos independentes, o recrutamento de mais mulheres nas suas plataformas eleitorais. Outro tema que pode despertar a atenção é o percurso partidário de cada militante e como ele poderá influenciar a participação feminina.

Relativamente as instituições de ensino superior e de inquérito recomendo que mesmo perante as implicações financeiras que um estudo requer, os inquéritos sejam feitos com maior frequência para que assim as pessoas se habituam mais em responder os questionários.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Fontes consultadas

Instituto Nacional de Estatística (s/d), *Anuário Estatístico de 2016*, Praia: INE

Instituto Nacional de Estatística (s/d), *Anuário Estatístico de 2015*, Praia: INE.

Comissão Nacional de Eleições (s/d), *Dados da Comissão Nacional de Eleições*, s/local de edição: s/ed.

Instituto Nacional de Estatística (2016), *Dados do Instituto Nacional de Estatística*: INE

Instituto Nacional de Estatística (2017), *Mulheres e Homens em Cabo Verde: Factos e Números*, Praia: INE.

Projecto de Lei da Paridade, Maio de 2019.

Webgrafia consultada

BIRD, Karen. The Political Representation of Women and Ethnic Minorities in Established Democracies: a Framework for Comparative Research. Paper apresentado na Academy of Migration Studies, na Dinamarca, 2003. In <http://www.outcome-eng.com/wp-content/uploads/2011/12/Karen-Birdamidpaper.pdf>, Consultado em Janeiro de 2019.

FISCHER, Izaura Rufino; MARQUES, Fernanda. Gênero e Exclusão Social. Jus Navigandi. n. 113, agosto de 2001. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.htm>., Consultado em Março de 2019.

PINHEIRO, Luana Simões. Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP), 2007, http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/vozesfemininas-apolitica-uma-analise-sobre-mulheres-parlamentaresnoposconstituente/at_download/file consultado em Fevereiro de 2019.

Bibliografia consultada

ARAÚJO, Clara (2005), *Partidos políticos e género: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política*. Revista de Sociologia e Política, v. 1, n. 24, p. 193 – 215.

Araújo, Clara (2001), *As Cotas por Sexo para a Competição Legislativo: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais*. Dados vol.44 no.1 Rio de Janeiro.

Bernardo, Wilma (2014), *As Mulheres na Elite Parlamentar: o Paradoxo Moçambicano*, Lisboa: Universidade nova de Lisboa.

Borges, Ednilson (2010), *A Participação das Mulheres na política em Cabo Verde: 1975 – 2006*, Mindelo: Universidade de Cabo Verde.

Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A

Couto, Priscilla (2012), *Mulheres e Política: Percepções e Actuação Política das Vereadoras de Campos dos Goytacazes*, Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro Centro de Ciências do Homem.

Constituição da República de Cabo Verde (2010), Praia: Presidência da República de Cabo Verde.

Duverger, Maurice (1970), *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar

Évora, Roselma (2001), *A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde*, Brasília: Universidade de Brasília.

Évora, Roselma (2018), *Representação e Comportamento Político na Perspectiva do Género em Cabo Verde*, Massachusetts: Bridgewater State University.

Graça Albertino, (2014), *Introdução à Investigação Científica*, Mindelo: Universidade do Mindelo.

GODINHO, Tatau (1996), *Ação Afirmativa no Partido dos Trabalhadores*, Revista de Estudos Feministas, v. 4, n. 1. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ e PPCIS/UERJ.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

- Gomes, Crispina (2011), *Mulher e Poder: o caso de Cabo Verde*, Praia: Ed IBNL.
- IDEA (2002), *Les Femmes au Parlement: Au-delà du nombre. Série Manuels*. Stockholm: Ed IDEA.
- Jalali, Carlos (2017), *Partidos e Sistemas Partidários*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Lopes, Alviar (2014), *A participação política feminina em Cabo Verde: o caso do parlamento de 1975-2011*, Mindelo: Universidade do Mindelo.
- Lopes, Arcádio (2013), *A Problemática da Participação das Mulheres nos Órgãos de Poder Político: O Caso do Parlamento Cabo-verdiano*, Lisboa: ISCTE-IUL
- Lilliefeldt, Emilie (2009). *Political Parties and Gender Balanced Parliamentary Presence in Western Europe: a two-step fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis*. Working Paper
- Meira, Silvio (1975), *Os Partidos Políticos*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Pará.
- Martins, Manuel (2004), *Participação Política e Democracia, o Caso Português (1976-2000)*, Lisboa: ISCSP
- Monteiro, Eurídice (2009), *Mulheres, Democracia e Desafios pós-coloniais*, Praia: Universidade de Cabo Verde.
- Monteiro, Eurídice Furtado (2015), *Entre os Senhores das Ilhas e as Descontentes. Identidade, Classe e Género na Estruturação do Campo Político em Cabo Verde*, Praia: Universidade de Cabo Verde
- Norris, Pippa e Inglehart, Ronald (2003), *Rising tide: gender equality and cultural change around the World*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Paglia, Camille (2018), *Mulheres Livres Homens Livres, sexo, género & feminismo*, Lisboa: Quetzal Editores
- Salete, Lindamir (2006), *O Conceito de Género, S/local de Edição: Cadernos de Género e Tecnologia*.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Sales Mariana & Cotrim Flávio (2017), *Participação de mulheres em partidos políticos na América Latina*, Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais.

Sartori, Giovanni (1976), *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília: UnB.

Simião, Daniel Schroeter. *Gênero no mundo do trabalho: variações sobre um tema. Cadernos de Gênero e Tecnologia*, v. 5, ano 2, 2005, p. 9-20.

Scott, Joan (1989), *Gender: a useful category of historical analyses*, NewYork, Columbia: University Press

Tarrafa, Cristiana (2015), *A Mulher, a Política e os Media*, Coimbra: Universidade de Coimbra.

Tavares, Rui (2015), *Esquerda e Direita. Guia histórico para o século XXI*, Lisboa: Edições Tinta-da-China

Tilio, Rafael (2014), *Teorias de Género: Principais Contribuições Teóricas Oferecidas pelas Perspectivas Contemporâneas*, Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Viegas, José Manuel Leite e Faria, Sérgio (2001) *As mulheres na Política*. Oeiras: Celta

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Anexos

Anexo I – Questionário aplicado.

Anexo II – Resultados do inquérito.

Anexo III – Projeto Lei de Paridade em Cabo Verde.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Anexo I

Questionário

O presente questionário destina-se à recolha de dados para análise e tratamento, na sequência da elaboração da monografia da aluna Nádia Cibeles Rodrigues Gonçalves, cujo tema é a *Participação das Mulheres na Política em São Vicente: Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos*. A aplicação do questionário, bem como o tratamento e análise dos dados, respeitará os princípios de investigação científica, nomeadamente, a confidencialidade, a liberdade e intimidade dos inquiridos.

Pretende aplicar o questionário numa amostrade inquiridos, que abrange uma população total de ...

P1 - É militante de algum partido político em São Vicente?

- 1- Sou militante
- 2- Não sou militante

Obs.: Caso não seja militante, não aplicar o questionário. Caso selecione a primeira opção (Sou militante), continuar o questionário.

P2 – Qual é o partido de que é militante?

- 1- MpD
- 2- PAICV
- 3- UCID
- 4- Outro

P3 – Género

- 1- Masculino
- 2- Feminino

P4 – Habitações Literárias

- 1- Sem nenhuma habilitação
- 2- Ensino Básico
- 3- Ensino Secundário
- 4- Bacharelato
- 5- Licenciatura
- 6- Mestrado
- 7- Doutoramento

P5 - Dos Grupos de Idade que vou-lhe indicar em qual deles se situa a sua Idade?

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

- 1- Dos 18 aos 24 anos
- 2- Dos 25 aos 34 anos
- 3- Dos 35 aos 64 anos
- 4- 65 ou mais anos
- 5- NR

P6 – Em Cabo Verde tem-se falado muito da sub-representação feminina nos órgãos eletivos nacionais e nos cargos diretivos partidários. Das opções que lhe vou indicar, selecione três que, na sua opinião, justificam a sub-representação feminina nesses órgãos.

- 1- Discriminação dentro dos partidos políticos
- 2- Porque as mulheres têm de tratar da casa e dos filhos
- 3- Porque os homens não querem e/ou não deixam
- 4- Por causa da educação que as mulheres recebem desde pequenas na família e na escola
- 5- Porque as mulheres não querem lutar por cargos de chefia
- 6- Porque estão menos preparadas a nível de formação política
- 7- Porque as mulheres têm menos recursos financeiros
- 8- Por falta de disponibilidade de tempo em geral
- 9- NS/NR

P6 – Na sua opinião, quem é mais favorecido na escolha dos candidatos a deputados (nacionais e municipais), a cargos de chefia e a dirigentes partidários?

- 1- Os homens
- 2- Ambos os géneros de igual modo
- 3- As mulheres
- 4- NS/NR

P7 – Em quem pensa que o eleitorado cabo-verdiano tem mais confiança para ocupar um cargo político?

- 1- Um homem
- 2- Uma mulher
- 3- Ambos
- 4- NS/NR

P8 – Considera que o partido político do qual é militante tem trabalhado para uma maior participação das mulheres na política?

- 1- Sim
- 2- Não
- 3- NS/NR

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

P9 – Na sua opinião, as mulheres têm as mesmas oportunidades do que os homens nos partidos políticos, quer na elaboração de listas de candidatura para eleições externas (eleições legislativas, autárquicas e presidenciais), quer nas eleições internas?

- 1- Sim
- 2- Não
- 3- NS/NR

P10 - Acha que o partido político tem adotado estratégias, a nível interno, na tentativa de trazer mais mulheres para a vida política/partidária?

- 1- Sim
- 2- Não
- 3- NS/NR

OBS: Caso selecione a opção 2 e 3 deverá passar para P12

P11 – Caso considere que sim, assinale duas estratégias que, na sua opinião, o partido tem colocado em prática com o objetivo de trazer mais mulheres para a vida política/ partidária.

- 1- Seminários/ treinos de técnicas e formação política
- 2- Programas financeiros
- 3- Apoios para que as mulheres possam participar nas campanhas eleitorais (e.g. creches, subsídios para as despesas eleitorais).
- 4- Adoção de quotas para as instâncias decisórias e para a representação pública do partido.
- 5- NS/NR

P12 – Como avalia o interesse das mulheres cabo-verdianas pela política?

- 1- Bastante interesse
- 2- Muito interesse
- 3- Médio interesse
- 4- Pouco interesse
- 5- Nenhum interesse
- 6- NS/NR

P13- Como avalia o interesse das mulheres que integram os partidos políticos em participar ativamente na vida política?

- 1- Bastante interesse
- 2- Muito interesse
- 3- Médio interesse
- 4- Pouco interesse
- 5- Nenhum Interesse

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

6- NS/NR

P14 – Na sua opinião, com que nível de assiduidade as mulheres militantes participam ativamente nos programas desenvolvidos pelo partido político?

- 1- Participam bastante
- 2- Participam muito
- 3- Participam às vezes
- 4- Participam pouco
- 5- Não participam
- 6- NS/NR

P15 – Dos seguintes critérios, selecione três que, na sua opinião, são os mais tomados em consideração, pelos partidos políticos na escolha dos seus candidatos.

- 1- Uso da influência e atuação de lóbis internos
- 2- Competências técnicas e políticas
- 3- Qualidades pessoais dos candidatos
- 4- Notoriedade pública (boa imagem, carisma, ser conhecido/a)
- 5- Credibilidade
- 6- Percurso partidário
- 7- NS/NR

P16 – Relativamente aos estereótipos que se associam às capacidades e motivações das mulheres para o exercício de cargos políticos:

P16.1 - Acredita que para as mulheres se afirmarem num cargo político têm que ser:

- 1- Tão competentes como os homens
- 2- Mais competentes do que os homens
- 3- NS/NR

P16.2 – De um modo geral, concorda que na política existem menos mulheres do que homens porque as mulheres se sentem menos motivadas e têm menos ambição do que os homens?

- 1- Concorda
- 2- Não concorda
- 3- NS/NR

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Anexo II

Tabela 1: Qual é o partido de que é militante?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
MpD	50	39,4	39,4	39,4
PAICV	50	39,4	39,4	78,7
UCID	27	21,3	21,3	100,0
Total	127	100,0	100,0	

Tabela 2: Género

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Masculino	63	49,6	49,6	49,6
Feminino	64	50,4	50,4	100,0
Total	127	100,0	100,0	

Tabela 3: Género/ Qual é o partido de que militante

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Qual é o partido de que é militante?	MpD	25	25	50
	PAICV	25	25	50
	UCID	13	14	27
Total		63	64	127

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 4: Qual é o seu nível de escolaridade?

				Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sem nenhuma habilitação	3	2,4	2,4				2,4
Ensino Básico	23	18,1	18,1				20,5
Ensino Secundário	51	40,2	40,2				60,6
Bacharelato	3	2,4	2,4				63,0
Licenciatura	33	26,0	26,0				89,0
Mestrado	13	10,2	10,2				99,2
Doutoramento	1	,8	,8				100,0
Total	127	100,0	100,0				

Tabela 5: Idade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Dos 18 aos 24 anos	7	5,5	5,5	5,5
Dos 25 aos 34 anos	34	26,8	26,8	32,3
Dos 35 aos 64 anos	72	56,7	56,7	89,0
65 ou mais anos	13	10,2	10,2	99,2
NR	1	,8	,8	100,0
Total	127	100,0	100,0	

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 6: Idade/ qual é o partido de que militante

		Idade?			
		Dos 18 aos 24 anos	Dos 25 aos 34 anos	Dos 35 aos 64 anos	65 ou mais anos
Qual é o partido de que é militante?	MpD	3	16	25	5
	PAICV	1	7	36	6
	UCID	3	11	11	2
Total		7	34	72	13

Tabela 7: Nível de escolaridade/ Qual é o partido de que é militante

		Qual é o partido de que é militante?		
		MpD	PAICV	UCID
Qual é o seu nível de escolaridade?	Sem nenhuma habilitação	2	0	1
	Ensino Básico	11	11	1
	Ensino Secundário	22	16	13
	Bacharelato	1	2	0
	Licenciatura	9	15	9
	Mestrado	5	6	2
	Doutoramento	0	0	1
Total		50	50	27

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 8: Causas da sub- representação feminina, apontados pelos inquiridos

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
Sub-representação feminina ^a	A discriminação dentro dos partidos políticos	54	16,9%	47,0%
	Porque mulheres têm de tratar da casa e dos filhos	52	16,3%	45,2%
	Porque os homens não querem e/ou não deixarem	30	9,4%	26,1%
	Por causa da educação que as mulheres recebem, desde pequenas na família e na escola	36	11,3%	31,3%
	Porque as mulheres não querem lutar por cargos de chefia	41	12,8%	35,7%
	Porque as mulheres estão menos preparadas a nível de formação política	15	4,7%	13,0%
	Porque as mulheres terem menos recursos financeiros	18	5,6%	15,7%
	Por a falta de disponibilidade de tempo em geral	74	23,1%	64,3%
Total		320	100,0%	278,3%

Tabela 9: O facto da falta de disponibilidade de tempo em geral justifica a sub-representação feminina nos órgãos electivos nacionais e nos cargos directivos partidários

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	74	58,3	64,3	64,3
	Não	41	32,3	35,7	100,0
	Total	115	90,6	100,0	
Missing	System	12	9,4		
Total		127	100,0		

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 10: A discriminação dentro dos partidos políticos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	54	42,5	47,0	47,0
	Não	61	48,0	53,0	100,0
	Total	115	90,6	100,0	
Missing	System	12	9,4		
Total		127	100,0		

Tabela 11: O facto das mulheres não querem lutar por cargos de chefia, justifica a sub-representação feminina nos órgãos eletivos nacionais e nos cargos diretivos partidários

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	41	32,3	35,7	35,7
	Não	74	58,3	64,3	100,0
	Total	115	90,6	100,0	
Missing	System	12	9,4		
Total		127	100,0		

Tabela 12: Na sua opinião, quem é mais favorecido na escolha dos candidatos a deputados (nacionais e municipais), a cargos de chefia e a dirigentes partidários?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Os Homens	83	65,4	65,4	65,4
	Ambos os géneros de igual modo	39	30,7	30,7	96,1
	As mulheres	4	3,1	3,1	99,2
	NS/NR	1	,8	,8	100,0
	Total	127	100,0	100,0	

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 13: Género/ Na sua opinião, quem é mais favorecido na escolha dos candidatos a deputados (nacionais e municipais), a cargos de chefia e a dirigentes partidários? Crosstabulation

Count

		Na sua opinião, quem é mais favorecido na escolha dos candidatos a deputados (nacionais e municipais), a cargos de chefia e a dirigentes partidários?				Total
		Os Homens	Ambos os géneros de igual modo	As mulheres	NS/NR	
Género	Masculino	36	24	2	1	63
	Feminino	47	15	2	0	64
Total		83	39	4	1	127

Tabela 14: Em que pensa que o eleitorado cabo-verdiano tem mais confiança para ocupar um cargo político?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Um homem	46	36,2	36,2	36,2
	Uma Mulher	14	11,0	11,0	47,2
	Ambos	66	52,0	52,0	99,2
	NS/NR	1	,8	,8	100,0
	Total	127	100,0	100,0	

Tabela 15: Considera que o partido político do qual é militante, tem trabalhado para uma maior participação das mulheres na política?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	108	85,0	85,0	85,0
	Não	14	11,0	11,0	96,1
	NS/NR	5	3,9	3,9	100,0
	Total	127	100,0	100,0	

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 16: Na sua opinião, as mulheres têm as mesmas oportunidades do que os homens nos partidos políticos, quer na elaboração de listas de candidatura para eleições externas (Legislativas, autárquicas e presidenciais), quer nas eleições internas?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	62	48,8	48,8	48,8
Não	58	45,7	45,7	94,5
NS/NR	7	5,5	5,5	100,0
Total	127	100,0	100,0	

Tabela 17: Género/ Na sua opinião, as mulheres têm as mesmas oportunidades do que os homens nos partidos políticos, quer na elaboração de listas de candidatura para eleições externas (Legislativas, autárquicas e presidenciais), quer nas eleições internas? Crosstabulation

Count

		Na sua opinião, as mulheres têm as mesmas oportunidades do que os homens nos partidos políticos, quer na elaboração de listas de candidatura para eleições externas (Legislativas, autárquicas e presidenciais), quer nas eleições internas?			Total
		Sim	Não	NS/NR	
Género?	Masculino	38	23	2	63
	Feminino	24	35	5	64
Total		62	58	7	127

Tabela 18: Acha que o partido político tem adoptado estratégias, a nível interno, na tentativa de trazer mais mulheres para a vida política/partidária?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	95	74,8	74,8	74,8
Não	18	14,2	14,2	89,0
NS/NR	14	11,0	11,0	100,0
Total	127	100,0	100,0	

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 19: Estratégias adoptados pelos partidos

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
Estratégias adoptados pelos partidos	Seminários/treinos de técnicas e formação política,	66	43,7%	77,6%
	Programas financeiros	15	9,9%	17,6%
	Apoios para que as mulheres possam participar nas campanhas eleitorais (e.g. creches, subsídios para as despesas eleitorais)	21	13,9%	24,7%
	Adopção de quotas para as instâncias decisórias e para a representação pública do partido	49	32,5%	57,6%
Total		151	100,0%	177,6%

Tabela 20: Como avalia o interesse das mulheres cabo-verdianas pela política?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante interesse	30	23,6	23,6	23,6
	Muito interesse	37	29,1	29,1	52,8
	Médio Interesse	42	33,1	33,1	85,8
	Médio interesse	15	11,8	11,8	97,6
	NS/NR	3	2,4	2,4	100,0
Total		127	100,0	100,0	

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 21: Como avalia o interesse das mulheres que integram os partidos políticos em participar activamente na vida política?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bastante interesse	40	31,5	31,5	31,5
	Muito interesse	61	48,0	48,0	79,5
	Médio interesse	22	17,3	17,3	96,9
	Pouco interesse	2	1,6	1,6	98,4
	NS/NR	2	1,6	1,6	100,0
	Total	127	100,0	100,0	

Tabela 22: Na sua opinião, com que nível de assiduidade as mulheres militantes participam activamente nos programas desenvolvidos pelo partido político?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Participam bastante	35	27,6	27,6	27,6
	Participam muito	57	44,9	44,9	72,4
	Participam às vezes	30	23,6	23,6	96,1
	Participam pouco	5	3,9	3,9	100,0
	Total	127	100,0	100,0	

Tabela 23: Qual é o partido de que é militante? * Na sua opinião, com que nível de assiduidade as mulheres militantes participam activamente nos programas desenvolvidos pelo partido político? Crosstabulation Count

		Na sua opinião, com que nível de assiduidade as mulheres militantes participam activamente nos programas desenvolvidos pelo partido político?				Total
		Participam bastante	Participam muito	Participam às vezes	Participam pouco	
Qual é o partido de que é militante?	MpD	15	23	11	1	50
	PAICV	16	27	7	0	50
	UCID	4	7	12	4	27
Total		35	57	30	5	127

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 24: Critérios tomados em consideração, pelos partidos na escolha dos seus candidatos

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
Critérios de seleção dos candidatos ^a	Uso da influência e atuação de lóbis internos	56	16,0%	45,9%
	Competências técnicas e políticas	70	20,1%	57,4%
	Qualidades pessoais dos candidatos	40	11,5%	32,8%
	Notoriedade pública (boa imagem, carisma, ser conhecido/a)	79	22,6%	64,8%
	Credibilidade	50	14,3%	41,0%
	Percurso partidário	54	15,5%	44,3%
Total		349	100,0%	286,1%

Tabela 25: Critérios de selecção dos candidatos/ Qual é o partido de que é militante?

			Qual é o partido de que é militante?			Total
			MpD	PAICV	UCID	
Critérios de selecção dos candidatos	Uso da influência e actuação de lóbis internos	Count	18	31	7	56
	Competências técnicas e políticas	Count	33	23	14	70
	Qualidades pessoais dos candidatos	Count	19	11	10	40
	Notoriedade pública (boa imagem, carisma, ser conhecido/a)	Count	27	35	17	79
	Credibilidade	Count	20	14	16	50
	Percurso partidário	Count	18	26	10	54
Total		Count	47	48	27	122

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 26: Acredita que para as mulheres se afirmarem num cargo político têm ser:

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Tão competentes como os homens	94	74,0	74,0	74,0
Mais Competentes que os homens	26	20,5	20,5	94,5
NS/NR	7	5,5	5,5	100,0
Total	127	100,0	100,0	

Tabela 27: Acredita que para as mulheres se afirmarem num cargo político têm ser:

		Acredita que para as mulheres se afirmarem num cargo político têm ser:			Total
		Tão competentes como os homens	Mais Competentes que os homens	NS/NR	
Género?	Masculino	49	9	5	63
	Feminino	45	17	2	64
Total		94	26	7	127

Tabela 28: De um modo geral, concorda que na política existem menos mulheres do que homens porque as mulheres se sentem menos motivadas e se têm menos ambição do que os homens?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Concorda	88	69,3	69,3	69,3
Não concorda	32	25,2	25,2	94,5
NS/NR	7	5,5	5,5	100,0
Total	127	100,0	100,0	

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Tabela 29: Género/ De um modo geral, concorda que na política existem menos mulheres do que homens porque as mulheres se sentem menos motivadas e se têm menos ambição do que os homens? Crosstabulation

		De um modo geral, concorda que na política existem menos mulheres do que homens porque as mulheres se sentem menos motivadas e se têm menos ambição do que os homens?			Total
		Concorda	Não concorda	NS/NR	
Género	Masculino	48	13	2	63
	Feminino	40	19	5	64
Total		88	32	7	127

Projeto de Lei da Paridade

Preâmbulo

A Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) consagra, no seu art. 24.º, o princípio da igualdade e a proibição de discriminação em razão de sexo. Neste âmbito, o artigo 1.º, n.º 4 da CRCV, estabelece a obrigação de o Estado de Cabo Verde criar “progressivamente as condições indispensáveis à remoção de todos os obstáculos que possam impedir o pleno desenvolvimento da pessoa humana e limitar a igualdade dos cidadãos e a efetiva participação destes na organização política, económica, social e cultural do Estado e da sociedade cabo-verdiana.”

A igualdade de género constitui um princípio universal reconhecido em vários instrumentos internacionais sobre os direitos humanos, destacando-se a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979 e ratificada por Cabo Verde em 1980, que encoraja a efetiva adoção de medidas especiais provisórias que visam a instauração de uma igualdade de facto entre homens e mulheres (nº 1 do art. 4º).

Neste quadro, importa destacar os compromissos assumidos em matéria da igualdade de género e do empoderamento das mulheres, nomeadamente nas Conferências da ONU sobre as Mulheres, como a de Nairobi de 1985 e a de Beijing de 1995. De igual modo, na Agenda 2030 das Nações Unidas, a paridade de género é incluída como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5), sendo os países incentivados a trabalhar para a sua transversalização em todas as medidas de políticas públicas.

A igualdade de género constitui um princípio fundamental a nível da União Africana, tendo Cabo Verde, em 2005, ratificado o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo aos Direitos das Mulheres em África, que apresenta indicações sobre a adoção de medidas corretivas e positivas nas áreas em que continuam a existir discriminação contra as mulheres legalmente e de facto (al. d. do n.º 1, do art. 2.º), em particular sobre as medidas de ação positiva para favorecer a participação equilibrada de homens e mulheres na vida política (n.º 1 do art. 9.º). Nesta senda, a Agenda de Desenvolvimento 2063 da União Africana assume o compromisso de promover a igualdade do género em todas as esferas da vida.

Apesar do reconhecimento formal do princípio da igualdade de género, quer a nível constitucional, quer a nível dos instrumentos jurídicos internacionais, a sua concretização tem sido aquém do esperado. A reduzida participação das mulheres em cargos eletivos e nos órgãos de decisão, a maior taxa de desemprego feminino, a violência baseada no género, cujas vítimas são mulheres na sua grande maioria, a

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

discriminação salarial que afeta as mulheres, entre outras, são situações que interpelam o Estado à tomada na medidas que visam corrigir essas desigualdades e evitar que, no futuro, voltem a ressurgir.

O *Relatório Cabo Verde Beijing+20* aponta que a liderança e participação política de mulheres é um dos principais desafios do país, pelo que as recomendações são no sentido do reforço do quadro legal para a participação política das mulheres, através da adoção e implementação de medidas específicas e temporais, para corrigir as desigualdades entre mulheres e homens existentes nos órgãos de poder político e de decisão da administração pública.

Este desafio encontra-se incorporado nos principais instrumentos de políticas nacionais, como o Programa do Governo para a IX Legislatura e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS, 2017-2021), assim como tem vindo a ser assumido por diferentes partidos políticos, nos seus instrumentos normativos e planos programáticos de gestão interna. De modo convergente, também o Plano Nacional da Igualdade de Género (PNIG) e o Plano Estratégico da Rede de Mulheres Parlamentares Cabo-verdianas (2016-2021) assumem a adoção da lei da paridade como um desafio estratégico do país.

Afigura-se igualmente necessário a adoção e implementação de medidas legislativas, destinadas a combater as situações de desigualdades e discriminação em função do sexo e que promovam a efetiva igualdade entre homens e mulheres, através da remoção de todos os obstáculos que possam dificultar esta tarefa. A prossecução deste objetivo constitui, por um lado, um imperativo constitucional e, por outro, contribuirá seguramente para repôr a justiça social, o desenvolvimento económico, social e cultural da sociedade cabo-verdiana.

O presente projeto de lei surge na sequência da Declaração de Rui Vaz, um manifesto conjunto RMPCV, do ICIEG, das associações de mulheres dos partidos políticos e das organizações não-governamentais que lidam com as questões de igualdade de género e direitos das mulheres no país. A Assembleia Nacional assumiu a causa da paridade de género e, desta forma, tornou-se um dos principais aliados da sua estrutura interna, que é a Rede de Mulheres Parlamentares Cabo-verdianas, na implementação do Plano de Ação de Advocacy da Paridade de Género, cujo memorandum de entendimento para a sua operacionalização prática foi assinado, em Março de 2018, pela RMPCV, pelo ICIEG e pela ONU Mulheres.

O objetivo principal da Lei da Paridade radica-se na prevenção e no combate às condutas discriminatórias, em função do sexo e na promoção de políticas ativas de igualdade entre homens e mulheres, no sentido de tornar efetivo os princípios da dignidade da pessoa humana, justiça e igualdade, consagrados na nossa Constituição da República e contribuir também para a consolidação da democracia.

PPS
Assessor
2
Assessor
Assessor

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Este propósito implica, necessariamente, a proteção do princípio da igualdade sobre os diversos âmbitos do ordenamento jurídico nacional e da nossa realidade social, ou seja, implica a sua proteção numa dimensão transversal, enquanto um dos princípios fundamentais do Estado de Direito Democrático, por forma a corrigir e evitar todas as situações de desigualdade entre homens e mulheres, incluindo a violência baseada no género na política, que constituem barreiras no exercício de cargos públicos.

Com efeito, é necessário abranger a generalidade das políticas públicas, tanto a nível do poder central, como a nível do poder local, passando pelos institutos públicos e pelas empresas públicas e participadas do Estado. Cabe ao país, no quadro do cumprimento dos dispositivos constitucionais, criar as condições indispensáveis à remoção de todos os obstáculos que possam impedir o pleno desenvolvimento da pessoa humana e limitar a igualdade dos cidadãos e das cidadãs, através de políticas que garantam a efetiva participação destes na organização política, económica, social e cultural do Estado e da sociedade cabo-verdiana.

No quadro da luta pela igualdade efetiva entre homens e mulheres, a lei da paridade constitui um marco importante, no âmbito das medidas de políticas de combate à discriminação em função do sexo. Neste sentido, todos os poderes públicos estão vinculados a adotar medidas de promoção efetiva da igualdade entre homens e mulheres, bem como medidas de combate a todas as formas de discriminação.

Os setores mais críticos e que, por conseguinte, constituem objeto principal de preocupação da presente Lei, são os cargos eletivos e outros cargos de decisão, uma vez que a participação política e a representação das mulheres, tanto a nível do poder central, como do poder local e, ainda, a sua presença em órgãos de decisão, mais concretamente, a nível da sua participação nos Conselhos de Administração das Empresas Públicas e Empresas participadas do Estado, Institutos Públicos, entre outros, são muito insuficientes, tendo em conta a sua expressão na sociedade cabo-verdiana.

Ao abrigo do disposto no n.º 1, da alínea a) do artigo 177.º da Constituição da República;

A Assembleia Nacional adota por lei o seguinte:

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto da Lei

1. Os homens e as mulheres cabo-verdianas têm igual dignidade e são iguais perante a lei. As desigualdades, que não se fundem em razões de ordem biológica, devem

RSY
Hos
3/10/2019
JF

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

ser objeto de medidas especiais, com vista a garantir a representação paritária de ambos os sexos, em todos os setores da vida pública.

2. A presente lei tem como objeto garantir uma efetiva igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, com vista a eliminação de todas as formas de discriminação e a criação das mesmas oportunidades, nomeadamente no que se refere à participação política e ao exercício de cargos de decisão, visando alcançar uma sociedade mais justa, democrática e equilibrada.

Artigo 2.º

Âmbito de Aplicação

1. O presente diploma aplica-se em todo o território nacional, a todos os homens e mulheres de nacionalidade cabo-verdiana, residentes ou não em Cabo Verde e vincula todas as pessoas físicas ou jurídicas, sejam públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras que atuam no território nacional.
2. As regras da paridade são igualmente aplicáveis a todas as pessoas de nacionalidade estrangeira que residem legalmente em Cabo Verde.

Artigo 3.º

Alcance do Princípio da Paridade entre Homens e Mulheres

1. A paridade entre homens e mulheres compreende a adoção de todas as medidas destinadas a eliminar qualquer distinção, exclusão ou limitação em função do sexo, que tenham como consequência ou finalidade comprometer ou impedir o reconhecimento, o gozo ou o exercício de direitos relativos à participação política e esferas de decisão.
2. A paridade de tratamento compreende, nomeadamente:
 - a) A ausência de todo e qualquer tipo de discriminação em função do sexo, em especial, no que se refere à participação política e ao acesso e exercício de cargos de decisão;
 - b) A obrigatoriedade de constituição das listas de candidatura para a Assembleia Nacional, Autarquias Locais, outros cargos eletivos e cargos de decisão de forma paritária, de modo a garantir a efetiva igualdade de participação entre homens e mulheres;
 - c) O direito a não ser preterido em direitos e regalias, nem sofrer quaisquer discriminações em razão do sexo por virtude do exercício de direitos reconhecidos pela Constituição e demais leis da República.

**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

Capítulo II

Paridade na Participação Política

Artigo 4.º

Representação Paritária

1. Entende-se por paridade na representação política, para efeitos de aplicação da presente lei, a representação mínima de 40% de cada um dos sexos nas listas de candidatura aos órgãos colegiais do poder político, nomeadamente, Assembleia Nacional, Câmara Municipal, Assembleia Municipal e outros órgãos supramunicipais ou inframunicipais.
2. Para cumprimento do disposto no número anterior, os dois primeiros lugares nas listas de candidatura plurinominais apresentadas são ocupados por candidatos de sexo diferente, não podendo ser colocados mais de dois candidatos do mesmo sexo, consecutivamente, na ordenação dos restantes lugares nas listas.
3. Na formação e constituição do Governo da República de Cabo Verde, a chefia do Governo empenha-se na aplicação do princípio da paridade.

Artigo 5.º

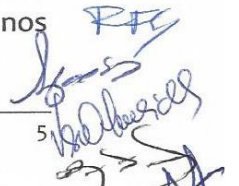
Notificação para Correção das Listas

No caso de a lista não observar o disposto na presente lei, o mandatário da candidatura, ou o responsável pela apresentação das listas, é notificado, nos termos fixados na lei eleitoral aplicável, para proceder à correção, no prazo estabelecido na referida lei.

Artigo 6.º

Efeitos da não Correção das Listas

1. A não correção das listas de candidatura aos órgãos colegiais do poder político, nos prazos e termos previstos na respetiva lei eleitoral, determina a sua rejeição pelo Tribunal onde tenham sido depositadas;
2. As listas de candidatura que não respeitarem as regras da paridade tal como definidas na presente lei e não sejam objeto de correção, nos termos do artigo 5.º, serão afixadas à porta do edifício do Tribunal onde tenham sido depositadas, nos



**Participação das Mulheres na Política na Ilha de São Vicente:
Desafios e Oportunidades nos Partidos Políticos**

termos da lei eleitoral, com a indicação de que contêm irregularidades e comunicadas, no prazo de quarenta e oito horas, à Comissão Nacional de Eleições.

Capítulo III

Paridade no Exercício de Cargos de Decisão

Artigo 7.º

Paridade no Exercício de Cargos de Liderança na Administração Pública, Empresas Públicas e nas Empresas Participadas pelo Estado

Os Conselhos de Administração e outros cargos de nomeação a nível da Administração Pública, Empresas Públicas, Empresas Participadas pelo Estado e Institutos Públicos devem ter uma representação paritária.

Capítulo IV

Sensibilização, Seguimento e Avaliação

Artigo 8.º

Sensibilização

1. Os partidos políticos, as associações de mulheres dos partidos políticos e as juventudes partidárias devem promover a sensibilização, formação e conscientização dos seus militantes, simpatizantes, membros e da sociedade em geral, com vista à participação paritária nos órgãos eletivos e de decisão.
2. As organizações de promoção da igualdade de género, as Universidades devem contribuir para a formação e sensibilização referida no número anterior.
3. Os partidos políticos, as associações de mulheres dos partidos políticos e as juventudes partidárias, as Universidades, bem como as organizações de promoção de igualdade de género, devem promover a sensibilização para a prevenção e o combate da violência na política, mormente da violência baseada no género.

Artigo 9.º

Comissão de Seguimento

1. A Rede de Mulheres Parlamentares Cabo-verdianas, o ICIEG, as associações de mulheres dos partidos políticos e outras organizações da sociedade civil de promoção da igualdade de género integram uma comissão de seguimento da implementação da lei da paridade.

DP
Seas
16/05/2019
6
25
25

2. A comissão a que se refere o número anterior tem a incumbência de recolher e tratar toda a informação de carácter estatístico, técnico e científico relevante para a concretização da presente lei, a qual elabora relatórios periódicos de avaliação, com vista à revisão da presente lei.
3. Esta comissão poderá promover consultas necessárias com os partidos políticos, os serviços de administração central e municipal, bem como contactos com as comunidades, com vista a conhecer o grau de implementação da presente lei, as dificuldades e os constrangimentos encontrados, na perspectiva de revisão da presente lei.

Capítulo V

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 10.º

Reapreciação

Depois da entrada em vigor e da implementação da presente lei, a Assembleia Nacional avalia o seu impacto na promoção da paridade entre homens e mulheres e procede com à sua revisão de acordo com essa avaliação.

Artigo 11.º

Entrada em Vigor

A presente lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "RFS" and "Santos".